

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES - PRAI
MESTRADO EM ECONOMIA
CAMPUS II

PATRÍCIA CRISTINA DE ARAGÃO ARAÚJO

MIGRANTE, UMA ÁRVORE SEM RAÍZ

Estudo das migrações rural-urbana na Paraíba nos anos 90

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Paraíba, como parte das exigências do Curso de Mestrado, área de concentração em Economia Rural e Regional, para obtenção do título de Mestre.

Pro. Dr. ROBÉRIO FERREIRA DOS SANTOS

Orientador

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA

Fevereiro/2001

PATRÍCIA CRISTINA DE ARAGÃO ARAÚJO

MIGRANTE, UMA ÁRVORE SEM RAÍZ

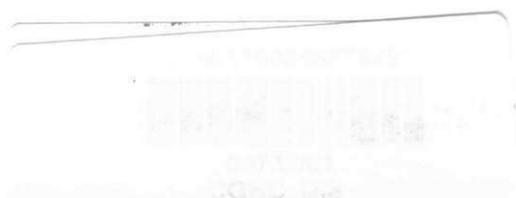
Estudo das migrações rural-urbanas na Paraíba nos anos 90

Prof. Dr. ROBÉRIO FERREIRA DOS SANTOS

Orientador

CAMPINA GRANDE- PARAÍBA

Fevereiro/2001





A663m Araújo, Patrícia Cristina de Aragão.
Migrante, uma árvore sem raiz : estudo das migrações rural-urbana na Paraíba nos anos 90 / Patrícia Cristina de Aragão Araújo. - Campina Grande, 2001.
150 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 2001.
"Orientação : Prof. Dr. Robério Ferreira dos Santos".
Referências.

1. Migrações - Economia - Paraíba (PB). 2. Migrações Rural-Urbana - Paraíba (PB). 3. Migrações - Estrutura Social e Econômica. 4. Dissertação - Economia. I. Santos, Robério Ferreira dos. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 33:314.15(813.3)(043)

PATRÍCIA CRISTINA DE ARAGÃO ARAÚJO

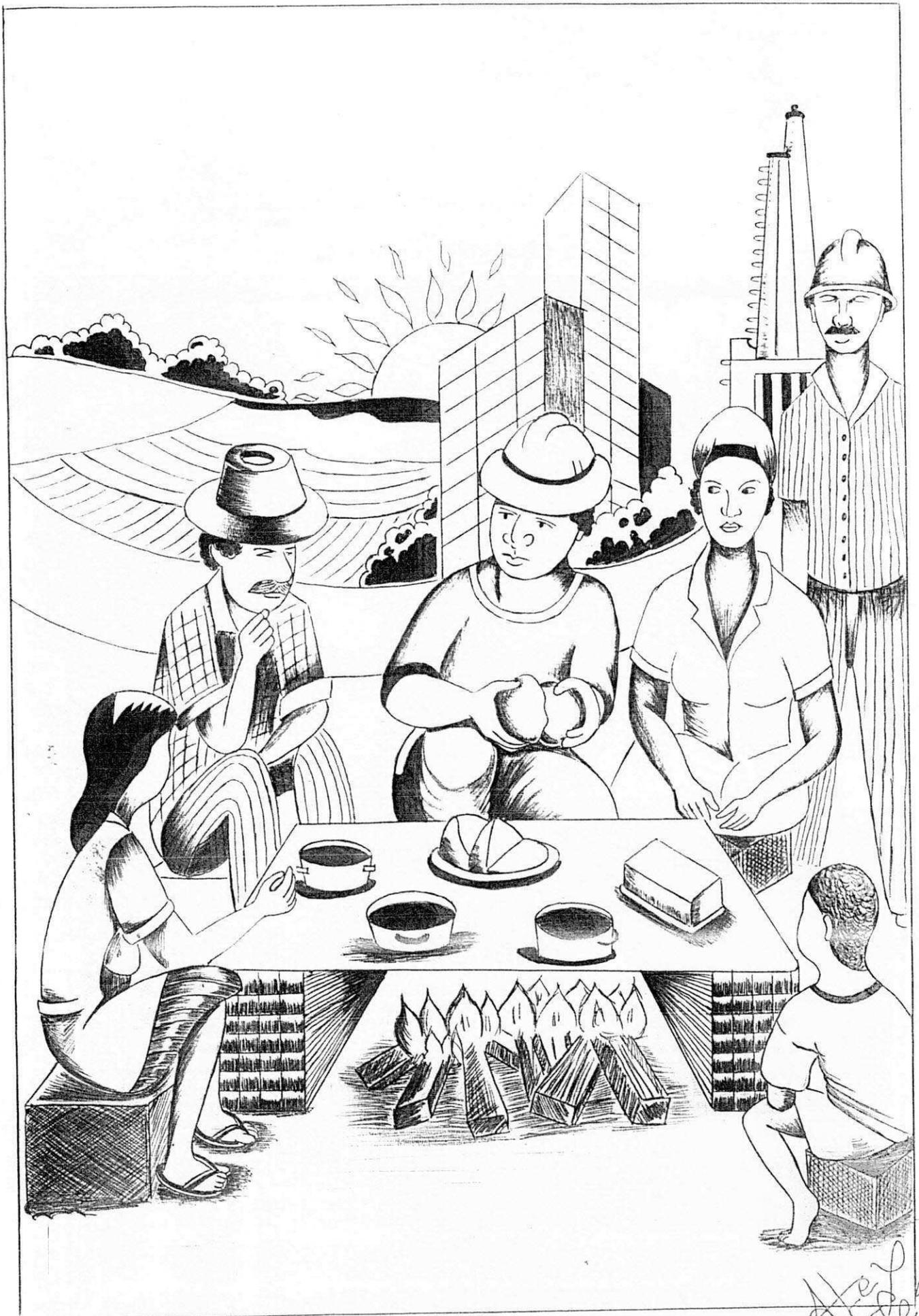
MIGRANTE, UMA ÁRVORE SEM RAIZ
(Estudo das migrações rural-urbana nos anos 90 na Paraíba)

APROVADA EM: 21 de Fevereiro de 2001

Prof. Dr. ROBÉRIO FERREIRA DOS SANTOS - Orientador
EMBRAPA/ Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO - Examinador
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. GUILHERME DE ALMEIDA CAVALCANTI – Examinador
Universidade Federal da Paraíba



Asep
Asep
04-00

DEDICATÓRIA

À mamãe, pelo amor e força sempre presentes no meu dia-a-dia. A mainha, minha avó (in memoriam) mulher migrante exemplo de coragem e determinação. À Nuno e Camila, meus filhos e aos meus irmãos Ricardo e Tibério meus queridos companheiros. Para todos os migrantes inspiração deste trabalho, pedra de toque e motivação para sua realização que apesar de tantas andanças ainda permanecem como uma árvore sem raiz.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Ao meu orientador Prof. Dr. Robério Ferreira dos Santos. Como orientador, pela orientação segura e pela competência uma marca sempre presente. Como pessoa humana, pela lição de vida, pelo apoio, solidariedade e palavras de conforto nos momentos mais difíceis. sobretudo pelo otimismo sempre freqüente, entendendo-me diante dos problemas e sempre solícito quando lhe procurei.

AGRADECIMENTOS

À Deus por tudo, pela força que sempre me conduziu e conduz em toda minha trajetória sem o qual não poderia transpor os obstáculos.

Aos professores do Mestrado em Economia meus sinceros agradecimentos,

Aos amigos do mestrado Felipe, Geraldo e Newton..

À Rosicler, do Banco de Dados do Mestrado, e a Nelma e Everaldo da Coordenação do Mestrado que se colocaram à disposição sempre que lhes solicitei, meus agradecimentos.

A Nísia pela solidariedade, apoio e mão amiga me presenteando através de sua habilidade na arte de correção de trabalhos científicos, os meus mais sinceros agradecimentos

Ao IDEME, SUDENE e Pastoral Migratória Regional Nordeste pela doação do material que compõe este trabalho.

Coração de Migrante

Guardo no peito as lembranças
de tudo que lá deixei,
minha terra, minha gente
e tudo que lá passei.

Seca, fome e miséria
Triste a minha situação
saudades de minha terra
enfim, a separação.

Muitos caminhos andei,
muitos lugares vivi,
andando aqui, e acolá
procuro criar raízes.

É difícil para o migrante
que não tem onde morar
mudando de terra em terra
procurando realizar
o grande sonho na vida
ter um lugar para ficar.

(Patrícia Cristina de Aragao Araújo)

O MIGRANTE

Vou contando prá vocês como sofre o Migrante,
que sai da sua terrinha prá tentar cidade grande
ele pensa em trabalhar, direito seu reservado
pois se pensa em se dar bem ele sofre prá danado.

Tiro por mim meu amigo porque sou um sofredor,
na minha terra natal pertinho de Piancó,
tinha um plantio de laranjas ,
bonito que dava dó.

Trabalhava noite e dia quase sempre sem parar,
mais a seca foi chegando, foi desfolhando o pomar,
o prejuízo amigo tomou conta da plantação
de tanto me aperrear dava dor no coração.

Ai eu me destinei e sai a procurar
trabalho de terra em terra e nada de encontrar
peguei a minha mochila não tinha mais opção
fui para a cidade grande trabalhar na construção.

Quando cheguei em São Paulo,
sem dinheiro, sem morada
na mochila só trazia um par de roupa e mais nada
no bolso só documentos e lembranças da filharada

Comecei na construção trabalhando de servente,
e o salário que eu ganhava era pouco minha gente,
mandava um pouco prá casa e o resto eu me mantinha.
Dormia debaixo da ponte entre uma rodovia.

Viajei para o Rio, depois fui para Brasília,
Minas Gerais, Ceará, Ouro Preto, Teresina,
Fui também ao Mato Grosso, Natal e até Paulista,
Depois de tudo retorno à querida Paraíba.

Chego em frente de casa, grito com exaltação,
Mulher! meus filhos! cheguei! vem abraçar teu paião,
E a turma vem correndo, tudo em uma gritarada,
E o meu coração dispara numa alegria danada.

Voltei para tentar cuidar do nosso plantio,
E seja o que Deus quiser, aqui também é Brasil,
Para o mundo só saio um dia, quando for mais confiante
Porque sou um sofredor, honesto, trabalhador,
Mais ainda sou migrante.

(Luís Pereira – um migrante)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	vi
LISTA DE QUADROS.....	vii
LISTA DE SIGLAS.....	ix
RESUMO.....	x
ABSTRACT.....	xi
INTRODUÇÃO.....	1
1. MIGRAÇÕES INTERNAS: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA.....	12
1.1 - Introdução:.....	12
1.2 - O Papel das migrações no contexto agrário-exportador.....	12
1.3 - Migrações Inter-regionais: Novos rumos e determinações.....	22
1.4 - Determinantes das migrações na Paraíba.....	45
1.5 – Conclusão.....	49
2. IMPACTO DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO ESPAÇO AGRÁRIO PARAIBANO: ANÁLISE DOS PRINCIPAIS ASPECTOS.....	51
2.1. Introdução:.....	51
2.2. Modernização Agrícola: Uma Breve Abordagem.....	51
2.3. A Paraíba no contexto da Modernização agrícola seus impactos e suas características.....	60
2.4 O Perfil populacional na Paraíba: Um breve estudo da dinâmica migratória.	80
2.5 Conclusão.....	85
3. TENDÊNCIAS RECENTES DAS MIGRAÇÕES NA PARAÍBA: ANÁLISE DOS ANOS 90.....	88
3.1 Introdução.....	89

3.2 Aspectos Gerais da Economia Paraibana nos Anos 90: Principais Reflexos Sobre O Setor agrícola.....	89
3.3 Perfil Da Dinâmica Migratória Paraibana: Uma Visão Dos Anos 90.....	111
3.4 Conclusão.....	135
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	140
6. ANEXO I.....	151

Figuras

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 - Imigração estrangeira: Brasil, região Sudeste e Sul (1872 - 1950).....	18
Tabela 1.2 - Brasil - fluxos migratórios inter-regionais, segundo regiões de procedência e destino (1940).....	24
Tabela 1.3 - Saldos migratórios totais intra e inter regionais do Nordeste (1950).....	27
Tabela 1.4 - Saldos migratórios inter e intra-regionais, segundo regiões de procedência e destino (1960).....	28
Tabela 1.5 - Emigração nordestina por local de nascimento, segundo o destino para outros estados do Nordeste e outras regiões do país (1950/1960).....	29
Tabela 1.6 - Fluxos migratórios inter-regionais, segundo regiões de procedência e destino (1960).....	34
Tabela 1.7 - Fluxos migratórios inter-regionais, segundo regiões de procedência e destino (1970).....	35
Tabela 1.8 - Saldos migratórios intra e inter-regional comparados à população residente por estados do Nordeste (1970).....	40
Tabela 1.9 - Paraíba - Saldos migratórios totais intra e inter-regionais (1940-1970).....	45
Tabela 1.10 - Paraíba - Emigração inter e intra-regionais no período (1940-1960).....	45
Tabela 1.11 - Evolução populacional do Brasil e da Paraíba em números absolutos 1940-1970.....	46
Tabela 1.12 - Comportamento populacional da Paraíba, segundo população urbana e rural 1940-1970 (hab.).....	47
Tabela 3.1 – Paraíba: Variação anual de crescimento real do PIB, total e setorial – 1990-1998.....	92
Tabela 3.2 – Paraíba: População rural e urbana – 1991/1996.....	103
Tabela 3.3 - Taxa de imigração, emigração e taxa líquida de migração - Região Nordeste – 1991/1996.....	113
Tabela 3.4: Brasil, Nordeste e Paraíba: evolução da população urbana em percentual (%) 1950 – 1990.....	115
Tabela 3.5 - Paraíba: População rural, segundo as mesorregiões e suas variações 1980/1996.....	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1- Paraíba : Taxa geométrica de crescimento populacional anual 1960-1970 e 1970-1980.....	63
Quadro 2.2 - Paraíba: População total segundo as mesorregiões - 1970/1991 (hab).....	81
Quadro 2.3 - Paraíba: População total em 1970 com variação absoluta e componente migratório no período de 1960/1970, segundo as microrregiões homogêneas.....	83
Quadro 2.4 - Paraíba - população residente total, urbana e rural - 1970-1980.....	84
Quadro 2.5 - Saldo migratório da Paraíba - 1960/1980.....	84
Quadro 2.6 - Índices de imigração e emigração na Paraíba 1970/1980 (hab.).....	85
Quadro 3.1 - Classificação dos estados nordestinos segundo o índice de desenvolvimento humano – 1992.....	102
Quadro 3.2 – População rural, segundo as mesorregiões 1980-1996.....	104
Quadro 3.3 - Paraíba: população rural, segundo as microrregiões 1980-1996.....	104
Quadro 3. 4 – Paraíba: população urbana, segundo algumas microrregiões 1991-1996	115
Quadro 3.5 - Paraíba: Variação da população rural e urbana, segundo vários censos 1970/1996.....	119
Quadro 3.6 - Paraíba: crescimento da população rural, segundo as microrregiões 1991.....	121
Quadro 3.7 – Paraíba: comportamento da população pela origem do movimento migratório, segundo as mesorregiões e o sexo.1996.....	135

LISTA DE SIGLAS

CEM – Centro de Estudos Migratórios.

IDEME – Instituto de Desenvolvimento Estadual e Municipal da Paraíba.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPEA – Instituto de pesquisas aplicadas.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

PROHÍDRO – Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos.

POLONORDESTE – Programa de desenvolvimento de áreas integradas do Nordeste.

PROTERRA – Programa de redistribuição de terras e estímulos à agroindústria do
Nordeste.

PROJETO SERTANEJO – Programa especial de apoio ao desenvolvimento da região
semi-árido

PAPP – Programa de apoio ao pequeno produtor.

PROCANOR – Programa especial de apoio às populações pobres de zonas
canavieiras do Nordeste.

PROÁLCOOL – Programa nacional do álcool.

PIMES – Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia .

PROVÁRZEA – Programa Nacional de Aproveitamento Racional das Várzeas
Irrigáveis.

PROJETO CANÃA – Projeto de irrigação na Paraíba.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento.

SUDENE – Superintendência do desenvolvimento do Nordeste.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento.

RESUMO

Ao longo do desenvolvimento histórico brasileiro, as migrações têm exercido um papel singular. Na Paraíba, têm sido variados os fatores que contribuíram para o surgimento dos fluxos migratórios provocando deste modo, inúmeras mudanças nas estruturas social e econômica. Este trabalho, trata do conjunto de aspectos que explicitam a evolução das migrações na Paraíba a partir dos anos 70 como resultado do processo de modernização agrícola adotado no Estado. Esse processo permitiu modificações nas condições de vida e de trabalho no campo, exercendo influência sobre os deslocamentos populacionais. De maneira geral, são aqui apresentadas as condições nas quais se deu o processo de modernização na Paraíba e seus principais condicionantes. São também abordadas as questões relativas ao declínio da cultura algodoeira na Paraíba e sua influência sobre os fluxos migratórios, observadas as secas periódicas e cíclicas, e a mudança de uma estrutura centrada no trinômio algodão-gado-policultura para uma estrutura centrada na cana-de-açúcar e pecuária. Com o objetivo de identificar os fatores acima relacionados, foram realizados estudos com base na literatura. Foram pesquisadas e comparadas através de censos demográficos as diferenças populacionais existentes na Paraíba a partir do período em estudo. Os dados identificados permitiram um crescente aumento da população urbana em relação à população rural. Ademais, observou-se um relativo crescimento das migrações na Paraíba e da Paraíba para outras localidades da região Nordeste e do Brasil. Os resultados obtidos permitem concluir que a modernização agrícola implantada na Paraíba favoreceu, determinados segmentos sociais através do uso de tecnologias para a criação do gado e o canavial, beneficiando o grande produtor rural, com o aumento da produtividade. Entretanto, embora a modernização no agro paraibano apresente modificações no perfil do campo que beneficiaram algumas classes, ela gerou problemas sociais de grande amplitude, seus efeitos podem ser observados através das migrações rural e urbana identificadas no Estado, e nos núcleos urbanos, pelo crescimento desproporcional que passou a ocorrer, o aumento do desemprego e do subemprego e dos bolsões de pobreza.

ABSTRACT

Through the Brazilian historic development, migrations play a singular role. In Paraíba state, several changes contribute to the occurrence of migrations fluxes and thus a great number of changes in social and economical structures have been reported. This work encompasses a deep study on several aspects that way explain the evolution of migration from the beginning of the seventies as a result of some agricultural improvement applied in the region. Such benefits allowed strong modifications in life and work conditions in agricultural land and influenced the population dynamics. It is presented here a discussion over the conditions in which occurred the process for modernizing agricultural practices in Paraíba and its main conditioning factors. Also, it is discussed the problems related to the decline of cotton plantation in Paraíba and its influence on the migration, on fluxes the periodical and cyclic droughts and the changes from a culture based on the trilogy cotton-cattle-policulture to another on based on sugar cane plantation and cattle-raising in order to identify the factors above listed some survey in the literature was done. A research was made to get information on the population growth at Paraíba state. Data here compared in order to calculate the rate of growth. Thus, it was possible to identify, in the period of analysis, an increase in urban population against a decrease in rural population. Furthermore, it was observed a relative increase in the migration flux across the state and from it to other northeastern municipalities and to other Brazilian cities. The results of this analysis showed that by modernizing agricultural practices some particular social classes were favored as for instance the great farmers start to utilize advance technologies for cattle raising and for sugar plantation and thus increased the farm productivity. However although the modernizing practices applied to the paraiban agriculture have changed the land profile a great number of social problems. Its effects can be seen by analyzing rural and urban migration fluxes across the state and, in the urban zone, by observing an enormous rate of growth for its population an increase in the number of unemployed and sub-employed (generally teenagers) and principally a boom in the expansion of property.

INTRODUÇÃO

“Migrar ... é mais do que ir e vir e viver em espaços geográficos diferentes... é ser duas pessoas ao mesmo tempo... é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo, sair quando está chegando, voltar quando está indo... É estar em dois lugares ao mesmo tempo e não está em nenhum. É até mesmo partir sempre e não chegar nunca” (José de Souza Martins)

As migrações, tema há muito estudado, pesquisado e analisado por especialistas de variadas áreas, não se estendem apenas aos domínios das ciências econômicas, mas aos vários domínios das ciências sociais, de modo geral. Na realidade, os deslocamentos de grupos humanos no Brasil ocorrem desde os primórdios de sua história econômica e social, constituindo-se numa proposição por demais discutida dentro e fora da academia. Esta temática não envolve só a abordagem econômica, mas envolve um conjunto de fatores que incluem aspectos econômicos, sociais, políticos, históricos, geográficos e culturais.

Migrar não constitui um ato puro e simples de querer deslocar-se de um lugar para outro; implica num deslocamento compulsório de um grupo de indivíduos, que inclui mudanças de vida de modo geral, numa readaptação do migrante às novas condições de vida, em novo espaço geográfico diferente daquele comumente partilhado pelo migrante em seu lugar de origem.

No ato de migrar, a decisão não é individual, porém mas de várias famílias ou de alguns membros de uma mesma família, que buscam novas áreas para se estabelecerem, uma vez que o lugar de origem, seja ele rural ou urbano, não lhes propiciou as condições necessárias para sua manutenção e sobrevivência. Quando ocorre o esgotamento da capacidade de absorção da mão-de-obra excedente no campo ou na cidade, esta mão-de-obra sobrando tende a migrar para outras áreas, que podem ser próximas à zona rural ou urbana da qual ela se originou, ou mesmo para as médias e grandes cidades da própria região ou de outras regiões brasileiras.

Como processo social onde se verifica a mobilidade populacional, as migrações se desenvolveram em diferentes contextos históricos, com variadas motivações sendo, portanto, determinadas pelas próprias condições e necessidades de sobrevivência do migrante nos locais de origem e destino, onde fatores de ordem conjuntural e estrutural influenciaram de maneira incisiva a condução desses fluxos. Por sua vez elas podem ser consideradas uma mudança definitiva ou semi-permanente de lugar, ocasionada por diversos fatores de origem social e política mas, principalmente, econômica. A saída do campo rumo para outras localidades, sejam elas rurais ou urbanas, dá-se pelas próprias dificuldades de manutenção e permanência, porque a cidade ou o campo de onde se originou o migrante, é visto sob dois prismas: da origem como lugar de nascimento ou como ponto referencial da última migração.

Devido à incapacidade de retenção do trabalhador no campo, muitos migram. A forma pela qual o capitalismo se desenvolveu no campo, contribuiu de maneira forçosa para a saída de trabalhadores rurais, via migração pois ele foi gerando, tanto no campo quanto na cidade, diversos mecanismos de espoliação do trabalhador, o que propiciou o crescimento de um exército de reserva que, por sua vez contribuiu, de maneira crescente, para o aumento da mobilidade populacional. De maneira geral, a vida do migrante na cidade e no campo não é diferente, dado o nível de dificuldades que ele vai encontrar nos dois ambientes.

Ao se dirigir para a cidade, o migrante busca melhores condições de vida, salários, moradia e segurança, o que, na realidade, nem sempre acontece. O fluxo cada vez mais crescente de migrantes na cidade e a sua não absorção no processo produtivo, criaram problemas de grande dimensão, tanto sob o ponto de vista social quanto econômico e ambiental, devido ao crescimento desordenado, à proliferação de favelas e bolsões de miséria.

Segundo SINGER apud MYRDAL (1980) a criação das desigualdades regionais consiste no elemento propulsor das migrações, tendo em vista a concentração industrial no molde capitalista, em determinadas áreas, ser um componente cujos efeitos propicia os deslocamentos populacionais para novas áreas sendo, portanto, um dos elementos essenciais no aumento dos desníveis regionais.

SINGER (1980) aponta como principais efeitos dos fluxos rural-urbanos os seguintes aspectos: 1) o ganho do migrante inserido no processo produtivo urbano destina-se a seus parentes, que ficaram na área de origem; 2) grande parte dos migrantes não se integra à economia urbana e tende a reproduzir, na cidade, aspectos de sua economia de subsistência nas atividades em que desenvolvem; 3) o serviço doméstico e de construção civil são os setores que mais absorvem mão-de-obra migrante.

Para GRAZIANO DA SILVA (1983) a questão migratória, mesmo sendo uma problemática que envolve o campo gera, nos centros urbanos, um aumento generalizado de transformações sociais, econômicas e demográficas, já que o nível de concentração urbana se intensifica. É no campo que se iniciam os fluxos migratórios; é lá, também, que se encontra a raiz das migrações rural-urbanas. Em geral, percebe-se que os deslocamentos rural-urbanos se verificam em maior quantidade e assumem, deste modo, grandes dimensões.

Constata-se que a maneira como o capitalismo se desenvolveu no campo, modificando as relações de produção e as condições de vida dos trabalhadores rurais, influenciou significativamente sobre as migrações, sendo estas, daí, resultado dessas transformações. A incidência de migrações visa atender, em toda a sua dinâmica, aos próprios interesses do capital que, no campo, libera uma quantidade muito grande de mão-de-obra e, na cidade, esta mão-de-obra liberada do campo em geral não é aproveitada no processo produtivo, dando formação à uma superpopulação relativa.

A elaboração do estudo em torno das migrações e sua incidência no espaço agrário paraibano, originou-se de observações relacionadas sobretudo à mudança da dinâmica populacional paraibana nas últimas décadas. A Paraíba tem-se destacado no contexto regional, por estar inserida entre os estados nordestinos que mais expulsaram migrantes.

Busca-se, em primeiro lugar, relacionar as migrações ocorridas na Paraíba com o processo de modernização conservadora que se estendeu no agro paraibano a partir dos anos 70, procurando-se verificar como as migrações se delinearam no âmbito da realidade estadual.

O tema suscita algumas questões básicas, essenciais para o entendimento da realidade do processo migratório no contexto estadual: a expansão açucareira, a

pecuária e a relação delas com os fluxos migratórios, sobretudo aqueles rural-urbano; a crise da cotonicultura e da agricultura de subsistência; a concentração fundiária, impossibilitando a um contingente muito grande de trabalhadores rurais, acesso à terra; as secas periódicas, que ocorreram no curso de desenvolvimento do novo modelo agrícola adotado, gerando a desarticulação de culturas de subsistência e a incidência de correntes migratórias no Estado.

Os anos setenta foram particularmente dinâmicos e de grandes transformações para a agricultura paraibana, inseridas dentro de um movimento mais amplo, que é o próprio desenvolvimento capitalista que tem, como principal elemento, a integração existente entre a agricultura e a indústria. Por conseguinte, o processo de modernização agrícola, que já vinha em curso desde os anos 60, ampliou-se tendo, na sua esteira, o Estado como principal norteador. O Estado promoveu, através de subsídios, como o crédito rural, mola-mestra de todo o processo, as transformações para que o processo de modernização agrícola se efetivasse.

A evolução das migrações a partir desse período, teve como conseqüência uma acentuada diminuição da população rural paraibana, em detrimento do aumento da população urbana, principalmente nas cidades próximas à zona rural, ou nas cidades paraibanas de médio e grande portes. É, portanto, nas cidades onde passa a se concentrar uma leva muito grande de trabalhadores rurais expulsos do campo. Dispondo apenas de sua força de trabalho, eles procuram, no universo urbano, a saída para sua problemática rural, como estratégia de sobrevivência.

Quando se discute a questão migratória, a cidade e não somente o campo, é um elemento fundamental desta temática. Na cidade se concentra toda a estrutura urbano-industrial, onde se geram os grandes mercados e é aqui, portanto, onde o migrante busca soluções dos seus problemas mas, assim como no campo, a trajetória de vida do migrante na cidade não é modificada, em termos de melhorias das suas condições de vida, como comumente espera encontrar.

Ele sofre os efeitos de uma dupla transformação, inicialmente de assalariado rural em assalariado urbano tendo, portanto, que se readaptar às condições do capital, impostas na cidade, há então, uma transformação da vida do migrante, não apenas do

ponto de vista econômico e social mas, também, cultural, ocasionado pelo impacto entre o universo urbano e o rural.

As experiências de vida do migrante na cidade são completamente diferentes daquela forma de vida que ele tinha no campo. Na cidade falta-lhe integração às atividades econômicas, visto que, quando é absorvido no processo produtivo da cidade, ocorre a modificação de sua própria trajetória profissional, e ele passa, então, a exercer um outro tipo de atividade bem diversa daquela que exercia no campo.

O que se verifica com a trajetória do migrante na cidade é o seu processo de exclusão; ele passa a ser parte integrante do exército de excluídos, em suas mais variadas esferas: econômica, social e política. “Na cidade, o trabalhador está completamente expropriado, sendo sua reprodução assegurada mediante a venda de sua força de trabalho. Ele se prepara ‘normalmente’ para ser um assalariado” (MENEZES, 1985:6).

Os dois processos distintos de concentração e desconcentração populacional, em que se dá a diminuição populacional no meio rural enquanto ocorre um processo de adensamento do contingente urbano, são explicados pela própria forma como o processo de modernização conservadora foi conduzido no âmbito da agricultura paraibana; portanto, as migrações, em suas diferentes esferas, principalmente naquelas rural-urbanas, estão estritamente relacionadas à forma como o modelo agrícola modernizante se configurou no campo.

A modernização agrícola no espaço agrário paraibano, acentuou as diferenças existentes, não apenas do ponto de vista econômico mas, também, do ponto de vista social, no qual os trabalhadores rurais, sobretudo arrendatários e parceiros, expropriados dos meios de produção, passaram a dispor, única e exclusivamente, de sua força de trabalho, como instrumental necessário à própria sobrevivência. O uso de modernas tecnologias no campo, como a quimificação e mecanização no âmbito do processo produtivo, liberou do campo uma grande quantidade de mão-de-obra, modificando o perfil do espaço agrário e a condição de vida do trabalhador rural, com ou sem-terra.

A expansão da pecuária é um dos elementos que provocaram esta liberação. Os recursos do Estado voltados para este segmento beneficiaram, através de linhas de crédito e de melhorias no rebanho, um número avantajado de médios e grandes

proprietários, criando uma pressão muito grande no campo, uma vez que, dado o nível de atividade expressamente extensiva, a pecuária fez pouco uso de mão-de-obra e a terra passou a ser utilizada em larga escala para o rebanho e para as pastagens, o que gerou a desintegração de muitas culturas, sobretudo das culturas de subsistência, sustentáculo do trabalhador rural, que deram lugar ao pasto.

Assim como a pecuária, a cana-de-açúcar foi uma atividade que se expandiu graças ao Proálcool, através dos incentivos dado pelo Estado, em especial no Litoral e no Brejo Paraibano. A expansão da cana-de-açúcar na Paraíba viveu dois momentos distintos, primeiro foi uma fase de expansão, encabeçada principalmente pelos investimentos a partir do Proálcool, onde se verificou uma intensidade muito grande no ritmo da produção da cana, elevando o nível de produtividade e o segundo passa a ocorrer em meados dos anos 80, quando a economia nacional entra em intensa crise e recessão refletindo-se, sobremaneira, no setor canavieiro-sucro-alcooleiro.

Se a expansão da cana-de-açúcar na Paraíba gerou um afluxo significativo de capital para o setor, os resultados desta expansão foram particularmente perversos para o trabalhador rural, fato comprovado pela desarticulação de culturas alimentares existentes nessas áreas e pelo ritmo da migração que passou a ocorrer, sobretudo a migração sazonal, que modificou o perfil das relações sociais de trabalho, substituindo as categorias já existentes, por assalariados rurais temporários ou sazonais. A super exploração do trabalhador se fez sentir diante de intensas jornadas de trabalho no canavial, em condições de trabalho deploráveis, com baixos níveis salariais.

No decurso da história econômica paraibana, a cotonicultura tem-se constituído numa das mais importantes culturas, tendo em vista que possibilitou a manutenção dos pequenos produtores agrícolas sendo, para estes, base de sustentação econômica, uma vez que pode, durante muito tempo, ser consorciada com outras culturas, em geral com as culturas de subsistência.

Na Paraíba, o Sertão e Agreste constituem-se nas regiões de predominância, por excelência, do algodão, uma vez que ele se desenvolveu na esteira da pecuária tornando-se atividade complementar desta. O algodão representa renda para os trabalhadores rurais das mais diferentes categorias.

Quando o algodão começa a declinar, produz uma série de mudanças; tais transformações se relacionam entre outros fatores, com a diferença existente entre o algodão produzido no Sudeste, altamente tecnificado e mais competitivo, e o algodão nordestino, que tinha por base a pequena produção descapitalizada, localizada, em sua maioria, na região semi-árida, o baixo nível de produtividade da cultura sem uso de tecnologias apropriadas para o cultivo e para a região semi-árida; com a crise econômica internacional; com incremento mundial de fibras sintéticas; com a crise econômica brasileira nos anos 80; e com a praga do bicudo e as prolongadas estiagens que ocorreram na transição dos anos 70 para os anos 80. Estes foram, então, alguns aspectos fundamentais que contribuíram para a crise da cotonicultura paraibana e que tiveram grandes reflexos sobre a trajetória dos fluxos migratórios durante este período. Muitos trabalhadores rurais saídos do campo, dirigiram-se para as cidades, sobretudo para aquelas de porte médio no Estado. É importante ressaltar que, no caso do algodão, o processo de modernização agrícola promoveu gradativamente redução da sua produção na Paraíba, uma vez que privilegiou significativamente o algodão produzido no Sudeste brasileiro.

No final da década de 80 e início dos anos 90, a economia paraibana apresentou baixos índices de crescimento. O setor agrícola, base desse estudo, foi um dos setores que menos cresceram devido, principalmente, à forma como foi conduzido nas duas últimas décadas.

Como consequência do desempenho da agricultura, intensificaram-se os fluxos migratórios rural-urbanos, provocando uma perda relativa de mão-de-obra produtiva. Nos anos 90, a economia paraibana apresentou um incipiente crescimento, comparando-se com os anos anteriores, em particular no seu segmento agrícola. Diferentemente de décadas anteriores, onde o fluxo migratório foi a característica principal, nos anos 90 observam-se dois fenômenos: o retorno dos migrantes e as migrações rural-urbanas, intensificadas dentro do próprio Estado.

O período escolhido para análise e que norteou o trabalho, foi os anos 90, definido como uma fase em que se verificou a continuidade, e não ruptura, do processo involutivo, que na economia de base agrícola se vinha processando fazendo, portanto, uma relação com esta problemática e a dinâmica migratória rural-urbana no Estado. Para estudo do período em questão, começou-se a análise a partir de uma fase bem

anterior, ou seja, a do processo de modernização agrícola ocorrido no Estado nos anos 70, com o intuito de observar os sucessivos processos de mudanças identificados.

A perspectiva metodológica adotada para a investigação do objeto de estudo e que operacionalizou a análise sobre as migrações rural-urbanas, foi feita a partir de pesquisa bibliográfica e documental, com a finalidade de se entender as diferentes formas de contribuição científicas realizadas sobre o tema-base, objeto do estudo. A pesquisa bibliográfica abre um leque de possibilidades a quem procura nela se enveredar, uma vez que proporciona, ao pesquisador, o encontro com informações anteriormente trabalhadas e que serviram de base para outros estudos.

Partindo-se dessas questões, dividiu-se a pesquisa em dois níveis: no primeiro, efetuou-se o levantamento bibliográfico, com o fim de se obter dados correlatos à temática trabalhada, de forma que se pesquisou no Banco de Dados do Mestrado em Economia e nas bibliotecas setoriais da Universidade Federal, Campus I e II, e em órgãos governamentais, como a SUDENE e o IBGE.

Outras fontes de informações, além daquelas acima relacionadas, foram: através de revistas especializadas, jornais locais e de circulação estadual e nacional. Contou-se, também, com apoio de órgãos não governamentais, como a Pastoral Migratória Regional Nordeste e o CEM.

O caminho adotado após a coleta de dados, foi se fazer um estudo comparativo entre os dados obtidos sobre migrações nos diferentes períodos observados, cujo campo percorrido se dividiu em dois diferentes ambientes: no rural e no urbano. Com o levantamento dos dados, partiu-se então para a interpretação dos dados obtidos, como índices migratórios e índices populacionais, que pudessem fornecer subsídios para o estudo.

O método de estudo analisado para entendimento da dinâmica migratória rural-urbana na Paraíba foi o comparativo, através da comparação entre os censos demográficos e migratórios e o apoio teórico, no qual se teve, como aporte, observar, ao longo da história econômica e social do Estado se nos períodos analisados, os movimentos migratórios rural-urbanos, sua evolução e impactos sobre a sociedade paraibana, nos seus respectivos ambientes rural e urbano.

A ausência de informações sobre migrações de retorno e dados mais completos sobre migrações rural-urbanas no final dos anos 90, na Paraíba, foram elementos que dificultaram a análise mais completa do perfil migratório no período, principalmente dos fluxos migratórios de retorno.

Os objetivos gerais do trabalho foram:

- Procurar tratar da migração na Paraíba, destacando-se a forma como ela se desenvolveu no seu espaço agrário.
- Identificar como se processaram as migrações rural-urbanas na Paraíba, tendo como enfoque os aspectos econômicos e sociais, evidenciando-se sua dinâmica e características, bem como os impactos produzidos.
- Estudar os fluxos migratórios e a forma como eles se configuraram na Paraíba, a partir do processo de modernização agrícola, procurando-se relacioná-los com as estruturas econômicas e sociais existentes no Estado.
- Entender as tendências apresentadas pelas migrações rural-urbanas nos anos 90, no Estado, como resultante do processo de involução que se vinha processando na base econômica agrícola, desde o período anterior.

Foram objetivos específicos:

- Resgatar, historicamente, as migrações internas no Brasil e, especificamente, as ocorridas no Nordeste, procurando-se inserir a Paraíba nesse contexto.
- Entender as transformações verificadas no Nordeste e na Paraíba, com o desenvolvimento do processo de modernização agrícola, e quais os efeitos dessa modernização agrícola sobre as migrações na Paraíba.
- Verificar as transformações no meio rural paraibano, a partir da expansão da pecuária e da cana-de-açúcar, da crise da cotonicultura e das secas, procurando-se perceber como essas mudanças contribuíram para a constituição dos proletários rurais, como elevaram significativamente a expulsão de trabalhadores rurais, com a concentração desses nas imediações das pequenas e médias cidades da Paraíba.

- Mostrar os aspectos econômicos e sociais ocorridos na Paraíba nos anos 90, e, no âmbito deste processo, as tendências dos fluxos migratórios rural-urbanos, observando-se suas mudanças através da relação entre a base econômica agrícola e a incidência desses fluxos.

O Estado da Paraíba, área de estudo do presente trabalho, localiza-se no extremo leste da região Nordeste dispondo de uma área de 56.584,6km², o que corresponde a 0,66% do território brasileiro, e a 3,6% do território nordestino. É considerado a sexta maior área do Nordeste. Identificado pela SUDENE como o Estado que na zona do Polígono das Secas cobre uma área 5,25% do Polígono, a Paraíba tem uma porção semi-árida que corresponde a 48.502km² de área do Estado, ou seja, 85,7%. De acordo com Contagem Populacional feita pelo IBGE, em 1996, a Paraíba tem cerca de 223, e, de acordo com o IBGE, desses 170 fazem parte do semi-árido.

A Paraíba conta, ainda, com uma população total de 3.305.616 habitantes de acordo com a última Contagem Populacional do IBGE, em 1996, desse total, 1.599.328 habitantes representam os homens, contando 48,4% da população, e 1.706.230 correspondem às mulheres, num total de 51,6%. Entre as cidades mais populosas do Estado, destacam-se João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Patos, Souza e Bayeux.

Segundo o IBGE, a Paraíba se encontra dividida pelo IBGE em quatro mesorregiões assim distribuídas: Agreste, Borborema, Mata Paraibana e Sertão, as quais possuem, em sua totalidade, 23 microrregiões, em que a mesorregião do Agreste conta com as seguintes microrregiões: Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental, Esperança, Brejo paraibano, Guarabira, Campina Grande, Itabaiana e Umbuzeiro; já na mesorregião da Borborema estão as microrregiões do Seridó Ocidental, Seridó Oriental, Cariri Ocidental e Cariri Oriental, enquanto da mesorregião da Mata paraibana fazem parte as microrregiões do Litoral Norte, de Sapé, João Pessoa e Litoral Sul; por fim o Sertão paraibano é a mesorregião que possui as seguintes microrregiões: Catolé do Rocha, Cajazeiras, Sousa, Patos, Piancó, Itaporanga e Serra do Teixeira.

Nas Figuras 1, 2, 3, e 4 (Anexo I) tem-se as meso e microrregiões da Paraíba, fazendo parte, também da Figura 1, as mesorregiões da Paraíba quando divididas em 12 microrregiões, cujo quadro foi modificado segundo reformas implementadas pelo

IBGE, a partir de 1989; já as Figuras 2, 3 e 4 mostram como atualmente está delineado o quadro geográfico do Estado, inclusive com os novos municípios criados.

Da dissertação fazem parte a Introdução, e três capítulos, além das considerações finais, em que ao Capítulo I procura faz-se uma abordagem histórica das migrações mostrando-se, ao longo da história econômica e social brasileira, sua evolução, e se destacando a inserção da Paraíba nesse contexto.

No Capítulo II discute-se o processo de modernização agrícola no âmbito da realidade nacional e regional e o papel da Paraíba no contexto da modernização ocorrida no seu segmento agrícola, analisando-se seus principais aspectos, além de, nele, ser verificado e caracterizado o processo de modernização na Paraíba, ressaltando-se seus impactos sobre os fluxos migratórios, que passaram a configurar no Estado a partir deste período.

Enfim, no terceiro Capítulo estudam-se as tendências migratórias na Paraíba nos anos 90, incluindo-se neste contexto as migrações de retorno que passaram a existir no Estado, desde final da década de 80, e os principais fatores que compuseram a realidade econômica agrícola estadual estabelecendo-se uma relação entre eles e os movimentos migratórios rural-urbanos constatados no Estado, no período em análise.

CAPÍTULO I

1. MIGRAÇÕES INTERNAS: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

**“Minha vida é andar por este país, prá ver se um dia me encontro feliz, guardando as recordações das terras por onde andei, andando pelos sertões e os amigos que lá deixei, chuva, sol, poeira e carvão, longe de casa e no roteiro mais uma estação... e a saudade no coração”
(Luiz Gonzaga e Gonzaguinha)**

1.1 - Introdução

Na história econômica e social brasileira, as migrações têm-se caracterizado como estratégia de sobrevivência dos trabalhadores rurais às transformações ocorridas no campo, em que as migrações se tornam, portanto, resultado destas mudanças.

Com base num resgate histórico, objetiva-se, com este trabalho, fazer uma análise da trajetória das migrações internas no Brasil, no decurso de sua evolução, observando suas principais características e inserindo a Paraíba neste contexto.

1.2 - O Papel das migrações no contexto agrário-exportador

O Brasil, tem experimentado ao longo de sua evolução, os deslocamentos populacionais provocados pelas migrações, de forma que as migrações internas advém, como processo histórico-social, de diferentes fases do desenvolvimento econômico brasileiro, considerando-se que, no decurso de sua evolução cada ciclo econômico trouxe, no seu bojo, uma corrente migratória.

As migrações internas fazem parte, portanto, de dois distintos momentos do contexto histórico brasileiro, inicialmente com a economia primário-exportadora e, num segundo momento, através do advento do processo de industrialização que passa a ocorrer a partir de meados da década de 30.

"Procurar entender este processo é tentar compreender a forma como o desenvolvimento regional desigual provocou e acentuou a mobilidade social e espacial da população brasileira, a partir das migrações internas.

Deste modo, as migrações internas, como aspecto componente de fatores complexos e que, como consequência desses fatores, tomaram diferentes rumos, foram paulatinamente modificando o perfil do campo no Brasil, no decorrer de todo o seu desenvolvimento (SARMENTO, 1984:22).

Percebe-se, portanto, que os ciclos econômicos primário-exportadores que existiram no Brasil, através do açúcar, ouro, borracha e café, tiveram suas peculiaridades, visto que:

“(...) o surgimento e o desenvolvimento de uma dessas atividades em determinada região, tornavam-na um pólo de atração para os fluxos migratórios originados naquelas regiões que apresentavam crise ou desarticulação econômica” (MOREIRA, 1987:406).

Assim, os fluxos migratórios verificados neste período em cada região brasileira, são fruto do desenvolvimento de atividades primárias, como as já citadas, e eles serviram, também, para a ocupação territorial, através do desbravamento do interior e do sertão possibilitando, desta forma, que a distribuição espacial da população fosse constituída (BRAIDO, 1980:15). Percebeu-se, então, que, através da interiorização dos espaços considerados vazios, os fluxos migratórios se foram disseminando pelo país, tomando dimensão sobretudo em áreas de maior atração e onde a economia se expandia em larga escala.

De acordo com MARTINE “(...) as migrações e a distribuição da população sobre o espaço são resultantes, em última instância, da forma de como se organiza a atividade econômica, numa determinada sociedade”. (MARTINE, 1989:6); entretanto, é importante salientar-se que, além dos fatores econômicos, outros fatores estão associados, como aqueles relacionados à própria região de origem dos migrantes que, desta forma, passa a exercer influência sobre os deslocamentos populacionais a serem processados.

No Brasil, as regiões que historicamente se destacaram como as mais populosas, foram Sudeste e Nordeste mas, quando se analisa o papel que as migrações internas exerceram com relação à distribuição espacial da população, percebe-se que o Nordeste se sobressaiu-se por fornecer, principalmente para o Sudeste, um grande fluxo de mão-de-obra.

A nível nacional, as transformações foram alguns dos condicionantes que tiveram reflexo na região, sobretudo na condução de seu desenvolvimento socioeconômico, dentre as quais se destacam: a mudança do eixo econômico, que antes se centrava no Nordeste, e passa a se concentrar no eixo Rio-São Paulo; o advento do processo de expansão urbano-industrial, onde se observou uma saída muito grande de migrantes nordestinos em direção ao pólos econômicos localizados no Centro-Sul brasileiro; enfim, um outro elemento a se destacar é que a economia nordestina atravessa uma séria interna, decorrente da falta de medidas que impulsionassem economicamente a da região.

Observou-se que uma parcela considerável da população rural nordestina migrou para outras áreas provocando, na região, uma perda muito grande de sua população natural. Os fluxos de migrantes nordestinos em direção a outras regiões, como o Sudeste, fizeram com que o Nordeste se destacasse com sua “participação” na redistribuição espacial da população. Para (VALIM, 1997:13) "...O fenômeno das migrações nordestinas não significa apenas uma transferência de população de uma região para outra, mas expressão do êxodo rural no Nordeste”.

Os nordestinos que migraram em direção ao Sudeste ou para outras áreas, fizeram-no em consequência de problemas econômicos, agravados pelas secas periódicas na região, fazendo com que o Nordeste amargasse baixos índices de crescimento vegetativo e fosse historicamente área de expulsão de sua população natural, (SAMPAIO & ROCHA, 1989:11).

No desenvolvimento de atividades primário-exportadoras, o Nordeste teve grande participação, principalmente através da expansão açucareira, uma vez que o açúcar aqui produzido foi a principal fonte de riqueza da região, além de ser comercializado nos mercados nacional e internacional, cuja dinâmica estava voltada principalmente para mercado externo, o maior absorvedor deste produto, sendo montada toda uma infra-estrutura para que a produção açucareira se destinasse a esse mercado.

A expansão açucareira possibilitou a penetração da pecuária para o interior, a pecuária além das culturas de subsistência, foi uma atividade complementar às principais culturas da região, como o açúcar. Quando a cultura do açúcar produzido no Nordeste brasileiro, baseada historicamente no grande latifúndio, passou a perder sua hegemonia

frente aos mercados nacional e internacional, em função do café, o Nordeste passou por diversas transformações internas, cuja a ênfase passou a ser dada ao algodão e à pecuária estas, também, sob o controle do latifúndio.

Segundo (OLIVEIRA, 1993:35) : "(...)o Nordeste açucareiro era deslocado pela competição inter-imperialista, que centrava sua disputa agora na apropriação e no controle da produção do açúcar no Caribe", fazendo com que outro ciclo econômico passasse a predominar no Brasil impondo-se, deste modo, uma nova dinâmica na economia brasileira.

Observa-se que os ciclos econômicos que se desenvolveram no Brasil, no período em que o modelo primário-exportador dominava a economia brasileira, não se articulavam, ou seja, em cada ciclo era empreendida uma dinâmica própria, cuja orientação não se voltava apenas para o mercado nacional mas principalmente, para o mercado internacional; conclui-se então que, durante esta fase, a economia brasileira se concentrava em regiões isoladas; como consequência deste processo, (MARTINE, 1989:8) afirma que: "(...) não havia uma integração nacional mas, sim, uma desarticulação inter-regional, produzindo seus efeitos sobre a distribuição da população que até meados do presente século estava orientada de acordo com esses ciclos."

A partir do desenvolvimento da cultura do café como principal produto exportador neste período, a economia brasileira assume novo viés, cujas mudanças se encontram relacionadas a própria dinâmica e as novas condições estabelecidas pelo capitalismo na Europa. Entre as principais transformações verificadas neste período e que repercutiram na economia brasileira, destacam-se inicialmente, mudanças nas relações de produção no campo, a introdução do trabalho assalariado e a pequena propriedade camponesa.

Outro elemento importante foi a criação da lei de terras devolutas, de 1850, que trouxe mudanças não apenas a nível de política de terras mas, sobretudo, no desencadeamento dos fluxos migratórios, que se verificariam mais adiante. A lei veio, também redefinir a política de terras adotadas no Brasil, sob o comando do capital europeu, ou seja, com ela a aquisição de terras passa a ser efetuada através do mercado de terras. Esta lei transformava as terras devolutas em monopólio do Estado, que era

representado pelos grandes fazendeiros; com a implantação deste dispositivo, os camponeses foram obrigados a trabalhar nas grandes fazendas, o que lhes dificultou o acesso à terra, (MARTINS, 1981).

“(...) exigir altos preços é a estratégia política encontrada para dificultar aos trabalhadores, posseiros, meeiros e, sobretudo, imigrantes, acesso à propriedade e, desta forma, garantir aos grandes proprietários de terra mão-de-obra abundante e barata”. (PANINI, 1990 :41).

Desta forma, o acesso à terra só seria permitido àqueles que tivessem condições de adquiri-la. Essas medidas, além de favorecer o interesse das oligarquias agrárias, aprofundaram o latifundismo no Brasil, uma vez que grande parcela da população, sobretudo a rural, foi impedida de acesso à terra, conforme afirma GRAZIANO DA SILVA (1978:30) : *“(..)criava condições para que esse contingente estivesse disponível para as necessidades do capital. É sob a égide da lei de terras, pois, que se processarão as transformações capitalistas no Brasil”.*

No âmbito desta conjuntura, percebeu-se que as medidas anteriormente citadas atenderam à demanda da mão- de- obra de que carecia a cultura do café pois, com a falta de escravos, devido aos entraves externos e internos do fim do tráfico, o governo adota, como principal medida, a política de apoio à imigração em substituição à mão-de-obra escrava. Esta atitude do governo atendia aos interesses das oligarquias.

Enquanto no governo eram empreendidas medidas que dessem sustentabilidade à imigração no Brasil, no Norte do país, particularmente no seio da Amazônia, um outro ciclo emergia: tratava-se, portanto, do ciclo empreendido pela cultura da borracha. A cultura da borracha atraiu sobretudo uma grande leva de nordestinos expulsos pelas secas que se abatiam no sertão:

“(...) na formação da oferta de trabalho para a exploração da borracha, a grande seca de 1877 1880 desempenhou papel de destaque. A força de trabalho engajada na produção de subsistência e na pecuária foi levada a abandonar suas atividades no sertão e agreste” (MOREIRA, 1987:407).

Desta forma, além das secas que assolaram a região e através da propaganda empreendida pelo governo, cuja política formulada era a de que a região Norte era uma

área de franco enriquecimento, com a cultura da borracha, ocorreram levas de migrantes nordestinos, já que a região Nordeste não os favorecia. Estes migrantes abandonavam a região e se dirigiam ao Norte do país, para tentar enriquecer, trabalhando na extração e no cultivo da borracha.

Enquanto o Sudeste do país experimentava franco desenvolvimento, a região Norte, através do cultivo da borracha, atraía grandes levas de nordestinos que, devido às péssimas condições de sobrevivência e em decorrência da seca que assolava a região, a abandonavam. Analisando as condições da época como resultante da estiagem, a (SUDENE, 1981:19) afirma que a seca: “... foi aos poucos deixando rastros de destruição, miséria e pobreza, e atingiu as principais províncias do Nordeste”.

Verificou-se no Nordeste que a seca expulsou um grande contingente de migrantes, enquanto a cultura do café no Sudeste se expandia consistindo no sustentáculo econômico da região e o principal pilar de seu desenvolvimento:

“(...) a cafeicultura forjou, com amplo apoio do Estado, uma infra-estrutura de suporte às atividades produtivas representadas por um complexo ferroviário, portuário, energético, comercial e financeiro que, aliado à imigração europeia, criou condições para posterior industrialização, que consolidou as diferenças com o Nordeste, cuja tendência em se consolidar como economia periférica e o Sudeste. (JATOBÁ, 1985:520).

Entre os dispositivos utilizados pelo governo para utilização da mão-de-obra do imigrante europeu, destacam-se aqueles relacionados ao baixo custo do transporte internacional, e ao fato de que a migração de nordestinos para as culturas de café não estava de acordo com interesses dos grandes latifundiários nordestinos, uma vez que estes necessitavam, em determinados períodos como os de secas de um exército de reserva de mão-de-obra.

Observa-se, desta forma que, por detrás desses procedimentos, havia uma política elaborada pelo governo em relação à vinda dos imigrantes e que tinha aceitação por parte das oligarquias cafeeiras no Sudeste (MOREIRA, 1987:408-409). Estes foram, portanto, alguns dos fatores considerados fundamentais para que se pudesse entender por que ocorreu, nesse período, uma massiva utilização da mão-de-obra do imigrante europeu, em detrimento do migrante nordestino.

Por conseguinte, quando se analisam os movimentos migratórios ocorridos na sociedade brasileira, sobretudo nesta primeira fase na qual se reporta este estudo, percebe-se tão somente dois tipos de movimento migratório que exercerão influência sobre a dinâmica econômica, social, política e populacional brasileira.

O primeiro movimento, de caráter externo, é propiciado pelas imigrações e o segundo, de caráter interno, é ocasionado pelas migrações inter-regionais. Ambos não trouxeram reflexos apenas no que se refere à distribuição da população, mas revelaram, sobretudo, que as migrações "...são simultaneamente causas e conseqüências das transformações sociais e dos conflitos de classes que passam a ocorrer no interior de determinada sociedade".(GAREIS, 1992:20).

Portanto, com base nesses movimentos, está a própria dinâmica exercida pelo capitalismo, acentuando as diferenciações regionais, contribuindo para o desenvolvimento econômico de uma região, em detrimento do subdesenvolvimento de outra,¹ o que promoveu profundas alterações na distribuição populacional, acelerando os fluxos migratórios inter-regionais que se processariam com maior intensidade, principalmente a partir de 1930, como será visto adiante.

Até o início deste século, o modelo agrário-exportador da economia brasileira atendeu às necessidades não apenas do capitalismo internacional mas, também, às próprias necessidades do mercado nacional. Para OLIVEIRA(1993) e JATOBÁ (1985) o Brasil era uma sociedade rural/primária, constituída por ilhas regionais, cujo objetivo principal era o mercado externo, com base em economias primárias, sem articulação entre si e com poucas áreas urbanas.

Neste período, a grande maioria da população brasileira estava centralizada na zona rural e as migrações inter-regionais, eram relativamente crescentes. No entanto, o

¹No decurso do desenvolvimento econômico brasileiro, isto se verificou principalmente a partir do momento em que o Nordeste foi gradativamente perdendo sua hegemonia e evidência em benefício do Sudeste. O Nordeste passou, desta forma, a abastecer com mão-de-obra e produtos o Sudeste. Estas diferenciações foram paulatinamente provocando o empobrecimento do Nordeste permitindo, assim a acentuação do êxodo rural que marcadamente passou a ocorrer no Brasil

número de migrações externas era bem maior de modo que, ao se analisar as migrações externas, ocorridas no Brasil verifica-se, neste período, verifica-se que elas aumentaram sensivelmente tornando-se predominantes.

Tabela 1.1 - Imigração Estrangeira: Brasil, Região Sudeste e Sul (1872 - 1950)

Censo (Ano)	Brasil (hab.)	Sudeste (hab.)	Sul (hab.)	Sudeste e Sul (%)
1872	388.459	264.895	61.326	84,0
1890	351.545	265.383	46.116	88,6
1900	1.074.511	837.902	204.435	97,0
1920	1.565.961	1.224.270	245.021	93,0
1940	1.406.342	1.137.958	203.324	95,3
1950	1.214.184	980.573	173.797	94,1

Fonte: Núcleo de Estudos Populacionais (1995)

Conforme se verifica-se na TAB.1.1, até as primeiras décadas deste século eram as imigrações que se constituíam nos elementos condicionantes dos deslocamentos a serem verificados no país. A partir da década de 30, um novo movimento passou a delinear a mobilidade populacional, decorrente não apenas das migrações internas mas, principalmente, das mudanças ocorridas na economia internacional, que repercutiram de maneira decisiva sobre a economia nacional e modificaram paulatinamente o rumo e o perfil das migrações inter-regionais no país. Tais mudanças se deram mediante uma conjuntura externa desfavorável, que se foi delineando principalmente em fins da década de 20, a partir da queda da Bolsa de Valores, nos Estados Unidos. Os reflexos desta crise foram sentidos principalmente sobre o principal produto de exportação da economia brasileira, o café.

No período que antecedeu a crise, a produção de café no Brasil atingiu grandes escalas, chegando a patamares nunca antes verificados ocorrendo, assim, uma superprodução do produto. A sua demanda estava em crise e o excesso de oferta veio a se agravar a partir de 1929.

“(...) criando sérias dificuldades para toda a economia brasileira, dado que praticamente todas as outras atividades dentro do país dependiam, direta ou indiretamente, do desempenho do setor exportador cafeeiro” (GREMAUD, 1996:175).

Esta crise da economia cafeeira, que teve seu ápice no início dos anos 30, expôs a fragilidade do modelo econômico adotado no Brasil, tendo por base o setor primário-exportador. Esses fatores conjugados foram deteriorando o modelo agrário-exportador, resultando na adoção de um novo modelo econômico. A industrialização passa a ser prioridade na economia brasileira e a política econômica foi empreendida em torno desta prioridade, passando-se a efetivar o uso do modelo de substituição de importação.

No decurso da transição do modelo agrário-exportador para o modelo centrado na substituição de importações, foi necessário empreender algumas reformas, dentre as quais se destacam: a necessidade de divisas, para dar continuidade à importação dos principais produtos manufaturados, e o estímulo ao processo de industrialização que já vinha dando seus primeiros passos, mas que não consistia, ainda, na principal meta a ser adotada no país, já que a economia brasileira girava em torno de exportação de produtos primários, como o café.

Como o Sudeste do país já se encontrava em pleno desenvolvimento econômico, dada a concentração de investimentos na região, ela passou a ser o foco de atração e centralização dos recursos viabilizados pelo Estado, estimulando o processo de industrialização. A cafeicultura criou as bases para a acumulação e expansão industrial, mas esta só se foi consolidando a partir da crise do café, decorrente da recessão internacional mas, para o PIMES (1984) os efeitos manifestados pela política econômica, a partir de 30, tiveram grande influência sobre o desenvolvimento industrial brasileiro, mas se deve salientar que os interesses e os instrumentos utilizados para viabilizá-lo, estavam intrinsecamente relacionados aos interesses dos cafeicultores.

Quando se analisa a participação do governo no desenvolvimento industrial logo se percebe que a industrialização ganhará maior tônica a partir da elaboração do Plano de Metas, em meados dos anos 50, período em que as políticas empreendidas pelo governo se instrumentalizaram em torno da expansão industrial brasileira.

Por conseguinte, as regiões brasileiras que antes de 30 eram desarticuladas entre si, como se formassem “ilhas” isoladas, passaram a se inter-relacionar ocorrendo, deste modo, uma nova divisão regional do trabalho, a partir da unificação nacional dos mercados, redefinindo, assim, o perfil político, econômico e social brasileiro MARTINE (1989) e OLIVEIRA (1993).

Neste processo de integração, e ao mesmo tempo em que se articularam as regiões brasileiras, produziu-se um outro tipo de efeito, isto é, provocou-se a desestruturação daquelas regiões que antes eram economicamente estruturadas, como o Nordeste, em função daquela que passou a emergir como principal foco atrativo de investimento, a região Sudeste, através do capital industrial. Ocorre, nesta fase, uma fluência para esta região, de grande contingente de migrantes, sobretudo migrantes oriundos do Nordeste, iniciando um processo inverso ao que ocorreu antes de 30, acelerando-se os fluxos migratórios inter-regionais e diminuindo-se as migrações externas paulatinamente.

Com o fim do modelo primário-exportador, ocorre também o fim da hegemonia exercida pelas oligarquias rurais, e há um redirecionamento do poder político:

“(...)com o advento do período industrial, o setor agrário, paulatinamente, subordina-se ao projeto de industrialização do país. Logo a oligarquia rural, formada sobretudo pelos fazendeiros do Nordeste e cafeicultores de São Paulo, passa a conviver com uma elite em franca ascendência a burguesia”(PANINI, 1990:54).

É, portanto, esta burguesia industrial que passa a dominar a cena política e econômica do país, e é a concentração dos investimentos internalizados no Centro-Sul do país, fazendo deste o maior pólo urbano-industrial brasileiro, que vai gradativamente modificando o cenário regional brasileiro, acentuando sobremaneira as desigualdades, a nível regional.

O Nordeste, que já vinha sofrendo com as mudanças que se estavam processando no contexto econômico nacional, passa, com o desenvolvimento urbano-industrial a ser afetado por estas mudanças, e, a nível nacional, ele vai perdendo paulatinamente a

posição de importância, em função do Centro-Sul². Ao analisar este processo de diferenciação entre as duas regiões, verifica-se que: “(...) as disparidades são, concretamente, o sinal do movimento diferencial de acumulação nas relações entre os ‘Nordestes’ e o Centro-Sul”. (OLIVEIRA, 1993:76). Com isto, o desenvolvimento da região passa a ser definido em função do Sudeste, fazendo com que a economia nordestina recorresse, em todos os setores, a um intenso processo de transformação, em que produtos como o açúcar, principal cultura da região, bem como o algodão e a pecuária e policulturas perdessem posição de destaque, passando a economia nordestina a ser conduzida em função da expansão açucareira e da pecuária e policulturas.

Este processo, que culmina com a perda da importância econômica do Nordeste em função da hegemonia urbano-industrial do Centro-Sul brasileiro que estava se processando e que tinha em São Paulo seu principal aporte, passa a ter repercussões sobre os deslocamentos via migrações, de forma que estas passaram a ocorrer em grande escala:

“(...) importantes movimentos migratórios não só no sentido rural-urbano mas também intra-rurais. O movimento migratório mais importante deu-se na direção do Nordeste e Minas Gerais para o Centro-Sul, particularmente São Paulo e Paraná” (SORJ, 1980:17).

Contudo, os fluxos migratórios vão-se modificando quando há o esgotamento do modelo baseado na monocultura e exportação. A industrialização, que já vinha dando os primeiros passos no século passado, potencializa-se como principal objetivo a ser desenvolvido, tendo à frente o forte apoio e o incentivo dado pelo Estado. Ocorre que, diante desta nova realidade experimentada pela economia brasileira, as migrações inter-regionais se intensificam, tomando novos rumos e novas configurações.

1.3 - Migrações Inter-regionais: Novos rumos e determinações

Com os novos rumos tomados pela economia brasileira a partir de 30, os fluxos migratórios inter-regionais se revestem de diferentes características, dinamizando-se e se diversificando da forma como eles vinham se processando no período anterior a 30. É,

²Centro-Sul colocado aqui como área geoeconômica

portanto, no pós-30, a partir da derrocada da produção cafeeira e da transição para um novo modelo econômico, que as migrações passam a se desenvolver sob duas formas distintas. Assim, no momento em que a economia primário-exportadora dá sinais de exaustão, e a cultura do café, seu principal sustentáculo, entra em crise, os fluxos migratórios tenderam a crescer e se disseminar por todo o país. Deste modo, verificou-se que uma parte dos trabalhadores que estavam concentrados no campo, migrou rumo às novas fronteiras agrícolas que se estavam abrindo perto dos centros dinâmicos da economia brasileira:

“(...) a expansão da fronteira agrícola tem servido de contraponto para a concentração populacional nas cidades. Ao ocupar novos espaços e integrá-los à economia nacional, a fronteira atraía não somente as migrações com destino rural mas, também, proporcionava o surgimento de cidades de apoio, algumas das quais tiveram um crescimento extremamente acelerado” (MARTINE, 1995:84).

Conforme o exposto, foram essas fronteiras, próximas às áreas de expulsão, que absorveram um grande contingente de mão-de-obra migrante, uma vez que elas também serviram para interiorizar os espaços considerados vazios³; no entanto, outra parte de trabalhadores rurais que saíram do campo, dirigiu-se às cidades, atraídas principalmente pelas possibilidades de emprego no processo produtivo urbano-industrial. A partir de 30, a economia brasileira sofre mudanças com a introdução de um novo modelo econômico, cujo pilar básico estava centralizado no processo urbano-industrial. (BARRETO & BRANDÃO, 1985)

Estabelece-se, por outro lado, “um novo pacto social”, sob a égide do Estado centralizador e empreendedor no campo econômico. Como resultado deste processo de desenvolvimento urbano-industrial, passam a ocorrer fluxos migratórios na direção campo-cidade, que se ampliaram nas décadas seguintes.

³Conforme verificou-se, estas áreas de fronteira agrícola constituíram-se em pólos de atração para essa mão-de-obra migrante, saída do campo, principalmente das culturas de café.

É necessário ressaltar que, antes de 30, já se constatavam, no Brasil, o desenvolvimento das atividades industriais, embora estivessem voltadas principalmente para o autoconsumo. Foi a partir de 30, com o estímulo do Estado à industrialização que esta se firmou como projeto desenvolvimentista a ser adotado pelo Estado com base no novo modelo econômico brasileiro. Observou-se que os fluxos migratórios rural-urbano e rural-rural, que surgiram neste período, foram resultado deste processo de desenvolvimento que se estava desencadeando no Brasil.

Neste panorama de mudanças na conjuntura econômica e social brasileira, a urbanização e a industrialização se expandem sobretudo no Centro-Sul. O eixo Rio-São Paulo é pólo dinâmico da economia brasileira, local de concentração de investimento. O perfil do campo foi sendo, então, paulatinamente alterado em variados aspectos, alguns dos quais relacionados à redução na disponibilidade de terras, já que o latifundismo permaneceu concentrado, o que fez com que as migrações campo-cidade atuassem no sentido de liberar esta mão-de-obra excedente em direção às outras áreas.

O crescimento das cidades e o volume de emprego que se desencadeou nesta fase, atraíram um grande contingente de mão-de-obra saída do campo. Isto estimulou as migrações provocando crescimento demográfico das cidades que até então apresentavam ritmo lento de crescimento vegetativo, uma vez que grande parte da população estava concentrada no campo. Foi, portanto, a conjugação destes elementos que suscitou os fluxos migratórios neste período, principalmente a partir da década de 40, conforme mostra a TAB. 1.2.

A TAB. 1.2 mostra que, a partir da década de 40, período de expansão urbano-industrial e também fase final da segunda guerra mundial (1945), as migrações no Brasil foram muito intensas. Pode-se observar na TAB. 1.2 que entre as regiões de destino dos migrantes, o Sudeste se destacou como aquela que mais absorveu mão-de-obra, uma vez que para esta região dirigiram-se grande fluxos migratórios oriundos de outras regiões brasileiras, principalmente do Nordeste.

Tabela 1.2- Brasil - Fluxos migratórios inter-regionais, segundo regiões de procedência e destino (1940)

Região de Origem	Regiões de destino						
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Emigrantes	%
Norte	-	17.226	22.448	929	4.648	45.251	33
Nordeste	115.011	-	479.002	13.214	103.047	710.274	559
Sul	2.150	50.955	-	175.168	95.505	323.778	227
Sudeste	427	2.236	80.391	-	10.005	93.059	88
Centro-Oeste	4.469	2.436	23.560	8.956	-	39.421	33

Fonte: Sampaio & Rocha, 1989.

Observa-se entretanto que, entre as regiões de origem, o Nordeste se destacou entre as demais por expulsar, via migrações, um significativo contingente de sua população. Tais deslocamentos já vinham se processando em períodos anteriores, mas foi a partir da década de 40 que eles se intensificaram, ganhando evidência na cena econômica e social brasileira.

O aumento significativo das migrações, a partir da década em estudo, deve-se principalmente a fatores de natureza externa e interna. A conjugação destes fatores estimularam as migrações inter-regionais no Brasil, podendo-se destacar inicialmente a supremacia econômica do Sudeste sobre as demais regiões, o que provocou deslocamentos não somente de mão-de-obra e de investimentos mas, sobretudo, gerando um desnível entre as demais regiões. Estas diferenciações são elementos que influenciaram os deslocamentos populacionais durante este período.

O surgimento de novos grupos sociais como a burguesia industrial, na condução dos interesses da política adotada pelo governo, bem como o modelo por ele desenvolvido, foi um dos principais elementos de mudanças a serem verificados. Esta burguesia industrial, que vai ganhando destaque na política brasileira foi, portanto, um dos viéses deste processo, uma vez que com os novos rumos tomados pelo Estado e pelo mercado nacional, já integrado, os acontecimentos que se delinearam foram no sentido

de procurar integrar o proletariado industrial no âmbito deste novo sistema político que tinha a frente à burguesia industrial SORJ (1980).

Mesmo com a ascensão da burguesia, como força política emergente, as oligarquias rurais não perderam sua importância neste processo, mantendo sua participação, verifica-se que: "...Elas mantiveram forte presença no Congresso Nacional, foram objetivo de políticas econômicas específicas e, principalmente, tiveram resguardado, do ponto de vista legal, o absoluto controle da propriedade da terra". (MEDEIROS, 1989:17).

Deste modo, quando a industrialização vai se expandindo, o governo tem, além do apoio das oligarquias rurais, a burguesia urbano-industrial como seu principal representante nesse período. O que ocorre é a formação de uma aliança, ou pacto social que possa garantir os "direitos" de ambas as partes. De um lado, as oligarquias rurais procuram manter intacta a propriedade da terra, preservando o latifúndio e, do outro, a burguesia industrial que, como classe emergente no setor urbano-industrial, procura assegurar os benefícios empreendidos pelo novo sistema político. Desta forma, conservaram e mantiveram invioláveis os interesses de ambas as classes, visto que o processo de industrialização não provocou a desestruturação da estrutura fundiária.

Assim, a implantação e expansão da industrialização no Brasil se ocorreram de tal forma que não provocaram modificações na estrutura agrária brasileira, mas foi observada uma conexão existente entre agricultura e indústria, a primeira abastecendo a segunda de matéria-prima. Deste modo, ocorreu uma crescente dependência da agricultura com relação à indústria. Sendo o Estado, no bojo deste processo, o principal gestor e idealizador (CHALOUT, 1980).

A associação destes elementos contribuiu para que o trabalhador rural não pudesse se fixar no campo, o que propiciou o êxodo forçado desta camada da população brasileira. Conforme o CEM: "(...) este povo desenraizado segue o roteiro ditado pelo desenvolvimento do capitalismo. Constitui verdadeiro exército de reserva seja para desbravar novas terras, seja para alimentar o crescente desenvolvimento da indústria" (CEM, 1986:18).

Antes do processo de expansão urbano-industrial era no campo que se concentrava grande parte da população brasileira. As cidades não apresentavam grande crescimento. Após o desenvolvimento urbano-industrial, as cidades passaram a concentrar pessoas oriundas do campo, via migrações. Isto promoveu o crescimento das cidades e o aumento de sua população. Desse modo, quando a industrialização vai se expandindo, o governo tem, além do apoio das oligarquias rurais, a burguesia urbano-industrial como sua principal representante, nesse período.

No período entre 1950 e 1960, as migrações internas no Brasil tiveram grande impulso, provocado, sobretudo, pela incidência de vários fluxos migratórios: o primeiro saiu do Nordeste e de Minas Gerais para a fronteira agrícola do Paraná e do Centro-Oeste. Nesta fase, o Paraná sobressaiu-se como área de grande atração, devido à prosperidade propiciada pela cultura do café.

Um outro fluxo continuou a ocorrer em direção ao Sudeste, principalmente no eixo Rio-São Paulo, área de atração de migrantes. É importante ressaltar que, durante este período, também foram observadas correntes migratórias saídas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina em direção ao Mato Grosso do Sul e ao Paraná.

Outras correntes migratórias saíram da região Sudeste em direção ao Sul, isto porque o Sudeste consistiu tanto em área de atração como de expulsão de migrantes. As correntes migratórias verificadas nesta região direcionaram-se para o Paraná, já que a fronteira agrícola nesta área era próxima ao eixo econômico principal do país.

Um outro fluxo migratório foi observado dentro da própria região Nordeste, onde muitos trabalhadores expulsos de seu local de origem, em consequência tanto da concentração da propriedade da terra, como da falta de condições de sobrevivência em períodos de estiagem, dirigiram-se para a fronteira agrícola do Maranhão, área de grande atração de migrantes na região. Assim, as migrações que ocorreram no Brasil, a partir destas décadas, não se desencadearam apenas no sentido inter-regional, mas também no sentido intra-regional.

No Nordeste, as migrações intra-regionais culminaram em direção à fronteira agrícola do Maranhão e de regiões metropolitanas nordestinas, como Salvador, Recife.

Entretanto, é importante ressaltar que foi durante esta fase que se observou o crescimento das cidades de médio porte da própria região.

Mesmo com o crescimento das cidades metropolitanas do Nordeste, conforme supracitado, e de um grande fluxo de migrações inter-regionais, o Nordeste continuou a perder uma expressiva percentagem de sua população, deixando no cômputo geral da análise das correntes migratórias que ocorreram durante este período, um saldo negativo nos índices migratórios, conforme ilustram as TAB. 1.3 e 1.4 a seguir:

Tabela 1.3 - Saldos migratórios totais intra e inter regionais do Nordeste (1950)

Estados	População residente (hab.)	Não naturais presentes (hab.)	Naturais ausentes (hab.)	Saldo migratório (hab.)	Índice migratório (hab.)	Densidade demográfica (hab/km ²)
Maranhão	1.583.248	161.117	100.187	+ 60.930	+ 0,04	4,9
Piauí	1.045.696	86.330	144.939	- 58.609	- 0,06	4,2
Ceará	2.695.450	107.538	268.437	- 106.899	- 0,04	18,4
R. G. Norte	967.921	77.288	103.661	- 26.373	- 0,03	18,3
Paraíba	1.713.259	100.159	246.770	- 146.611	- 0,09	30,4
Pernambuco	3.395.766	207.858	311.140	- 103.282	- 0,03	34,6
Alagoas	1.093.137	66.675	207.219	- 140.544	- 0,13	39,5
Sergipe	644.361	36.170	107.441	- 71.271	- 0,11	29,3
Bahia	4.834.575	140.894	426.970	- 286.076	- 0,06	8,6

Fonte: Sampaio & Rocha (1989).

Tabela 1.4 - Saldos migratórios inter e intra-regionais, segundo regiões de procedência e destino (1960)

Estados (hab.)	População residente (hab.)	Não naturais presentes (hab.)	Naturais ausentes (hab.)	Saldo migratório (hab.)	Índice migratório	Densidade demográfica (hab/km ²)
Maranhão	2.469.447	450.387	166.391	+ 283.996	+ 0,11	7,6
Piauí	1.242.136	101.196	313.675	- 212.479	- 0,17	5,0
Ceará	3.296.366	109.908	591.474	- 481.566	- 0,14	22,3
R. G. Norte	1.145.502	73.511	201.359	- 127.848	- 0,11	21,6
Paraíba	2.000.851	93.055	419.076	- 326.021	- 0,16	35,5
Pernambuco	4.096.768	224.519	650.831	- 426.312	- 0,10	41,7
Alagoas	1.258.107	96.930	316.483	- 219.553	- 0,17	45,5
Sergipe	752.256	38.967	188.997	- 150.030	- 0,20	34,2
Bahia	5.920.447	231.859	825.697	- 593.838	- 0,10	10,6

Fonte: Sampaio & Rocha (1989).

Entre os fatores que contribuíram para a incidência destes saldos migratórios negativos na região estão as secas, que atingiram a região no início e fim da década de 50; o acelerado surto industrial do Sudeste, motivado, sobretudo, pela maior aplicação de capitais e predomínio dos grandes grupos econômicos; a integração de uma malha rodoviária entre o Nordeste e Sudeste, que intensificou os fluxos, já que facilitou os deslocamentos regionais de uma região para outra e viabilizou a comunicação entre elas.

Esta fase também é marcada pelo aparecimento de um outro tipo de migrações: as migrações temporárias ou sazonais. Devido à ausência de condições que permitissem ao trabalhador rural obter o necessário a sua sobrevivência e reprodução, estes migram de uma área rural para outra, empregando sua força de trabalho nos períodos de safras agrícolas. No Nordeste, este tipo de fluxo passou a ocorrer do agreste para a zona da mata.

A intensificação da industrialização nacional teve como pilar básico no seu primeiro momento o modelo de substituição de importações, encontrando seu auge nas

décadas de 50 e 60. Entretanto, todas estas mudanças encontram-se calcadas na própria concepção desenvolvimentista, na qual o Estado brasileiro foi o maior impulsionador deste processo e das transformações que foram sendo processadas.

No decurso deste período, verifica-se no Nordeste um forte processo de esvaziamento no campo provocado, sobretudo, pelo êxodo rural forçado. Por conseguinte, percebeu-se que não foram apenas fatores naturais que propiciaram as correntes migratórias e provocaram a desestabilização da economia nordestina. Estas foram decorrentes de fatores de natureza econômica, cultural e social, sobretudo pela estrutura fundiária fortemente concentradora na região, que impediu a permanência dos trabalhadores rurais em seu local de origem, forçando-os a migrar.

Observa-se, na TAB. 1.5, que os dados apresentados neste período ilustram uma acentuada incidência dos fluxos migratórios inter e intra-regionais. As migrações nos anos 60 alcançaram patamar nunca antes registrado. O desenvolvimento industrial acelerou-se na década de 50. Como consequência deste desenvolvimento, ocorreu grande liberação de mão-de-obra, através das migrações.

Tabela 1.5 - Emigração Nordestina por local de nascimento, segundo o destino para outros Estados do Nordeste e outras regiões do país (1950/1960)

Local de Nascimento	1950			1960		
	Intra	Inter	Total	Intra	Inter	Total
Maranhão	21.377	78.810	100.187	27.309	139.082	166.391
Piauí	116.787	29.152	144.939	239.756	73.919	313.675
Ceará	141.739	126.698	268.437	294.988	296.486	591.474
R. G. Norte	61.087	42.574	103.661	77.390	123.969	201.359
Paraíba	194.411	52.359	246.770	230.366	188.710	419.076
Pernambuco	169.698	141.442	311.140	216.614	434.217	650.831
Alagoas	106.333	100.886	207.219	89.406	227.077	316.483
Sergipe	51.240	56.201	107.441	62.017	126.980	188.997
Bahia	32.912	394.055	426.970	34.206	791.491	825.697
Nordeste	895.587	1.021.177	1.916.764	1.272.052	2.401.931	3.673.983

Fonte: Sampaio & Rocha, 1989.

De acordo com os dados da TAB. 1.5 as migrações (intra e inter regionais), continuaram a crescer na região. As metrópoles do Sudeste e Sul continuaram a atrair migrantes. A intensificação destes fluxos deve-se não apenas a problemas estruturais, mas, sobretudo, à perspectiva de que as cidades ampliassem o universo de oferta de trabalho. A questão da sobrevivência é posta como principal fator a ser ressaltado pelo migrante. A cidade aparece no universo do migrante como uma saída para a solução de seus problemas, mas o que se observou foi que as cidades não conseguiam aproveitar parte desta mão-de-obra liberada do campo que é desqualificada.

Assim, passou a ocorrer um intensivo processo de esvaziamento do campo, em detrimento do alto grau de concentração urbana, verificando-se, deste modo, que: "... a mola que provoca a migração interna é o desenvolvimento capitalista. E esse desenvolvimento capitalista em cada região se manifesta de forma específica."(CEM, 1986:36). O quadro apresentado pela economia brasileira durante este período foi de profundas mudanças. Estas mudanças foram resultantes da política empreendida pelo governo, a partir da adoção do Plano de Metas.

Com o Plano de Metas, muitas empresas estrangeiras, tendo à frente o apoio dado pelo Estado, são instaladas no país, e os esforços gerados direcionam-se no sentido de acelerar a expansão industrial, sendo esta o principal aporte do plano de Metas e do modelo econômico a ele relacionado. Assim, o Plano de Metas pode ser considerado como o ápice do modelo de desenvolvimento adotado no país(GREMAUD, 1995).

Verifica-se que, com o Plano de Metas, intensificou-se a concentração regional da economia no Sudeste, e acentuaram-se os desequilíbrios regionais, as políticas empreendidas pelo Estado beneficiaram algumas regiões em detrimento de outras, e contribuíram para aumentar um dos grandes problemas no Brasil, as desigualdades regionais (CHALOUT, 1980:530), gerando descontentamentos entre as outras regiões brasileiras, sobretudo o Nordeste. Nesta fase, estavam ocorrendo conflitos sociais de várias dimensões. Estes não se verificaram apenas no Nordeste, mas eclodiram por todas as regiões brasileiras. Mediante os descontentamentos entre as outras regiões brasileiras, e face ao atraso econômico de algumas regiões, como o Nordeste, foram criados organismos regionais e programas especiais a eles relacionados.

Com a abertura de novas estradas, principalmente a partir da criação de Brasília, e com a ampliação dos meios de comunicação, a comunicação entre as regiões brasileiras foi facilitada. O Centro-Oeste passou a atrair um fluxo muito grande de migrantes oriundos de outras regiões, principalmente do Nordeste.

O período entre as décadas de 50 e 60 é marcado não apenas por transformações econômicas de grandes amplitudes, mas também por uma série de transformações sociais. Nesta fase, registram-se vários movimentos de luta pela terra e em prol da Reforma agrária.

Estes movimentos, em sua grande maioria, procuram questionar a propriedade da terra, o latifundismo, e a própria política empreendida pelo governo. É o Estado que vai criar e polarizar mecanismos que venham beneficiar a capitalização da grande propriedade e, deste modo, favorecer o setor de exportações brasileiro (CHALOUT, 1980).

No âmbito deste processo em que na região Nordeste ocorrem os movimentos sociais no campo, são questionados o subdesenvolvimento econômico da região e sua respectiva falta de dinamismo frente ao Centro-Sul do Brasil. A estrutura fundiária concentradora, torna-se um empecilho para o próprio desenvolvimento da região: além de provocar a incidência de fluxos migratórios acentua a eclosão por conflitos de terra.

Deste modo, o governo passou a preocupar-se (por pressões internas e externas) com a região e desenvolveu, desta forma, uma ação política estatal para o desenvolvimento da região Nordeste, criando a partir daí a SUDENE.

Outra atitude tomada pelo governo foi procurar, através de programas de colonização, deslocar e desarticular, das áreas de tensões grande contingente de trabalhadores rurais (MARTINS, 1981). Portanto, para o governo, através de transferência de trabalhadores rurais para outras áreas, sobretudo para áreas de fronteira agrícola, a “solução” encontrada, e a mais viável para conter a incidência de tensões no campo através da colonização, foi a técnica de colonizar para não reformar.

Esse comportamento na mobilidade populacional brasileira, via migrações, veio a intensificar-se, principalmente, em meados da década de 60 e na década de 70, quando

ocorreram modificações no ritmo das migrações, tanto na área rural como na urbana. Com relação ao crescimento deste êxodo rural, foram observadas, tanto no Nordeste, como nas áreas de fronteira agrícola no Paraná,⁴ mudanças no fluxo das correntes migratórias, fossem calcadas nos rumos que passam a ser tomados pela agricultura brasileira na época.

Com a introdução de novas tecnologias, a partir do advento do processo de modernização na agricultura brasileira, foram lançadas bases para que a Revolução Verde a introdução de insumos químicos e de novas técnicas agrícolas fosse viabilizada em toda a sua extensão. CHALOUT (1980) afirma que esta modernização não apenas beneficiou a concentração fundiária, mas estabeleceu aliança entre grandes proprietários e o capital e desenvolveu as condições necessárias para que a agricultura brasileira se capitalizasse e fosse impulsionada tendo, deste modo, aumento de produtividade.

O Nordeste enfrentou, assim, a exclusão promovida pelo processo de modernização agrícola, uma vez que a maioria de seus produtores rurais, localizados principalmente em região semi-árida não irrigável, não dispunha de técnicas modernas para incrementar o processo produtivo. Por conseguinte, observa-se que esta modernização conservadora, parcial e excludente, foi acelerando a diversidade regional e impedindo que o trabalhador rural tivesse acesso à terra e ao trabalho. Quando o trabalhador não encontra saída no assalariamento, encontra na migração sua estratégia de sobrevivência, uma vez que, expulso do campo, migra para as cidades próximas à zona rural ou para as grandes metrópoles, dentro e fora do seu Estado de origem.

Um outro fator observado entre as décadas de 60 e 70, foi o crescimento cada vez maior da sazonalidade da mão-de-obra, ou seja, a ocorrência da migração sazonal, que já se vinha processando e que alcançou, neste período, incriveis patamares, provocados pela expansão capitalista no campo. Com as mudanças introduzidas na base técnica, através do uso de implementos agrícolas que intensificaram o uso da terra e melhoraram a produtividade, foi-se eliminando, gradativamente, a agricultura de

⁴Este Estado que, em década anteriores serviu como área de atração de mão-de-obra, em meados de 60 para 70 desponta como área de expulsão

subsistência e se expulsando do campo o trabalhador rural, que passou a trabalhar como assalariado temporário. Como consequência ocorre:

“(...)sua proletarização, vem a desruralização, a utilização muito irregular de sua força de trabalho, a necessidade de complementar a renda migrando para outras áreas(e até outras regiões), a luta por melhores salários, quando a demanda por trabalho cresce”.
(CINTRA et al., 1984:38).

No bojo deste processo, o grande latifúndio ou a grande empresa agrícola, sobressaiu-se como maior beneficiária, uma vez que boa parte dos trabalhadores rurais, como meeiros, rendeiros, posseiros e pequenos produtores, sofreu com o processo de expropriação ocorrido no campo. Deste modo, esses trabalhadores encontram, como estratégia, dois caminhos: as migrações e o assalariamento rural (temporário ou permanente). Aumentaram, desta forma, os fluxos migratórios rural-urbano, e a proletarização existentes no campo.

SARMENTO (1984) ao analisar a questão dos deslocamentos populacionais no período de 1960-1970, percebeu que eles se aprofundaram, em consequência dos fatores acima expostos e do subdesenvolvimento econômico de algumas regiões, em especial do Nordeste que, apesar de ser considerado, tradicionalmente, área de expulsão, o progresso técnico ocorrido na agricultura e provocado pela modernização conservadora, não impediu que mesmo o Sudeste, área por excelência de atração de migrantes, apresentasse algumas perdas relativas, na sua população natural. Por outro lado, a essa saída via migração encontra respaldo na forma como o capitalismo se desenvolveu no campo, aprofundando a miséria na grande maioria da população e concentrando a riqueza nas mãos de poucos. O significado do declínio da população rural, tanto no Nordeste como no Norte, Sul e até no Sudeste, está relacionado.

“(...)ao processo de transformação da agricultura brasileira, com a introdução de máquinas e insumos agrícolas industrializados substituindo grandes quantidades de mão-de-obra e refletindo os efeitos da introdução do capital e das relações de trabalho capitalista no campo que acabaram por provocar um processo de emigração maciça do campo para as cidades” (TASCHNER & BÓGUS, 1986: 90).

Desta forma e com a implantação de técnicas modernas no campo, como equipamentos agrícolas, o perfil da agricultura brasileira foi-se modificando, uma vez que o apoio dado pelo Estado, através de políticas agrícolas, acentuou o processo de incorporação de novas tecnologias, pelos grande produtores rurais, e isto fez com que fosse incrementada a mobilidade populacional via migrações. A partir desta fase, o esvaziamento do campo está relacionado à penetração do capital no campo, o que intensificou a pobreza rural e provocou mudanças nas relações de trabalho, fazendo com que grande parte dos trabalhadores rurais continuasse se deslocando de uma área para outra, via migrações.

O diagnóstico dado à agricultura brasileira nessas duas décadas (1960 e 1970) é de permanente mudança. Essas mudanças já vinham gradativamente ocorrendo na agricultura, mas se acentuaram a partir do processo de modernização agrícola, a qual, por sua vez, intensificou o processo de urbanização, que já vinha sofrendo alterações desde a década de 30, quando foi iniciado o processo de industrialização. Neste processo, muitos migrantes foram expulsos do campo, dirigindo-se para as cidades, em busca de melhores condições de trabalho e de vida.

Para SARMENTO (1984) o comportamento das migrações deixa evidente, no período, o agudo subdesenvolvimento da região. Com base nas tabelas expostas, observar-se que das regiões de origem, o Nordeste apresentou o maior fluxo migratório; no entanto, as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, foram as que mais receberam migrantes oriundos não só do Nordeste, mas também de outras regiões.

A migração forçada afetou o crescimento de algumas regiões, como foi o caso do Nordeste, que teve perda acentuada de sua população natural, conforme mostram as TAB. 1.6 e 1.7, a seguir:

Tabela 1.6 Fluxos migratórios inter-regionais, segundo regiões de procedência e destino (1960)

Regiões de Origem	Regiões de Destino					Emigrantes	
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Inter	%
Norte	-	18.781	57.928	3.361	7.788	87.858	2
Nordeste	151.810	-	1.595.049	276.056	379.016	2.401.931	54
Sudeste	5.217	110.413	-	1.093.837	411.510	1.620.977	37
Sul	1.508	8.773	181.491	-	19.982	211.754	5
Centro-Oeste	13.694	6.431	71.750	7.719	-	99.594	2
Emigrantes Inter	172.229	144.398	1.906.218	1.380.973	818.296	4.422.114	100

Fonte: SUDENE - Censo Demográfico do Brasil, 1960

Tabela 1.7 - Fluxos migratórios inter-regionais, segundo regiões de procedência e destino (1970)

Regiões de Origem	REGIÕES DE DESTINO					Emigrantes	
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-este	Inter	%
Norte	0	24.818	82.745	4.425	13.793	125.781	2
Nordeste	179.968	0	2.513.038	395.033	642.070	3.770.109	54
Sudeste	18.356	163.281	0	1.448.507	847.367	2.477.511	36
Sul	4.264	14.859	380.870	0	54.713	454.706	6
Centro-Oeste	23.499	12.327	121.959	14.742	0	172.527	2
Emigrantes Inter.	226.087	215.285	3.098.612	1.862.707	1.557.943	6.960.634	100

Fonte: SUDENE - Censo demográfico do Brasil, 1970

A emigração de nordestinos para outras regiões brasileiras entre 1960 e 1970, foi bastante acelerada, em particular para o Rio de Janeiro, São Paulo, Pará e Paraná⁵. Os índices apresentados na TAB. 1.6 e 1.7, no período, mostram que, entre os Estados de procedência e de destino, os fluxos migratórios foram maiores no Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia; enquanto nos Estados emissores se distinguem Piauí, Ceará, Pernambuco e Paraíba.

De acordo com SAMPAIO & ROCHA (1989) esses fluxos se notabilizaram principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, centros dinâmicos da economia brasileira. Percebe-se, portanto, que as migrações internas no Brasil ao longo das décadas, ou melhor, ao longo de todo o seu processo, apresentaram-se como uma decorrência do avanço e expansão do capitalismo no campo e na cidade e, também, como produto do próprio subdesenvolvimento econômico de algumas regiões, como se verificou com o Nordeste, que tem sofrido perda líquida de sua população natural através dos tempos, de início com o declínio da cultura açucareira na região, em função da cafeicultura, bem como a partir da transição do modelo agrário-exportador para o modelo com base no processo de substituição de importação, vindo a tomar novos rumos com a implantação do processo de modernização no agro-brasileiro.

A hegemonia econômica do Centro-Sul sobre o Nordeste, elevou este último à condição de subdesenvolvido, já que houve descompasso entre a forma como foram conduzidas as economias do Centro-Sul e Nordeste brasileiros. Assim, a concentração da produção industrial no eixo Rio-São Paulo, o declínio de algumas das principais culturas no Nordeste e o flagelo subsequente das secas que assolaram a região nordestina, fizeram com que houvesse diferencial de crescimento demográfico e econômico entre o Centro-Sul e o Nordeste.

O Centro-Sul, desenvolvido e que polarizava a economia brasileira, continuava a atrair mão-de-obra vinda de outras regiões, enquanto o Nordeste, subdesenvolvido por não poder reter no campo grande parte dos trabalhadores rurais, expulsava-os, via correntes migratórias, para outras regiões brasileiras, Segundo (MOREIRA &

⁵Embora neste período o Paraná apresentasse relativa perda de sua população natural, via migrações, ainda se destacava entre os Estados brasileiros que conseguiam atrair migrantes oriundos de outros estados

MOREIRA, 1984:664) “(...) os fluxos migratórios internos em direção do Centro-Sul, em grande parte oriundos do Nordeste, explicam o diferencial de crescimento entre as duas regiões”. Com isto, o Nordeste teve, ao longo das décadas de 60 e 70, inúmeras baixas, no que se refere à sua população natural, principalmente no que concerne à rural, mas registrou relativas altas na sua população urbana e relativo desenvolvimento industrial. Esse crescimento, responsável pelo processo de urbanização das metrópoles da região ou das cidades de médio e pequeno portes, verificou-se em função de que grande parte dos migrantes oriundos da zona rural dirigiu-se para as áreas periféricas das grandes metrópoles nordestinas, ou para as cidades próximas das áreas rurais.

Enquanto isso, os fluxos migratórios foram consequência das mudanças que ocorreram na agricultura e na indústria, tanto no período de crise⁶ como no período do chamado “milagre brasileiro,” entre 1967-1972, quando foi observado crescimento das grandes propriedades em detrimento das pequenas. A cerca (fechamento do campo) feita no campo para dar lugar à expansão da grande propriedade, foi paulatinamente desestruturando as pequenas propriedades e provocando a migração rural-urbana.

É importante ressaltar que a expansão agrícola brasileira não somente resultou em alterações na produtividade e relações de trabalho no campo mas, também, que estas alterações trouxeram, no seu bojo, a intensificação das diferenciações sociais no campo, aumentando, deste modo, a miséria e a pobreza rural (SILVA, 1985 e LEONE, 1995).

Por conseguinte, e mediante a intensificação da miséria e pauperização do trabalhador rural, o que se observou como resultado deste processo foi que: “(...) o modelo de modernização capitalista da agricultura fez avançar o processo de proletarização e aumentar a utilização do trabalhador assalariado, ainda que preservando em muitas áreas a pequena produção familiar” (SILVA, 1987:32). Assim, grande parte dos trabalhadores rurais que não permaneceram no campo, foi forçada a se deslocar de sua área de origem, buscando novo destino, o que aumentou o número das migrações sazonais ocorridas nessas duas décadas (1960-1970).

⁶Esta crise ocorreu entre o início e meados da década de 60

Esses trabalhadores encontraram, nas migrações sazonais ou temporárias, uma estratégia de sobrevivência, face às dificuldades encontradas no campo. Outros se dirigiram para as cidades, tendo apenas sua força de trabalho para vender, sendo que a maioria trabalhava na construção civil ou em setores que não exigiam uma mão-de-obra especializada. Deste modo, a cidade passou a ser vista como uma saída, ou seja, alternativa para seus problemas no local de origem; no entanto, segundo MENEZES: “(...) na cidade, o trabalhador está completamente expropriado, sendo sua reprodução assegurada mediante a venda da força de trabalho”(MENEZES, 1985:6).

Na cidade, o migrante oriundo do campo enfrenta uma série de problemas associados à deterioração de sua condição de vida e de moradia, e que põe em cheque sua própria sobrevivência, porque, na cidade assim como no campo, a expansão do capitalismo provoca a deterioração das condições de sobrevivência deste trabalhador migrante, por causa do desemprego e do enfrentamento de diferentes situações. Para (CAMPOS, 1990:12): “(...) a cidade reflete a esperança de compensar a decisão do deslocamento do campo para a cidade na busca de salário que garanta estabilidade e segurança em seus trabalhos”.

Muitas vezes, a realidade se torna avessa à esperança do migrante encontrar, na cidade, o meio necessário à sua sobrevivência e de sua família. Deste modo, ele continua a migrar de um local para outro. Os locais de destino podem, muitas vezes, ser locais de origem de outras correntes migratórias (MENEZES, 1985).

Para CAMPOS(1990), esses deslocamentos constantes, em busca de melhores condições de vida, fazem com que ocorra um fluxo migratório intenso entre a origem e o destino, já que estes não são locais definitivos, mas apenas referenciais em relação à migração anterior. Assim, as migrações internas no Brasil, no decurso dessas décadas, decorrentes de pressões de origem estrutural e conjuntural provocaram, sobre a expansão e o desenvolvimento urbano, influência de grande magnitude, e exerceram mudanças no perfil das cidades, através de um crescimento demográfico desestruturado.

No Nordeste, nas décadas em análise, as migrações ocorreram tanto a nível inter-regional como no sentido intra-regional. De acordo com MOURA (1975:25)

TASCHNER & BÓGUS (1986), essas migrações, de natureza rural-rural e sobretudo rural-urbana, revelaram que os fluxos migratórios, principalmente os que ocorreram no sentido rural-urbano, aconteceram porque:

“(...) a concentração da infra-estrutura e de atividades econômicas e expectativas reais ou supostas de oportunidades de emprego são todos fatores que devem, em maior ou menor grau, orientar os fluxos de pessoas que anualmente deixam ou são expelidas do demograficamente inflado setor rural nordestino” (MOURA, 1975:25).

Em meados da década de 70, a agricultura brasileira teve seu comportamento alterado, em virtude de um conjunto de fatores externos e internos a ela relacionados e que exerceram forte influência não apenas no desempenho da agricultura nesta fase mas, também, no ritmo das correntes migratórias entre as regiões brasileiras e, mais especificamente, do Nordeste.

A tendência observada foi a intensificação de transformações nas estruturas agrária e fundiária e na conexão existente entre indústria-agricultura-agroindústria. Estas modificações foram ampliadas sobretudo com a consolidação do PROÁLCOOL⁷, que trouxe a expansão canavieira e a crise do algodão⁸.

Esses dois fatores produziram, no Nordeste, vários efeitos no campo, em especial sobre o trabalhador rural descapitalizado sendo este, portanto, o mais afetado. O primeiro, o Proálcool, propiciou a expulsão do campo de grande contingente de trabalhadores rurais, principalmente daquela camada originária do semi-árido nordestino, e o segundo, juntamente com as secas prolongadas que se sucederam no final da década de 70 até meados da década de 80, conduziu à desarticulação da agricultura de subsistência, que foi fortemente afetada. Portanto, a associação desses fatores provocou a migração em grandes proporções, tanto inter como intra-regional.

⁷O Proálcool representou uma tentativa para sair da crise que se vinha se desencadeando na economia brasileira e que se encontra calcada na própria crise do capitalismo a nível nacional e mundial

⁸Esta crise vinha se processando paulatinamente, mas encontraria o seu período de auge na década de 80, com a praga do bicudo, entre outros fatores

Salienta-se que, no âmbito da conjuntura nacional, outros elementos concorreram, de maneira direta ou indireta para influenciar o comportamento apresentado pelos deslocamentos populacionais, entre os quais figuram as duas crises do petróleo a nível mundial, que marcaram o início e o fim da década de 70.

A desaceleração da economia e o fechamento das fronteiras agrícolas no Amazonas e no Paraná, que provocaram deslocamento maciço de grande parcela de trabalhadores rurais de áreas de tensões para essas áreas, não serviram apenas para os projetos de colonização do governo mas, também, para os propósitos do próprio capital:

“(...) o capital não necessita de trabalhadores autônomos, do pequeno proprietário. ele necessita de força de trabalho do trabalhador despossuído, do homem sem terra, ao qual não resta outra opção senão trabalhar para o latifundiário, dono da terra” (SILVA, 1983:28).

O “fechamento” da fronteira conduz à desestruturação da produção de subsistência e acirra os conflitos de terra, agindo sobre os fluxos migratórios, uma vez que desorganiza também a condução destes. De acordo com PATARRA (1983) na década de 70 ocorreram, em grande magnitude, muitas correntes migratórias por todo o país. Estes fluxos dirigiram-se no sentido do Centro-Oeste, e particularmente em direção a Rondônia e Roraima no Norte do Brasil área que, na década em questão, caracterizou-se como receptora de migrante pelo grande volume de fluxo migratório apresentado.

Na década de 70 os deslocamentos populacionais, em decorrência do esgotamento econômico produzido na economia brasileira, alcançaram altos índices, porém no cômputo geral da década, algumas regiões brasileiras apresentaram saldo migratório positivo. O Nordeste foi a região brasileira que mais apresentou saldos negativos em quase todos os seus Estados, exceto no Maranhão, conforme mostra a TAB. 1.8.

Os índices apresentados na TAB.1.8 mostram que a economia brasileira, em 1970, passou por diversas transformações, tanto na estrutura social como econômica. Essas transformações exerceram influência direta sobre o comportamento das correntes migratórias no Nordeste, modificando a sua dinâmica.

Tabela 1.8 Saldos migratórios intra e inter-regional comparados à população residente por estados do Nordeste (1970)

Estados	População residente	Não naturais presentes	Naturais ausentes	Saldo migratório	Índice migratório (%)	Densidade demográfica Hab./km ²
Maranhão	2.992.686	421.064	262.897	+ 158.167	+ 0,05	9,2
Piauí	1.680.573	117.661	364.515	- 246.854	- 0,15	6,7
Ceará	4.361.603	145.306	711.088	- 565.782	- 0,13	29,7
R. G. Norte	1.550.244	91.676	286.652	- 194.976	- 0,13	29,2
Paraíba	2.382.617	113.331	622.291	- 508.960	- 0,21	42,3
Pernambuco	5.161.881	295.337	940.635	- 645.299	- 0,12	52,5
Alagoas	1.588.109	114.834	425.079	- 310.245	- 0,20	57,4
Sergipe	900.744	50.217	267.565	- 247.348	- 0,24	41,0
Bahia	7.493.470	291.304	274.832	- 983.528	- 0,13	13,4

Fonte: Sampaio & Rocha, 1989

Segundo BRUM (1982:113) as modificações verificadas são decorrentes do próprio modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, modelo este que agravou as desigualdades sociais e regionais, através da concentração da renda e do capital e da manutenção da estrutura agrária, existente no campo. A renda do trabalhador rural manteve-se em baixos níveis acentuando, assim, sua proletarização:

“(...)Associada a esse modelo, a pressão demográfica exercida principalmente pelas migrações contribuiu para acentuar as pressões do lado da oferta de mão-de-obra, que se traduzem no subemprego e na alta rotatividade da força de trabalho” (MENDONÇA, 1990:29).

As transformações na estrutura econômica brasileira, que se vinham processando desde a década de 70, agravaram-se na década de 80, como consequência de uma conjuntura internacional desfavorável, gerando crise interna de variadas dimensões e exercendo pressões sobre as políticas econômicas e sociais que foram adotadas no Brasil, nesta fase:

“(...) o qual favorece a expansão e a consolidação de um sistema capitalista dependente associado, baseado no tripé empresas estatais e empresas privadas nacionais e estrangeiras, que propiciam a acumulação, concentração e centralização do capital em poucos grupos” (CHALOUT, 1984-1985:62).

Assim, o quadro apresentado é de desequilíbrio e acirramento de problemas estruturais, como intensificação das desigualdades sociais e regionais, que já se vinham efetuando em décadas anteriores; além destes fatores, outros também são associados, como evolução do desemprego, e secas prolongadas, que desestruturaram as pequenas produções no Nordeste do país; crescimento, em várias dimensões, da pobreza absoluta no seus níveis urbano e rural, surtindo efeito sobre as correntes migratórias.

Num clima de recessão econômica e apesar de uma conjuntura internacional e nacional desfavorável, em determinadas fases da década de 80, a agricultura brasileira apresentou relativo crescimento em detrimento de outros setores (GOLDIN & RESENDE, 1993) além de flutuações no decurso dos anos 80, flutuações estas resultantes das políticas econômicas (ajustamentos, estabilizações e planos) adotadas neste período:

“(...)os períodos de estagnação, de crescimento e de crise na agricultura brasileira durante os anos oitenta, mostram que a performance da agricultura brasileira foi muito afetada pelo ambiente econômico geral, cujo traço mais notável consistiu na crescente instabilidade econômica, institucional e política”(BUAINAIN & REZENDE, 1995:24).

Assim, mesmo na agricultura, mostrando bom desempenho em determinadas fases, com safras recordes, este comportamento não foi de todo compatível com a rentabilidade apresentada a qual foi, em todo o seu curso durante a década, bastante diferenciada no meio rural, como um todo, proporcionando, deste modo, o crescimento dos desequilíbrios regionais no Brasil.

Em relação aos fluxos migratórios intra e inter-regionais observou-se, na época, que, a nível nacional, esses fluxos continuaram a ocorrer, como decorrência da crise econômica da década, que afetou o setor agrícola e ocasionou a incidência dos fluxos migratórios entre as regiões brasileiras.

Ressalta-se que, na dinâmica das migrações internas no Brasil, identificou-se uma retração no comportamento dos fluxos migratórios; estes, por sua vez, se diferenciaram das décadas anteriores, quando as correntes migratórias ocorriam no Brasil em todas as direções, tanto no sentido intra como no inter-regional.

A tendência observada neste período foi uma retenção do migrante na área de origem, com diminuição dos fluxos, ou mesmo um fenômeno bem mais recente, identificado pelos retornos dos migrantes para sua região de origem o que ocorreu nos fins da década de 80 e no início da década de 90. Um dos fatores que propiciaram esta retenção do migrante ou mesmo sua volta para a região de origem, ainda que ficando na periferia das metrópoles ou cidades e não voltando propriamente para o campo, foi o desempenho da economia brasileira na década de 80 colaborando, deste modo, com a redução nos fluxos migratórios. Esta redução, que não vinha ocorrendo em décadas anteriores, foi mais cristalina na década de 80, quando os fatores acima expostos contribuíram para evitar a saída do migrante de seu local de origem para outras regiões. Isto apontou para um outro tipo de crescimento das correntes migratórias, as migrações intra-regionais e migrações de retorno (MARTINE & WONG, 1994) e fez com que, durante este período, as regiões mais densamente populosas, como o Sudeste e Nordeste, concentrassem em suas metrópoles ou em cidades circunvizinhas um grande contingente populacional:

“(...)O Nordeste apesar de conter a metade da população rural do país, experimentou uma mudança significativa durante a década de 80, quando teve, pela primeira vez, uma redução absoluta em seu contingente residente em áreas rurais. Por outro lado sua população urbana vem crescendo bem mais rapidamente” (MARTINE, 1995:72).

Com isto, parte daquela população expulsa do campo passou a se concentrar nas cidades da própria região, provocando intenso processo de urbanização nessas cidades. Esta tendência, observada na década de 80, prolongou-se nos anos 90, quando a tendência das migrações internas é de se distribuiu em dois movimentos migratórios distintos, ou seja, um movimento em direção a outras regiões, mas em menor número e intensidade, e outro movimento (intra-regional) bem mais intenso, que se verifica na própria região de origem do migrante.

No âmbito dessas mudanças, as migrações internas no Brasil e as migrações de retorno, têm apresentado relativo crescimento. ao fazer um balanço dos rumos tomados pela economia nacional nas duas últimas décadas, 80 e 90, respectivamente, observa que:

“(...) o ambiente econômico brasileiro sofreu grandes mudanças nos anos 90. Dentre as principais, destacam-se intensa e rápida política de abertura comercial, priorizando a integração competitiva, reformas profundas na ação do Estado e implementação de um programa de estabilização, que já dura três anos”(ARAÚJO, 1998:24).

No bojo deste processo, em que a economia brasileira tem passado por profundas modificações e evoluído dentro de uma nova perspectiva, a tendência observada nas migrações internas é que elas operam no sentido de uma nova dinâmica. No Nordeste, o fenômeno da urbanização acelerada, associado à favelização sempre crescente, tanto dos grandes centros urbanos como nas cidades periféricas, tem-se apresentado, nas décadas de 80 e 90, como reflexo da crise ou da modernização parcial de sua economia (MARTINE, 1995).

Desta forma, os elementos que têm contribuído e influenciado no novo fluxo populacional da região Nordeste contribuem, também, para acentuar as transformações que estão ocorrendo na região.

1.4 - Determinantes das migrações na Paraíba.

Identificar-se-ão nesta seção, principais elementos que provocaram o surgimento das migrações rural-urbana na Paraíba, a partir de meados da década de 40, tendo como reflexo o processo de transformação nacional que se estava processando, quando ocorreram mudanças conjunturais decorrentes do desenvolvimento urbano-industrial.

Tal processo teve início na década de 30 e transformou o cenário urbano brasileiro, atraindo para os núcleos urbanos das grandes metrópoles do Centro-Sul, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, um considerável contingente populacional, oriundo sobretudo da região Nordeste. Forçados a migrar, movidos pela busca de melhores condições de vida e de trabalho, já que em seu lugar de origem geralmente o

campo não lhes dava condições de sobreviver, esses migrantes se dirigem para o Centro-Sul, como área promissora e em processo evoluído de desenvolvimento.

No rastro das mudanças que estavam ocorrendo no contexto nacional, observou-se que o resultado de tais modificações teve repercussão sobre a dinâmica estadual e foi responsável, além dos fatores internos, pela incidência de migrações na Paraíba.

É importante colocar que as diferenças estruturais entre as regiões e a nível regional entre os Estados, são elementos fortíssimos que condicionam os fluxos migratórios. Na Paraíba, vai-se perceber um aumento significativo nos fluxos migratórios, principalmente nas migrações rural-urbanas.

"Na Paraíba, destacou-se, sob o mesmo aspecto toda a sub-área constituída pelas microrregiões do Piemonte da Borborema, Agro-pastoril do Baixo Paraíba e Brejo paraibano, localizada entre João Pessoa e Campina Grande, as duas maiores cidades do Estado. Vale acrescentar que essas três microrregiões chegaram mesmo a apresentar, em 1970, efetivos de população rural inferiores aos registrados dez anos antes" (MOURA, 1975:47).

A Paraíba, desde então, tem experimentado múltiplas alterações no seu quadro demográfico, sendo considerada um dos principais estados nordestinos emissores de migrantes e que tem registrado, entre as décadas de 40 e 50, saldos negativos em seus dados migratórios, o que lhe propiciou, no curso de décadas, perdas substanciais em sua população natural. Verifica-se que o volume de migrações ocorridas na Paraíba aumentou sensivelmente, sobretudo no período compreendido entre 1940-1960, conforme TAB. 1.9 e 1.10, a seguir.

Tabela 1.9 - Paraíba - Saldos migratórios totais intra e inter-regionais (1940-1970)

Ano	População presente	Saldo migratório (1.000)	Índice migratório	Densidade demográfica (hab./km2)
1940	1.422.282	- 54,55	- 0,04	25,2
1950	1.713.259	- 146,61	- 0,09	30,4
1960	2.000.851	- 326,02	- 0,16	35,5
1970	2.382.617	- 508,96	- 0,21	42,3

Fonte: Sampaio & Rocha, 1989

Tabela 1.10 - Paraíba - Emigração Inter e intra-regionais no período (1940-1960)

ANO	INTRA (hab.)	INTER (hab.)	TOTAL (hab.)
1940	131.762	26,97	158.739
1950	194.411	52,35	246.770
1960	230.366	188,710	419.076

Fonte: Sampaio & Rocha, 1989

Os deslocamentos populacionais na Paraíba contribuíram para a ocorrência de relevantes mudanças na dinâmica interna no Estado, porém, a questão migratória não está relacionada apenas a mudanças na estrutura produtiva mas, também, aos prolongados períodos de seca que acometem o Estado, já que este, em sua composição geográfica, tem grande parte de suas terras inseridas no semi-árido. O semi-árido paraibano, por apresentar ausência de chuvas devido à instabilidade pluviométrica vem, durante décadas, em períodos de seca, comprometendo a produção agrícola do Estado, atingindo principalmente o pequeno produtor descapitalizado sendo este, portanto, portanto o quadro apresentado.

Verifica-se que as adversidades à fixação do paraibano à terra, contribuíram para a sua expulsão do campo. Ali, não tem sido o fenômeno climático a causa única a explicar tais adversidades, mas a falta de incentivos e de empenho do Estado consistem

no principal vetor, razão pela qual se procura entender, com base no próprio desempenho econômico apresentado pela Paraíba, como a mobilidade populacional tem colaborado para alterar o perfil urbano e rural, assim como a estrutura produtiva e social.

A Paraíba, a partir de 1940, vem decrescendo em relação aos demais estados brasileiros registrando, desde então, uma substancial diminuição populacional no âmbito da realidade nacional, Conforme mostra a TAB. 1.11.

A redução populacional no Estado, no contexto nacional, está associada à própria incapacidade da estrutura produtiva estadual, em oferecer condições viáveis a grande parcela de trabalhadores rurais e, deste modo, colaborar com sua permanência no campo mas, conforme se tem observado, a população rural paraibana, entre o período de 1940 e 1970, manteve-se inalterada, sempre superior à urbana, conforme a TAB 1.12. abaixo.

Tabela 1.11 Evolução da população do Brasil e da Paraíba em números absolutos 1940-1970

ANOS	BRASIL (hab.)	PARAÍBA (hab.)
1940	41.236.3	1.422.3
1950	51.944.4	1.713.2
1960	70.992.3	1.991.1
1970	94.508.6	2.374.1

Fonte: IBGE - Vários censos

Tabela 1.12 Comportamento populacional da Paraíba, segundo população urbana e rural 1940-1970 (hab.)

População	1940	1950	1960	1970
Total	1.422.282	1.713.259	2.018.023	2.382.617
Urbana	311.402	4.456.716	708.051	1.002.156
Rural	1.110.880	1.256.543	1.309.972	1.380.461

Fonte: IBGE - Vários Censos

De acordo com os dados da tabela acima, os períodos de maior concentração rural da Paraíba estão entre as décadas de 40 e 60, mesmo que já se verifique, nesta época substancial aumento da população urbana; na realidade, já em meados dos anos 50 notifica-se que a população urbana, na Paraíba apresenta elevação, mesmo que discretamente; por outro lado, quando se analisa a mobilidade populacional paraibana a partir deste período, verifica-se que, no decorrer de sua trajetória, esta mobilidade tem empreendido significativas modificações na configuração dos espaços agrário e urbano paraibano e os fluxos migratórios que se verificaram foram decorrentes do processo de acumulação de capital e da forma como o capital realizou esta acumulação.

Na Paraíba, as migrações podem ser notificadas em diferentes etapas, em que a primeira corresponde ao período que vai até 30, quando os fluxos eram relativamente incipientes e as migrações se estendiam às áreas mais próximas do Estado, motivadas pelas estiagens que ali ocorriam; durante este período, observa-se o aparecimento de correntes migratórias saídas principalmente do Sertão em direção ao Agreste, e também no sentido Agreste-Brejo paraibano, enquanto a segunda etapa corresponde ao período compreendido entre os anos 40 e 70, fase referente a mudanças de grande amplitude na economia nacional, e quando há o revigoramento da malha urbana através da criação de estradas que facilitam os deslocamentos de migrantes saídos da Paraíba para outras regiões brasileiras, o que implica no processo de modernização agrícola que vai ocorrer, provocando o surgimento de modificações na conformação da vida e trabalho no campo.

1.5- Conclusão

Ao longo de sua história, o Brasil tem experimentado, de forma acentuada, as mudanças que ocorreram na estrutura e distribuição espacial da população brasileira. Estas mudanças são, portanto, decorrentes da distribuição desigual das atividades econômicas que cada região experimentou e das especificidades que a expansão do capitalismo, tanto no campo como na cidade, fomentou.

Desta forma, observou-se que as migrações internas redesenharam o perfil socioeconômico brasileiro, no sentido de que o surgimento desses fluxos migratórios se encontra calçado na própria estrutura regional desigual que se formou no Brasil, bem

como na distribuição desigual da renda e dos recursos financeiros aplicados, de forma a modificar o curso da dinâmica populacional que se processou no país.

Nesses termos, as migrações internas, tanto no período onde o modelo agrário exportador foi hegemônico quanto a partir de 30, com o advento do processo urbano-industrial, evoluíram de forma acelerada, envolvendo grandes massas de elementos rural e urbano.

Observou-se que, com a passagem da economia primário-exportadora para uma economia urbano-industrial, a cidade se transformou no grande centro de atração do migrante, sobretudo no Centro-Sul brasileiro, onde a atividade industrial se processava. A tendência verificada a partir deste período foi um aumento nas migrações internas em detrimento das migrações externas, uma vez que a atividade industrial provocou o deslocamento de grande contingente de mão-de-obra que migrou de outras regiões, principalmente do Nordeste, para ser absorvida ou não neste novo centro dinâmico da vida econômica brasileira, que era a indústria.

As migrações internas nas suas formas intra e inter-regionais, como consequência do modelo de desenvolvimento adotado no país, mostraram as faces deste modelo que procurou privilegiar, no seu decurso algumas regiões como o Sudeste, favorecendo aos conglomerados industriais e agro-industriais, deixando socialmente excluída à margem deste processo, uma grande maioria de trabalhadores, sobretudo migrantes. Ocorreu um grande descompasso entre a nova dinâmica apresentada na economia brasileira e as condições de vida e de trabalho da grande maioria de seus trabalhadores, sobretudo dos trabalhadores rurais.

A Paraíba, no âmbito deste contexto, foi um dos Estados nordestinos fortemente influenciados pelas mudanças na conjuntura nacional, pois além dos problemas internos inerentes ao Estado, os problemas externos também influenciaram, de maneira acentuada, no curso da dinâmica migratória que passou a ocorrer, uma vez que ela esteve condicionada a uma série de fatores, tanto de ordem econômica como política e social.

CAPÍTULO II

2. IMPACTO DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO ESPAÇO AGRÁRIO PARAIBANO: ANÁLISE DOS PRINCIPAIS ASPECTOS

2.1. Introdução

O presente capítulo apresenta uma análise do processo de modernização agrícola ocorrido na Paraíba, cujos impactos provocaram mudanças no espaço agrário paraibano e na condução dos fluxos migratórios no Estado.

Discutir-se-á, aqui, no capítulo como e de que forma as transformações verificadas no agro paraibano, a partir dos anos 70, serviram de pano de fundo para o aumento das migrações no Estado; inicialmente, será analisado o processo de modernização agrícola empreendido a nível de Brasil e Nordeste, observando-se as suas características no âmbito da realidade nacional e regional, e seus impactos sobre o setor agrícola e como a Paraíba se inseriu neste processo.

É necessário salientar que, se de um lado esta modernização foi responsável pela introdução de novas tecnologias no campo, modificando as relações de trabalho e produção e gerando uma reorganização do espaço agrário através do uso de novas e modernas técnicas, por outro lado ela também provocou o aumento das migrações, uma vez que grande parte de pequenos produtores e variadas categorias de trabalhadores rurais não foram absorvidas no processo produtivo, por não disporem de condições para implementar mudanças em suas unidades de produção e, deste modo, acompanhar o ritmo de modernidade que passou a predominar no campo.

2.2. Modernização Agrícola: Uma Breve Abordagem

O desenvolvimento do capitalismo no campo trouxe modificações para a agricultura, que se foram paulatinamente se adequando às novas condições impostas pelo capital obedecendo, assim, a uma nova lógica:

“(...) a agricultura desenvolveu-se em duas direções: de um lado, a agricultura especificamente capitalista baseada no trabalho assalariado e nos arrendamentos; de

outro, a agricultura baseada na articulação com as formas de produção não-capitalistas” (OLIVEIRA, 1990:6).

Observa-se que as transformações na agricultura repercutiram tanto na base técnica como nas relações de produção e de trabalho isto notabilizando-se tanto na forma de organização como na produção das atividades no campo. No processo econômico brasileiro, a modernização da agricultura, em meados da década de 60 e tomando dimensões na década de 70, com a constituição dos complexos agro-industriais, acentuou a diferenciação entre os produtores agrícolas empresariais e os pequenos produtores, resultando em mudanças no interior das unidades de produção. Esta modernização traz, no seu bojo, mecanismos que possibilitaram ao capital expandir-se e cuja expansão passa a ser verificada desde a implantação de um parque industrial extensivo, durante a década de 50, através do qual se pretendia acelerar o processo de substituição de importações.

Deste modo, a agricultura passou a desempenhar importante papel na economia brasileira, uma vez que o modelo agrícola adotado foi resultante de um processo de mudança que já vinha ocorrendo desde os anos 50. No âmbito dessas modificações, a agricultura vai ser o foco catalisador de transformações, empreendidas no campo. A agricultura terá sua importância à medida que:

“(...) cumpre papel vital para as virtualidades de expansão do sistema, seja fornecendo os contingentes de força de trabalho, seja fornecendo os alimentos. No esquema já descrito, ela tem uma contribuição importante na compatibilização do processo de acumulação global da economia” (OLIVEIRA, 1982:25).

Na esteira dessas mudanças, o Estado foi o elemento que contribuiu com todo este processo, pois ele foi fundamental para a introdução de modificações que vieram a se processar na agricultura. Na adoção do novo modelo agrícola, o Estado passou a ser o principal gerenciador e impulsionador deste modelo, de modo que é ele que vai aglutinar essas mudanças, visto que sua interferência viabilizará o processo de modernização empreendido. Segundo (AGUIAR, 1986:79), “a modernização, com efeito, não pode se caracterizar como um processo dinâmico auto-sustentado mas, ao contrário, como um processo induzido. Ela somente se torna possível mediante a intervenção do Estado”.

Portanto, foi através do Estado que este processo se tornou possível, elaborou as políticas agrícolas, fomentou a pesquisa científica e favoreceu incentivos, abrindo um leque de possibilidades para a implementação de tal processo. A agricultura, por sua vez, passou a absorver os instrumentais modernizantes empreendidos pelo Estado, como máquinas, insumos e equipamentos agrícolas, cuja finalidade era aumentar a produtividade do trabalho para obtenção de uma oferta maior de produtos. O que possibilitou a introdução de tais instrumentos modernizantes foi o crédito rural subsidiado pelo Estado:

“(...) um instrumento de articulação e convergência entre os seguintes atores sociais: os proprietários rurais burguesia agrária, o grande capital com interesse na agricultura...os capitais de origem urbana preocupados com a aplicação de capital produtivo na agricultura e com a especulação de terras, os bancos”(MARTINE & GARCIA, 1987:22).

Estes foram, portanto, os grandes beneficiários com o crédito agrícola introduzido na agricultura. O efeito concentrador da política de crédito rural favoreceu a integração técnica de capitais entre indústria e agricultura gerando o complexo agro-industrial. Mesmo com inovações na agricultura, o processo de modernização fez com que aumentassem as diversidades regionais. Algumas regiões como o Sul e Sudeste brasileiro, foram favorecidas e a tendência observada foi a intensificação do dinamismo agrícola dessas áreas.

A modernização criou, portanto, caráter excludente, intimamente relacionado com essas diversidades, uma vez que nem todas as regiões dispunham de um aparato técnico que pudesse dinamizar a agricultura, como ocorreu no Centro-Sul. A modernização da agricultura teve caráter conservador porque manteve intacta a propriedade da terra e a renda, que permaneceram concentradas nas mãos de um grupo seleto de produtores agrícolas, favorecendo os setores industriais e excluindo uma grande massa de pequenos produtores. Esta modernização da agricultura foi excludente e parcial, porque apenas parte dos estabelecimentos agrícolas utilizou os recursos tecnológicos disponíveis.

Verifica-se, entretanto, que o processo de modernização agrícola não atingiu todas as fases do ciclo produtivo dos principais produtos agrícolas, ou seja, apenas

algumas culturas foram beneficiadas, em especial aquelas pertencentes aos grandes produtores, atingindo diretamente uma grande parcela de produtores familiares e demais categorias de trabalhadores no campo. Isto implicou na elevada sazonalidade do emprego agrícola através do aumento das migrações rural e urbana [(SILVA, 1987); (MARTINE & GARCIA, 1987)].

O processo de modernização agrícola, além de introduzir transformações na estrutura produtiva, modificou também as relações de trabalho, provocando o assalariamento do trabalhador rural que passa a dispor, como única fonte de sobrevivência, da sua força de trabalho. A tendência foi procurar emprego no campo, como trabalhador volante, ou seguir rumo à cidade, como migrante passando, deste modo, a compor o exército de reserva de mão-de-obra expulsa do campo:

“O modo de produção capitalista exige, para sua manutenção, a existência de excedentes de trabalhadores, para viabilização da exploração da produção. A mão-de-obra excedente existe no sentido de favorecer a reprodução do capital. Na realidade, a migração consiste em um movimento ‘necessário’ ao desenvolvimento capitalista” (ROSSINI, 1986:578).

Por conseguinte, o desenvolvimento e a expansão do capital no campo atuaram no sentido de tornar o pequeno produtor, ou trabalhador rural, dependente. Esta dependência se verifica quando ele vai vender sua força de trabalho para complementar a renda da família, uma vez que o que produz é insuficiente para sua sobrevivência.

Observa-se que o capital, ao se expandir no campo, empreendeu uma nova dinâmica. A modernização agrícola, na esteira deste processo, cumpriu seu papel, articulando o desenvolvimento da agricultura dentro de um modelo capitalista, alterando as relações e a escala de produção no campo e criando uma diferenciação entre o grande produtor agrícola (empresário rural) e o pequeno produtor.

Através da política modernizante adotada pelo Estado, o grande produtor agrícola foi um dos grandes beneficiários, enquanto uma enorme parcela de pequenos produtores descapitalizados não participou deste processo. O Nordeste foi uma das regiões brasileiras que enfrentaram a exclusão promovida pelo processo de modernização agrícola pois, além de enfrentar problemas como a falta de recursos de

grande maioria de produtores rurais, para incrementar o processo produtivo, enfrentou também grandes estiagens.

Um outro fator que se deve destacar no Nordeste é que, além da estrutura fundiária ser altamente concentrada, decorrente do modo como se comportam as elites econômicas resistentes às mudanças, a maioria dos pequenos produtores nordestinos, localizados em região semi-árida não irrigável mantém, em suas unidades produtivas, uma agricultura de subsistência do tipo tradicional, em processo de estagnação.

Tudo isto contribuiu, durante os anos 70, para a intensificação dos deslocamentos populacionais, via migrações. Ao analisar a situação econômica nordestina, tendo como uma de suas conseqüências a adoção do modelo agrícola modernizante em que:

“(...) O Nordeste se vê freiado em seu desenvolvimento em conseqüência do sistema de colonização, baseado na exploração da terra sob forma de grandes propriedades e na política de incentivo, de estímulo à produção agrícola para o mercado externo. Mesmo quando o mercado interno das regiões ricas passa a absorver estes produtos, as estruturas existentes continuam a fortalecer a permanência do latifúndio e da concentração da renda, em detrimento dos interesses do grosso da produção”(ANDRADE, 1984:34).

Observa-se, no Nordeste, exclusão da maioria dos produtores rurais que, aliados do sistemas de crédito subsidiado pelo governo, não tiveram condições de empreender mudanças e elevar o nível de produtividade, diferentemente do que ocorreu no Centro-Sul, onde muitas culturas, como o café, foram contempladas pelo uso massivo de linhas de crédito.

Diante do perfil delineado, quando se percebe uma clara discrepância entre as condições apresentadas pelo Nordeste e o Centro-Sul, no quadro geral da realidade econômica, o índice de desigualdades regionais foi elevado (AGUIAR, 1987:24). É necessário salientar que não foram apenas as desigualdades regionais que se agravaram: sobretudo no Nordeste, as desigualdades sociais, decorrentes das próprias diferenciações regionais, também se acentuaram de forma que:

“A desigualdade social se agravou de modo mais agudo no campo, no decorrer da década de 70. Os grandes proprietários rurais que representam 1% da população rural mais rica, quase triplicaram sua participação no total dos rendimentos da agropecuária” (BRUM, 198:122).

A ausência de uma política agrícola e de uma política agrária, que viessem a beneficiar os trabalhadores rurais, foram alguns dos elementos que agravaram as desigualdades. Muitos trabalhadores rurais não dispunham de recursos financeiros e de técnicas modernas, devido ao baixo nível de produção. Esta baixa produtividade está associada também a uma série de fatores, entre os quais se destacam a subocupação de mão-de-obra e a má qualidade dos recursos naturais, principalmente em áreas como o semi-árido nordestino, região ávida de chuvas.

Esses elementos influenciaram no aumento de fluxos migratórios, no sentido rural -urbano provocando, no campo, um intenso esvaziamento de trabalhadores rurais e, na cidade, um processo contrário, ou seja, um intenso fluxo populacional. O resultado deste processo foi um significativo aumento na taxa de desemprego na cidade, uma vez que muitos trabalhadores rurais, oriundos do campo, não foram absorvidos no mercado de trabalho urbano. Quando se analisa o resultado da modernização no campo, verifica-se que:

“No campo, a modernização acentuou a proletarização e intensificou a concentração fundiária. Isto implicou numa redução dos setores camponeses e aumento significativo dos grupos assalariados temporários. As dificuldades de sobrevivência do pequeno produtor autônomo tornaram-se mais evidentes no momento em que ele necessitou se assalariar temporariamente para garantir a subsistência da família.” (MENDONÇA, 1991:27).

Com o intuito de desenvolver o setor agrícola nordestino e implementar mudanças, sobretudo em relação à problemática sofrida pelo pequeno produtor rural, foram criados, durante a década de 70, pelo governo federal, programas de desenvolvimento para o Nordeste, os quais tinham, como principal proposta, contemplar a grande maioria dos pequenos produtores rurais, através de incentivos às unidades de produção, mas o que se verificou foi que a maioria desses programas ficou apenas nos objetivos traçados, enquanto na cotidianidade da vida dos pequenos produtores rurais,

carentes de recursos, os planos traçados pelos programas especiais para o Nordeste, não se concretizaram realmente, razão por que, para se entender melhor a realidade do que ocorreu com o pequeno produtor neste período, faz-se necessário se conhecer as diretrizes e objetivos de cada um dos programas e a forma como eles regularam os níveis de atividades agrícolas. Entre os programas criados pelo governo federal para o Nordeste estão o PROTERRA, o POLONORDESTE, o PROJETO SERTANEJO, PROJETO NORDESTE e PROHIDRO.

O PROTERRA foi um dos primeiros programas; criado em 1971, tinha como objetivo apoiar o pequeno produtor desprovido de terras, através da compra ou da desapropriação e, assim, empreender uma reestruturação agrária na região. Através deste programa pretendia-se promover ações modernizadoras com juros baixos e a longo prazo; entretanto, tais ações não foram efetivadas:

“(...) embora seja encarado como instrumento por excelência da reorganização fundiária da região, não pode ser visto somente como um programa desta natureza, pois estava, desde o seu início, bastante comprometido com a modernização da agricultura. Aliás, a grande questão da avaliação do PROTERRA é justamente a de verificar em que medida se confirmou a sua orientação, como um verdadeiro instrumento de reestruturação fundiária, mudando, portanto, a forma de crescimento da agricultura regional ou, pelo contrário, como um elemento de reforço e, conseqüentemente, de modernização de uma organização da produção já existente” (PIMES, 1984:145).

Por este prisma, percebe-se o quanto ficaram aquém as reais diretrizes do PROTERRA pois, se de um lado os objetivos traçados tinham como intuito fazer uma reestruturação fundiária de modo a beneficiar camadas de pequenos produtores, o que ocorreu é que tais diretrizes não se efetivaram ao longo da execução deste programa. Para o PIMES, o ponto nevrálgico da questão e a grande contradição do PROTERRA é que suas ações estavam bem distantes das propostas contidas nos objetivos delineados pelo programa:

“A falência do PROTERRA enquanto programa de redistribuição de terras, chama mais a atenção pelo fato de que a reforma agrária que se pretendia realizar tinha como objetivo a implantação de médias propriedades

capitalistas excluindo, portanto, uma reforma agrária ampla e em massa” (PIMES, 1984: 151).

O POLONORDESTE foi criado em 1974, no intuito de oferecer condições infra-estruturais e creditícias, assistenciais e de pesquisa, com o objetivo de promover a modernização agropecuária na região, sem políticas dirigidas à estrutura fundiária, além promover melhorias nas condições de vida e bem-estar da população rural nordestina. Não havia, portanto, uma descrição específica da categoria de produtor agrícola, a ser beneficiado uma vez que, as metas se dirigiam aos agricultores em geral. Segundo consta no BNB:

“O POLONORDESTE partiu do pressuposto de que a diversidade sub-regional, que ocorre no Nordeste, torna inadequados programas uniformes e padronizados para toda a Região, inviabilizando, portanto, qualquer ação desenvolvimentista que a considere um todo homogêneo. Daí a opção por selecionar áreas que passaram ser denominadas ‘áreas integradas’, nas quais seriam realizados esforços concentrados visando a transformá-las em pólos de desenvolvimento rural, que teriam seus efeitos irradiados para as áreas circunvizinhas” (BNB, 1985: 21).

Os propósitos levados a cabo pelo programa não foram de fato dinâmicos, a ponto de beneficiar aquela grande maioria da população do Nordeste carente de recursos para empreender modificações em suas unidades produtivas. Como não houve redistribuição de terras, um grande número de trabalhadores rurais, desprovidos de terras, ficou à margem deste programa, sem obterem os benefícios por ele estendidos. Na realidade, verificou-se que apenas uma minoria obteve os recursos estabelecidos pelo programa.

“Sem políticas que procurem alterar a estrutura fundiária, num contexto em que predomina a grande propriedade em geral, o Polonordeste tem-se transformado num mecanismo de fortalecimento dos médios e grandes produtores já estabelecidos, já que estes têm melhores condições para se apropriarem dos créditos oferecidos e se utilizarem da infra-estrutura” (SORJ, 1980: 104).

No decorrer da implantação do POLONORDESTE, observou-se que as metas traçadas para o programa, com relação ao pequeno produtor descapitalizado, não foram executadas mas, ao contrário, o que se constatou foi o fortalecimento do grande produtor, considerado o grande beneficiário deste programa.

“(...) pode-se apontar como um dos mais graves problemas de execução do POLONORDESTE, a falta de articulação institucional. Tal ocorrência provoca sensíveis dificuldades na execução de ações voltadas para o público-meta, uma vez que as instituições executoras não estão comprometidas com o objetivo do Programa e, sim, apenas com a execução da tarefa que lhe foi atribuída”(BNB, 1985:125).

O PROJETO SERTANEJO, criado em 1976, tinha como meta principal as pequenas unidades produtivas agropecuárias, sobretudo os pequenos e médios produtores localizados no semi-árido nordestino. Este projeto possibilitava que tais unidades pudessem resistir aos constantes períodos de estiagens que assolavam a região. Os principais suportes para viabilizar tal programa, foram: o crédito rural e a assistência técnica, sendo o público alvo os trabalhadores rurais sem-terras, assalariados rurais e pequenos produtores mas, como foi visto nos programas anteriores, o PROJETO SERTANEJO, ao invés de beneficiar os pequenos produtores, acentuou a concentração fundiária na região nas áreas por ele abrangidas.

O PROJETO NORDESTE, criado em 1985, abria uma nova fase para a questão rural nordestina, buscando novas formas de intervenção nas áreas abrangidas por ele. Na esteira deste projeto, foram criados vários programas, dentre os quais o PAPP- Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, que foi uma complementação às diretrizes traçadas pelo PROJETO NORDESTE. Entre os objetivos traçados pelo PROJETO NORDESTE, pode-se citar: “Uma política de desenvolvimento para o Nordeste, envolvendo fixação de objetivos de caráter microrregional, definindo estratégias para os espaços urbanos e rurais e para os diversos setores da atividade agropecuária” (SUDENE apud KOURI, 1997:55).

É necessário ressaltar que, do ponto de vista da realização dos objetivos traçados por este projeto, principalmente em relação às premissas delineadas pelo PAPP, pouco se procurou fazer em relação ao pequeno produtor. Assim como os outros projetos e

programas implementados para a região Nordeste, em relação às ações executadas pelo PROJETO NORDESTE, estas também não se efetivaram em sua totalidade: "As outras ações do Projeto Nordeste nunca saíram do papel, demonstrando a total falta de prioridade para com as populações menos favorecidas do Nordeste e, portanto, extirpando os objetivos da economia do bem-estar destes Programas compensatórios" (KOURI,1997:55).

Na realidade, o resultado combinado desses programas é que eles, diferentemente do que haviam proposto em suas metas, não procuraram solucionar a problemática existente no campo, sobretudo em relação aos trabalhadores rurais sem-terra, pequenos produtores e demais categorias de trabalhadores rurais, uma vez que nada foi feito no sentido de modificar a estrutura fundiária mas, ao contrário, estimulou-se a diferenciação existente no campo, reforçando o grau de dependência, principalmente dos assalariados rurais, o que contribuiu para aumentar as desigualdades a nível social. Essa complexidade de fatores proporcionou o aumento dos fluxos migratórios rural e urbano na décadas de 70 e 80, principalmente na primeira, que foi considerada a fase em que houve uma grande dispersão de mão-de-obra rural em direção às cidades. A superexploração, a falta de recursos financeiros como linhas de crédito e recursos técnicos, contribuíram para expulsar um grande número de trabalhadores rurais do campo para aumentar o exército de mão-de-obra flutuante em direção às cidades.

2.3. A Paraíba no contexto da Modernização agrícola: seus impactos e suas características

O processo de modernização agrícola paraibano, assim como no Brasil, além de viabilizar o aumento da produtividade rural através do crédito fornecido pelo governo trouxe, no seu bojo, uma série de conseqüências, dentre as quais as migrações.

Nesta seção, analisar-se-á o conjunto de fatores associados ao processo de modernização e que explicam os fluxos migratórios rural e urbano na Paraíba. Esses fatores são a expansão da cana-de-açúcar e da pecuária, que modificou sensivelmente a dinâmica produtiva no agro-paraibano, além das secas periódicas no Estado que, apesar de não estarem relacionadas ao processo de modernização, contribuíram para o

agravamento das condições de vida e de trabalho de um número substancial de trabalhadores rurais, com ou sem-terras. Elas agravaram a situação de crise que a economia paraibana apresentava nos finais da década de 70 e no início da década de 80.

A partir dos anos 70, a Paraíba passou a experimentar modificações no setor agrícola, calcadas no processo de modernização agrícola que se vinha processando desde a década de 60, mas que se acentuou a partir de 70. No decorrer desta seção serão discutidos como a modernização agrícola se processou no espaço agrário paraibano, e seus impactos sobre a dinâmica populacional.

A modernização empreendida no agro-paraibano, assim como se verificou a nível regional, foi um processo multifacetário, a nível estadual; de um lado, ela se processou com o uso de recursos técnicos e financeiros, via linhas de crédito subsidiadas pelo Estado, contribuindo para que fossem implantadas estruturas tecnologicamente modernas na agricultura, cujo objetivo era o aumento da produtividade ao dinamizar a produção com novas técnicas e, por outro lado, esta mesma modernização mostra uma outra face: é um processo conservador, excludente e desigual.

Ela se tornou desigual porque apenas os grandes estabelecimentos obtiveram os subsídios necessários para empreender mudanças no processo produtivo, enquanto os pequenos estabelecimentos, descapitalizados em sua grande maioria, não conseguiram os recursos financeiros necessários para incrementar a produção.

A aglutinação desses elementos fortaleceu o desenvolvimento de correntes migratórias no Estado, principalmente no sentido rural-urbano. Tanto em relação à realidade nacional como à regional, a dinâmica do capital no campo foi gradativamente modificando a paisagem rural, provocando grande liberação de mão-de-obra para os grandes centros urbanos no sentido inter e intra-regional. Conforme verificou-se:

"(...)na passagem da agricultura de meação e do sistema de moradores para o sistema assalariado, os trabalhadores foram afastados do controle dos meios e instrumentos de produção e passaram a receber apenas o salário, em moedas ou em vales. Os pequenos produtores foram sendo gradativamente afastados das áreas que passavam a ter melhores condições de acesso ao mercado. O uso e a difusão da máquina fizeram cair a demanda de mão-de-obra e os trabalhadores tiveram que fazer

migrações sazonais à procura de trabalho, levando-os a um maior grau de empobrecimento"(ANDRADE, 1995:26-27).

Outro fator a ser observado foi que a modernização intensificou a concentração fundiária no Estado, elevando o número de grandes propriedades rurais, em detrimento das pequenas unidades produtivas. Isto aconteceu mediante incentivos fornecidos pelo Estado, como linhas de crédito, que propiciavam o aumento da produtividade.

O pequeno produtor, descapitalizado ou sem-terra, sem recursos financeiros como o crédito rural e sem assistência técnica necessária para empreender modificações na sua unidade produtiva, engajou-se no processo produtivo como trabalhador assalariado aumentando, assim, a sazonalidade do trabalho. Muitos trabalhadores rurais, quando não ficavam em suas localidades rurais, buscavam trabalho em outras áreas, sobretudo em período de entressafras ou, então, faziam o caminho contrário, ou seja, procuravam, via migrações, o meio de sobrevivência, dirigindo-se às cidades.

O perfil apresentado pela agropecuária paraibana na década de 70, foi de um setor dinâmico, sobretudo devido ao processo de modernização conservadora que se estabeleceu e que conduziu à expansão da pecuária e da cana-de-açúcar, principalmente no litoral, brejo e agreste paraibanos, onde foram utilizados insumos, defensivos, sementes melhoradas e todo tipo de instrumental tecnológico que pudesse viabilizar o aumento da produção. De acordo com SANTOS & SILVA:

"(...) a implementação do crédito rural definiu explicitamente, com seus objetivos: o provimento de fundos externos para financiar uma parcela considerável de custos diretos de produção e comercialização da agricultura, o estímulo à formação de capital; a aceleração do processo de adoção tecnológica e o fortalecimento da posição das economias dos produtores agrícola"(SANTOS & SILVA, 1995:84).

Ao se analisar o papel desempenhado pelo crédito rural, verifica-se que:

"(...) a política de crédito rural subsidiado não apenas permitiu reunificar os interesses das classes dominantes em torno da estratégia de modernização conservadora da agropecuária brasileira, como também possibilitou ao Estado restabelecer o seu poder regulador macroeconômico mediante uma política monetária

financeira expansionista. Não é sem outra razão que a política de crédito rural é considerada o carro-chefe da política de modernização conservadora, até o final dos anos 70" (SILVA, 1996:51).

Obviamente, ao se analisar a modernização agrícola, no âmbito da agricultura estadual, observa-se que ela foi diferenciada do processo de modernização implantado no Sul e Sudeste do país. Nessas regiões, áreas consideradas dinâmicas no seu segmento rural foram incorporadas a um grande fluxo de recursos financeiros e creditícios.

"(...) a modernização no Sul e no Sudeste deu-se através de uma verdadeira avalanche de crédito fácil e subsidiado, acompanhado por uma ação interna dos órgãos de assistência técnica do governo e pressão cerrada das empresas particulares, produtores de insumos modernos, que praticamente forçaram os agricultores a adotar as novas práticas de produção"(RIBEIRO, 1988:103).

Entretanto, na Paraíba o nível de incorporação tecnológica não alcançou grandes proporções, diferenciando-se da forma como ocorreu no Centro-Sul brasileiro, onde a dotação de recursos tecnológicos foi muito utilizada. Na Paraíba, o número de estabelecimentos que usufruíram de tratores, defensivos e de todos os recursos químicos e mecânicos que o processo de modernização forneceu, foi diminuto. Muitos desses recursos tenderam a se concentrar principalmente em áreas onde a monocultura da cana-de-açúcar, entre outras, teve prática extensiva; entretanto, a tendência observada na década seguinte, nos anos 80, foi apenas de um relativo aumento dos processos mecânicos, quando comparado com a década anterior.

A questão fundiária, a partir dos anos 70, é um outro elemento importante quando se analisa a modernização agrícola na Paraíba. O acesso à terra tornou-se mais difícil para aquela parcela de trabalhadores rurais que, sem-terra, continuaram a se submeter, no campo, às imposições do grande latifúndio, ou forçados a migrar, porque a estrutura fundiária, que secularmente se manteve intacta e concentrada com o processo de modernização agrícola, também não foi modificada ocorrendo, na verdade, elevação desta concentração. Esta estrutura fundiária vigente no campo contribuiu para dificultar o acesso dos trabalhadores rurais sem-terra à terra e, ao mesmo tempo, acentuou o processo de minifundização ocorrido no Estado (MOREIRA, 1997:178-179).

Excluídos do processo de modernização, excluídos do direito à terra e desprovidos de meios para produzir, dispondo apenas da força de trabalho como meio de produção, esses trabalhadores encontraram, como meio de sobreviver, a migração que, durante esta fase, foi bastante acentuada no Estado. Verifica-se, no Quadro 2.1 o arrefecimento do crescimento da população rural e o crescimento da população urbana.

Quadro 2.1- Paraíba: Taxa geométrica de crescimento populacional anual 1960-1970 e 1970-1980.

Ano	Urbana (%)	Rural (%)	Total (%)
1960/1970	3.72	0,63	1.81
1970/1980	3.76	-0,44	1.52

Fonte: Tacher & Bógus, 1989

Associadas à questão fundiária, estão outras variáveis de grande relevância para se entender como se verificou o processo de modernização agrícola no Estado, e como a dinâmica populacional foi modificada em decorrência desse processo e da política modernizante adotada.

Os programas especiais elaborados pelo governo, trouxeram poucas mudanças para o panorama existente no campo, no que se relaciona à vida dos trabalhadores rurais, com e sem-terra, ao analisar-se tais programas percebe-se que:

"(...) os programas especiais de desenvolvimento conduzidos pelo Estado e que surgem como políticas compensatórias para os 'excluídos' do processo de modernização da agricultura, quase sempre apresentando um discurso e uma roupagem formalmente desconcentradora (...)em sua maioria, adotam uma estratégia integrada, e o crédito é um elemento do conjunto de serviços a ser proporcionado aos pequenos produtores. Entretanto, os resultados da implementação desses programas se afastam bastante das intenções manifestadas no conteúdo das suas propostas e os seus efeitos se apresentam nitidamente concentradores e excludentes" (SANTOS & SILVA, 1995:87).

O PROTERRA foi, a nível de Nordeste, um dos primeiros programas a serem aplicados. Particularmente em relação à Paraíba, o PROTERRA implementou mudanças substanciais no campo: a transformação da estrutura fundiária não ocorreu com a sua aplicação, pois o emprego de tal programa acentuou, ao invés de modificar, a estrutura já existente no campo e aumentou o poder dos grandes proprietários rurais a ela

relacionados. CARVALHO (1987:187), ao analisar o papel desempenhado pelo PROTERRA no campo, afirma que “(...) sob o manto ideológico das suas intenções sociais e redistributivas, o que o governo realmente buscava era viabilizar a transformação e a modernização da agropecuária”.

Esta afirmação mostra a distância entre a resolução da questão da distribuição de terras e a falta de interesse por parte dos grandes latifundiários, em modificar a estrutura fundiária existente no campo. Ao contrário, esta questão esteve sempre calcada na forte resistência por parte destes.

Na Paraíba, as metas traçadas pelo PROTERRA ficaram apenas no papel, uma vez que apenas os grandes proprietários se beneficiaram com as diretrizes delineadas pelo programa. Não houve aquisição de terras, sobretudo para os trabalhadores rurais sem-terra, parceiros e arrendatários. Esta camada de trabalhadores rurais ficou excluída.

O POLONORDESTE e o PROJETO SERTANEJO foram dois programas de grande repercussão na Paraíba, por causa da forma como foram difundidos, porém em relação aos benefícios empreendidos ao pequeno produtor, poucas mudanças foram realizadas por esses programas. No caso do POLONORDESTE, a principal tônica era promover uma agricultura mais eficaz e, a partir desta eficácia, procurar melhorar as condições de vida da população rural, de forma que a que os trabalhadores rurais, com ou sem-terra, fossem privilegiados com as ações aplicadas no programa. O curso da história revelou que tais ações ficaram restritas apenas ao papel. Teoricamente, o programa estava bem articulado mas, na prática cotidiana dessas parcelas de trabalhadores rurais, tais parâmetros não se estabeleceram (CARVALHO, 1987:209).

Assim, mais uma vez os trabalhadores rurais na Paraíba, não foram os beneficiados com por eles empreendidos pelo governo, já que os recursos e benefícios propostos pelo programa beneficiaram os médios e grandes produtores, mostrando, portanto, a falência deles em relação à problemática suscitada no campo.

Na esteira do POLONORDESTE, o PROJETO SERTANEJO tinha como principal orientação, propostas direcionadas aos pequenos produtores localizados no semi-árido paraibano, os quais sofriam com os problemas inerentes a esta área e, conseqüentemente, com as secas que ocorriam na Paraíba. A seca e o baixo nível

tecnológico influenciaram no agravamento dos problemas sofridos pelos pequenos produtores, arrendatários e, principalmente, por aqueles residentes no semi-árido paraibano, já que a seca, ao desarticular a produção, gera uma crise de abastecimento e prejudica o desenvolvimento agrícola, provocando sérios problemas nas áreas atingidas, principalmente porque ocorreu uma contradição muito grande entre o que estava preconizado nos documentos estabelecidos pelo programa e o que foi constatado na prática, no período em que o projeto estava em vigor no Estado.

Na verdade o que ocorreu foi uma diminuição na quantidade de estabelecimentos rurais, onde se observou o aumento dos estabelecimentos já existentes. CARVALHO, analisando as ações do POLONORDESTE e do PROJETO SERTANEJO, afirma que “ (...) Esses dois programas teriam possibilitado melhores resultados aos pequenos produtores rurais, se sua implementação derivasse da manifestação dos anseios e necessidades desses mesmos produtores(CARVALHO, 1988:51)”.

O PROHIDRO tinha, como principais propostas, incentivar a construção de nos quais pequenos e médios açudes para as comunidades rurais carentes, tanto na Paraíba como em toda a região Nordeste; entretanto, esses objetivos não foram alcançados, visto que suas ações, quando executadas, não se voltaram para as necessidades emergentes das comunidades rurais. O PROHIDRO foi, portanto, outro projeto cuja abordagem teórica não teve relação com a prática estabelecida.

Na realidade, além de representar retorno ao discurso feito na década de 50, quando prevaleceu a questão hidráulica, ele seria a saída para os problemas da maioria da população rural atingida pela seca. O programa estava longe de empreender significativas mudanças nessas áreas, em que os grandes privilegiados foram os médios e grandes proprietários rurais, cujos açudes e poços construídos estavam no interior dessas propriedades. Desta forma, foi criada uma dependência dos trabalhadores desprovidos de recursos em relação aos médios e grandes proprietários.

Na Paraíba os benefícios de cada programa de desenvolvimento rural foram direcionados, de forma direta ou indireta, aos grandes estabelecimentos agrícolas. Tal fato foi percebido por ocasião da criação do Projeto CANAÃ, cuja natureza estava estritamente relacionada aos problemas da Paraíba e tinha, como principal premissa,

ajudar o pequeno produtor descapitalizado, com ou sem-terra, em relação à escassez de água nos períodos de estiagem prolongada, através da criação de açudes e barragens.

Constatou-se, entretanto, que, da mesma forma que os projetos anteriormente elaborados não alcançaram condições aos trabalhadores rurais e de encontrar formas viáveis que pudessem ajudá-los; com o CANAÃ as medidas executadas ficaram distantes dos objetivos propostos.

Ao elaborar o CANAÃ, pensou-se estritamente nos problemas desses trabalhadores; entretanto, foram percorridos os mesmos caminhos trilhados pelos projetos anteriores e, mais uma vez, verificou-se que, na prática, as propostas criadas não se efetivaram, demonstrando o distanciamento existente entre os objetivos traçados e suas execuções.

O PROVÁRZEA foi outro programa que procurava aumentar a fronteira agrícola dentro da empresa rural, através da utilização de técnicas de irrigação e drenagem, possibilitando ao trabalhador rural usar melhor o solo e a água disponíveis na propriedade. Ele contemplou 36 municípios paraibanos, principalmente aqueles que cobriam as áreas de João Pessoa, Guarabira e Itabaiana.

O PROCANOR objetivava fornecer assistência técnica às populações pobres da zona canavieira, através da diversificação de atividades produtivas e expansão da policultura, além de serviços de caráter social nas áreas por ele abrangidas, que consistiam das microrregiões do Agro-pastoril ¹¹, Brejo paraibano e Litoral paraibano.

Em relação à Paraíba, o PROJETO NORDESTE e o PAPP, por ele articulado, estiveram distantes de erradicar a pobreza rural e efetuar transformações significativas em relação aos problemas apresentados pelos trabalhadores rurais. Desta forma ao se avaliar a ação desses projetos e programas, observa-se que o governo, ao invés de procurar solucionar a problemática existente no campo, criou uma série de medidas

¹¹ Atualmente, a que antes era denominada microrregião do Agro-pastoril do Baixo Paraíba, hoje se chama microrregião de Itabaiana

encabeçadas pelos projetos e programas que não apresentaram mudanças no campo, principalmente na estrutura agrária.

Os programas emergenciais voltados para o desenvolvimento do Nordeste, sobretudo direcionados para os problemas do trabalhador rural com ou sem-terra, pretendiam promover mudanças no campo, em prol desses trabalhadores; entretanto, tais mudanças não vieram a ocorrer; ao contrário, o que aconteceu foi a substituição da proposta de reforma agrária por programas especiais AGUIAR (1985), SORJ (1980) e ANDRADE (1995).

Esses programas apresentaram apenas soluções paliativas para essas questões e distantes estiveram de tentar solucioná-las, o que não representou nenhuma resolução para o problema existente no campo, principalmente em relação ao trabalhador rural, com ou sem-terra. Na prática, as ações desde programas, longe de poderem dar condições aos trabalhadores rurais de permanecerem na terra, criaram um efeito contrário, ou seja, viabilizaram a ação dos grandes latifundiários nessas áreas, aumentando a concentração fundiária. O reflexo deste processo sobre a dinâmica populacional foi o aumento da intensidade dos fluxos migratórios no Estado. Na fase que data do início dos anos 70 até o período de ação do Projeto Nordeste, as migrações rural e urbana foram constantes e tiveram, como resultado, o esvaziamento no campo de um número significativo de trabalhadores rurais.

Este comportamento de grande parte dos trabalhadores rurais foi condicionado às questões emergentes existentes no campo, resultado do modelo agrícola adotado que, ao invés de procurar solucionar estas complexas questões, colaborou para que houvesse uma desconcentração populacional (demográfica) no campo, em função da concentração acentuada de trabalhadores rurais na cidade o que por sua vez, aumentou a oferta de mão-de-obra migrante nas cidades e, ao mesmo tempo, reduziu as possibilidades desta mão-de-obra, não especializada, ser empregada no mercado de trabalho urbano.

No curso das décadas de 70 e 80, além dos programas especiais outros elementos associados foram responsáveis pela expulsão de trabalhadores rurais do campo. entre os

quais se destacam a elevação dos preços da terra e a transição para o trabalho assalariado.

A expansão da cana-de-açúcar e da pecuária, a crise da cotonicultura e as secas que ocorreram no início e no fim da década de 70, inclusive a mais extensa delas, ocorrida no final dos anos 70, entre 1979 e 1983, foram condicionantes que contribuíram para o curso do processo migratório durante este período, refletindo no aumento dos fluxos migratórios no Estado.

"(...) o capital produtivo agropecuário na Paraíba seja em sua dimensão total, seja medido por hectare cultivado, situa-se bem abaixo da média brasileira e apresenta resultados poucos significativos em confronto com outros estados nordestinos" (CARVALHO & CARDOSO, 1984-1985:148).

No decurso da história econômica regional e estadual, a pecuária se transformou numa atividade de grande importância, principalmente no sertão. Quando o algodão, cultura de grande aceitação na região, perdeu sua supremacia frente ao algodão produzido no Centro-Sul, a maioria dos grandes produtores paraibanos encontrou na atividade pecuária, a saída mais lucrativa.

Com a expansão da pecuária, grandes extensões de terra foram utilizadas para as pastagens e para o gado, criando no campo uma realidade até então não observada: o capim e a cerca expulsaram o homem, reduzindo as possibilidades de muitos desses trabalhadores encontrarem, através da migração, uma estratégia para sobreviver diante dos problemas que enfrentavam no campo.

"Restringe drasticamente o acesso à terra, por parte dos grandes trabalhadores rurais aqueles que residem nas propriedades. Muitos moradores se vêem compelidos a abandonar as fazendas e o antigo contrato de parceria, transformando-se em assalariados, na maior parte diaristas. Ao modificar o contrato de trabalho e ao transferir suas residências da propriedade para a periferia dos centros urbanos, esses trabalhadores encontram-se obrigados a reorganizar completamente a reprodução" (GIULIANI, 1984-1985:125).

Segundo BARCELAR, a pecuária agravou a questão fundiária, devido sobretudo à utilização de grandes extensões de terras, fechando a possibilidade de acesso

à terra, por parte de um grande número de trabalhadores rurais. A cerca não somente contribuiu para o recrudescimento da produção alimentar, via agricultura de subsistência, principal suporte econômico dos pequenos produtores, como agravou, conforme colocado anteriormente, a migração rural-urbana a partir deste período (BARCELAR, 1997:18).

A pecuária foi uma atividade que recebeu grandes subsídios por parte do Estado. As linhas de crédito voltadas para esta atividade possibilitaram o seu crescimento no Estado e permitiram, através desses estímulos, o crescimento deste segmento na Paraíba, principalmente da pecuária bovina, uma atividade muito lucrativa, principalmente no Sertão e Agreste, áreas de grande predominância nesse tipo de atividade. As microrregiões de Campina Grande e Patos foram uma das grandes áreas produtoras, cujas bacias leiteiras permitiram, aos grandes pecuaristas, aumento de capital.

Devido ao melhoramento das pastagens, mudanças significativas concorreram para o aumento da produtividade, através da introdução de melhorias. Nas áreas onde a pecuária se destacou como atividade predominante, foi utilizado o cultivo de algaroba em toda região semi-árida. A algaroba, com seu poder nutritivo para o gado "(...) apresenta duas grandes vantagens para o produtor pecuarista: é resistente à seca e frutifica justamente no período seco, podendo suprir a alimentação do gado em período de estiagem" (MOREIRA, 1997:141).

Com a introdução de novas técnicas de criação de pastagens adequadas às necessidades do gado, além do forte incentivo dado pelo Estado com as linhas de crédito, a pecuária tornou-se atividade em grande expansão, constituindo-se, para muitos produtores, num meio mais rápido e eficaz do que a agricultura para a obtenção de capital.

As mudanças empreendidas na alimentação do gado, em áreas como o semi-árido que apresenta baixo índice pluviométrico, esse tipo de atividade foi fortemente concentrada, verificando-se um efetivo crescimento do rebanho na Paraíba, porém, este comportamento foi modificado nas décadas de 80 e 90, em decorrência das secas que ocorreram nesse período.

O Sertão e o Agreste paraibanos foram as duas regiões que tiveram maior destaque na atividade pecuária. No Agreste, localizam-se as grandes bacias leiteiras, principalmente na microrregião de Campina Grande, onde a prática desta atividade é bem dimensionada. Outra microrregião de grande prática desta atividade é a microrregião de Patos, no Sertão, onde a atividade foi bem compartimentada contribuindo, de maneira rápida, para o crescimento da pecuária, a níveis local e estadual.

A expansão da pecuária, que no início da década de 70 possibilitou o desenvolvimento da economia paraibana, mostrou também a face desigual da questão pois, se, do ponto de vista econômico a pecuária trouxe grandes lucratividades, do ponto de vista social ela dimensionou os problemas no campo, pois ao anexar grandes extensões de terra à pecuária, substituiu as culturas alimentares, base econômica e alimentar de grande número de trabalhadores rurais, pelas pastagens para o gado e, desta forma, colaborou, de maneira compulsória, com a saída do homem do campo.

Segundo MOREIRA (1997:143) a expansão da pecuária, ao requisitar grandes extensões de terra para o gado, acentuou a estrutura fundiária concentradora e modificou a relação de trabalho, sendo um dos elementos responsáveis pela desestruturação da agricultura de subsistência. Tal desestruturação se relaciona à forma como a pecuária se estendeu durante este período, onde uma grande maioria de arrendatários, parceiros e demais categorias de trabalhadores rurais que dependiam da agricultura de subsistência, sofreu com os impactos produzidos pela pecuária extensiva, visto que eles dependiam, para sua subsistência, da produção alimentar, baseada na policultura. O declínio desta atividade, além das secas que ocorreram entre o período de 1979 e 1983, desarticulou a produção, forçando muitos trabalhadores a migrarem do campo para outras áreas rurais, ou mesmo fazendo o percurso rural-urbano.

A migração foi, portanto, a estratégia de sobrevivência encontrada por muitos trabalhadores rurais, expropriados e desprovidos de condições para sobreviverem no campo, estes migraram rumo às cidades do Estado ou de outras regiões do Brasil, passando a se submeter, na cidade, à exploração do trabalho, imposta pelo capital.

Na década de 80, a economia brasileira entra em crise, agravada pela conjuntura internacional desfavorável. A crise econômica nacional repercutiu sobre a dinâmica

econômica paraibana: esta, que já vinha dando sinais de crise, alcançou patamares elevados a partir da década de 80, uma vez que a Paraíba não conseguiu o grau de integração na dinâmica de acumulação global de capital produtivo no país (POLARI, 1995).

Na esteira desta crise, a atividade pecuária, que já vinha tendo o comportamento adverso daquele apresentado na década anterior, perde o seu maior sustentáculo o crédito subsidiado pelo Estado:

"Vários fatores têm contribuído para tal comportamento, dentre eles pode-se destacar: o longo período de estiagem (1979/1983), a descapitalização do setor para melhoramento dos rebanhos, altos encargos financeiros de crédito ofertado, baixo preço do produto quando comparado com os preços dos insumos utilizados" (FÓRUM PARAÍBA EM DEBATE, 1991:98).

As mudanças verificadas na economia paraibana e, particularmente, no segmento da atividade pecuária, trouxeram repercussão negativa sobre a dinâmica populacional no Estado e contribuíram para aumentar os fluxos migratórios no Estado.

Além da pecuária, a cana-de-açúcar foi outra cultura de grande receptividade e expansão, e ganhou enormes incentivos do Estado, com o processo de modernização agrícola. A expansão canavieira intensificou-se na Paraíba, a partir deste período, e passou a desempenhar papel fundamental no desenvolvimento da economia paraibana, passando a ser um dos seus mais importantes pilares. Ela impulsionou a agricultura paraibana, dinamizando a produção e aumentando a produtividade do setor agrícola.

Entretanto, assim como se observou na atividade pecuária, a canavieira também produziu impactos sociais no campo, principalmente para os pequenos produtores, arrendatários e demais categorias de trabalhadores rurais que tinham na agricultura de subsistência sua base de sustentação:

"O processo de modernização da agricultura, levado a efeito na Paraíba a partir de 1970, foi responsável por profundas alterações nessa dinâmica da organização da produção, isto porque ele promoveu substituição tanto de culturas alimentares e matérias-primas destinadas ao abastecimento do mercado interno, quanto de vegetação natural da mata,

cerrado e caatinga, seja pela cana-de-açúcar, seja pelo pasto plantado" (MOREIRA, 1997:104).

Para entender o processo de expansão da atividade açucareira paraibana, é necessário compreender o panorama de mudanças ocorridas na economia internacional e nacional no início da década de 70, tendo em vista que, a partir deste período, a conjuntura externa e interna passou por profundas modificações desencadeadas por duas crises do petróleo ocorridas, respectivamente, em 1973 e 1979. Tais crises repercutiram, a nível nacional, sobre a agroindústria açucareira, que se mostrou participativa nas décadas de 50 e 60; no período em que se iniciam os anos 70, ocorreram vários acontecimentos, que contribuíram para a crise do açúcar, para a baixa de preço desse produto no mercado internacional e para a diminuição do período expansivo da indústria sucro-alcooleira.

Tais elementos se constituíram em fortes indícios na decisão do governo de buscar saída para esta problemática. A solução encontrada para os problemas energéticos foi difundir o PROÁLCOOL, que serviu para articular interesses do governo e de alguns setores a ele relacionados. De acordo com RICCI (1994:6) a origem do PROÁLCOOL só pode ser explicada pela queda colossal nas cotações internacionais do açúcar, a partir de 1973, ao se analisar a questão do PROÁLCOOL constata-se que:

"A conjunção de dois fatores externos, o início da crise do petróleo em 1973 e a crise da agroindústria açucareira, a partir daí levou o governo e empresários do setor açucareiro a adotarem uma solução para a crise já bastante conhecida no Brasil: a produção de álcool anidro para misturar com gasolina. O governo instituiu, a partir de novembro de 1975, o Programa Nacional do Alcool (Proálcool). A institucionalização deste programa é bom que se frise, resultou não somente da conjunção desses fatores econômicos externos mas, principalmente, da articulação de interesses econômicos e sociais ligados ao setor sucro-alcooleiro, inclusive ao setor de bens de capital"(ARAGÃO, 1993:79).

Na realidade, o PROÁLCOOL passou a ser resultado concreto do fluxo de capital que se dirigiu para a agricultura, sobretudo para os setores onde as vias abertas de lucros poderiam se efetivar. Antes da implementação do PROÁLCOOL, em 1975, a produtividade do açúcar era considerada a mais baixa, se comparada com a produção

deste produto no mercado internacional. Era necessário, portanto, implementar-se modificações no setor para aumentar a produtividade e suprir as necessidades de que o setor, carecia. Antes do PROÁLCOOL foram criados vários programas na tentativa de melhorar a qualidade da cana-de-açúcar, dentre os quais estavam o Programa Nacional para melhoramento da cana-de-açúcar e o Programa Nacional da Agroindústria Açucareira.

A implementação do PROÁLCOOL fez com que fosse difundida a monocultura, já que se fazia necessário o uso de grandes extensões de terras para o plantio da cana-de-açúcar; entretanto, verificou-se que o PROÁLCOOL, se de um lado beneficiou determinada camada social no Brasil, por outro acentuou as diferenciações sociais já existentes no campo.

Na Paraíba, em função deste programa e da expansão açucareira a ele relacionada, observou-se que em áreas de predominância da cultura canavieira como o Brejo e o Litoral, os problemas sociais no campo se ganharam novas dimensões. Assim como ocorreu com a pecuária, a cultura da cana-de-açúcar, ao ganhar projeção no Estado em função do PROÁLCOOL, também passou a ser o elemento impulsionador da expropriação de um substancial número de trabalhadores rurais.

O PROÁLCOOL contribuiu para a redução na produção de alimentos nas áreas por ele abrangidas e não colaborou para a fixação do homem à terra, já que, além da desorganização da produção, do pequeno produtor descapitalizado, foi motivo de pressão por parte dos grandes proprietários, que necessitavam de grandes extensões de terra para o plantio da cana-de-açúcar e priorizavam este tipo de cultura, substituindo a policultura já existente, pela monocultura. Tal pressão gerou efeitos sociais no campo, de grande magnitude.

Devido à necessidade de solos férteis e apropriados para o cultivo, a cana-de-açúcar encontrou, nas microrregiões do Litoral e Brejo paraibanos, regiões mais propícias para o cultivo. Nessas áreas, foi massivo o uso do crédito rural. As políticas empreendidas pelo Estado para este setor tinham, como principal objetivo, impulsionar a produção, através do uso de tecnologias apropriadas à cultura da cana-de-açúcar nessas

áreas. Apesar dessas áreas receberem grandes incentivos creditícios do governo, foi no Litoral, no entanto, onde a política de incentivos do Estado foi amplamente difundida.

"A modernização do parque sucro-alcooleiro do Estado foi excludente e diferenciada. Excludente porque o modelo incluía apenas as classes (oligarquias) que detinham o poder político(usineiros) e, diferenciado, porque foi um processo que 'modernizou' apenas a microrregião do Litoral paraibano" (SILVA, 1994:20).

Com relação ao cultivo da cana-de-açúcar, percebe-se uma posição antagônica em sua análise: se, de um lado, a expansão canavieira provocou à expulsão do campo de uma significativa parcela de trabalhadores rurais, ao introduzir no processo produtivo máquinas que substituíram um grande número de trabalhadores, dada a extensão de sua produção, por outro lado ela necessitou, também, de trabalhadores nos períodos de grande produtividade.

Neste processo estava incluída a mão-de-obra de mulheres, homens e crianças ganhando, para isto, salários ínfimos numa atividade árdua, expondo-se às intempéries da natureza e a todo tipo de doenças provocadas pelo uso de aditivos químicos sobre o canavial.

A partir de meados dos anos 80, o setor entra em crise, o que serviu para aprofundar a crise econômica que se estava processando no Estado. Tal crise ocorreu em virtude de os débitos acumulados pelos usineiros que assumiram proporções exorbitantes. Além disso, a retirada dos incentivos creditícios do governo, o grande responsável pela difusão do programa, também se constituiu num agravante para a crise no setor. Aliado a esses fatores, outros podem ser acrescentados, como: os altos custos com os insumos, produtos necessários para a produção e a discrepância existente entre os preços elevados dos produtos e a baixa produtividade obtida no setor. Segundo afirma LIMA, "(...) o endividamento das usinas, o baixo nível de produtividade e competitividade no mercado nacional e o controle dos preços do açúcar no mercado interno, são fatores que respondem pela crise que atualmente afeta as usinas da Paraíba". (LIMA, 1997:132).

No âmbito da problemática que envolve a crise a nível setorial no Estado, no decurso das décadas de 70 e 80 um outro elemento, que não está diretamente associado

ao processo de modernização agrícola, contribuiu para agravar a crise no setor: a seca. Tal fato se verifica quando, no início dos anos 70, ocorreu um período de seca intensa, cujos efeitos produzidos no campo geraram a desarticulação da produção afetando principalmente o pequeno produtor e influenciando sobre a pecuária e o algodão, o que motivou a saída de muitos paraibanos de suas áreas de origem para outras regiões do Estado, ou mesmo do Brasil, fugidos da seca.

No final de década de 70 até início da década de 80, mais um prolongado período de estiagem ocorreu, desta feita repercutindo dramaticamente sobre a cultura algodoeira no Estado, gerando desestabilidades nesta atividade. O mais afetado com a estiagem foi o pequeno produtor, uma vez que a cultura de subsistência, sustentáculo deste, ficou totalmente desorganizada, criando muitas vezes crise de produção e abastecimento. Como saída para problemática, muitos trabalhadores rurais procuraram engajar-se nas frentes de emergência criadas pelo Estado ou, então, buscaram, através da migração, a saída para seus problemas.

"Esgotadas as possibilidades de sobrevivência na área rural, tendo em vista a situação de extrema fragilidade econômica e social, a população pobre em geral utiliza como estratégia de sobrevivência, a migração da família ou de alguns de seus membros. Visto que as cidades para onde se tem dirigido, mais recentemente, a maioria dos migrantes, não possui estrutura adequada para absorvê-los, estas experimentam, a cada dia, o alargamento de suas áreas periféricas, resultando, em sua grande maioria, de ocupações ilegais, já que esta população está tão pobre que não pode alugar ou comprar uma casa ou barraco, respeitando as leis do mercado. O resultado tem sido o crescimento inusitado das favelas em cidades de médio e até mesmo de pequeno porte"(RAMALHO, 1996:32).

Se permanecem no campo, a saída que encontram é o alistamento nas frentes produtivas de trabalho¹² criadas pelo governo. Nessas frentes, os trabalhadores rurais ganham pouco para o sustento da família e são submetidos a toda ordem de exploração, numa prolongada jornada de trabalho, construindo açudes ou barragens que, em geral,

¹² Anteriormente denominadas frentes de emergência

ficam em grandes propriedades rurais, cujos maiores beneficiários são os grandes latifundiários.

As medidas emergenciais de caráter assistencialista, criadas pelo governo através das frentes produtivas, não foram e também não se constituem em elemento que solucionará a problemática da seca. Em cada frente produtiva onde se alista um grande número de trabalhadores rurais, percebe-se que as remunerações não foram e não são suficientes, de modo que, no geral, o que se observa é que este tipo de atitude serviu e continua servindo para reforçar e fortalecer o poder local de bases conservadoras.

Quando se analisam os conteúdos das medidas adotadas pelo governo, nota-se que elas só duram em período de estiagem. A consequência deste processo é a chegada, durante esses períodos, de um grande contingente de pessoas às periferias das cidades do Estado, o que reforça a mobilidade populacional, via migrações (DUQUÉ, 1995).

Os impactos socioeconômicos produzidos pela seca provocaram, sobretudo, redução do algodão arboreo, cuja crise veio à tona com a baixa produtividade desta cultura no Estado, além da praga do bicudo, que levou à derrocada grande parte do algodão. O algodão, cultura secularmente conhecida na economia paraibana¹³, sustentáculo econômico de grande importância, sobretudo para o pequeno produtor do Semi-árido e Agreste paraibanos, devido a fatores interno e externo foi uma das culturas que passou por profundas modificações, em especial com o advento do processo de modernização agrícola.

Durante longos anos, a Paraíba esteve entre os Estados nordestinos que se mantiveram como um dos grandes produtores de algodão, obtendo projeção regional e nacional, porém, a técnica empregada pelo pequeno produtor paraibano no processo produtivo, além de ser artesanal não possuía qualquer tipo de tecnologia apropriada ao seu cultivo. Em sua maioria, o algodão produzido nas pequenas unidades de produção, sem condições de competir no mercado nacional com o algodão produzido no Sudeste, entrou em crise, ressaltando-se que a falta de condições para competir com o algodão

¹³ Mesmo sendo a pecuária a atividade principal, o algodão apresentou, durante longo período, maior rentabilidade.

do Sudeste, foi um dos agravantes que levaram o algodão paraibano a perder sua posição no mercado nacional. No Sudeste, além dos incentivos e investimentos necessários à sua produção, o algodão produzido, altamente capitalizado, adotou técnicas modernas, o que lhe permitiu produzir em larga escala.

A instabilidade socioeconômica causada pelo declínio da cultura algodoeira, provocou a desestruturação da atividade de subsistência e desnudou a situação de fragilidade econômica do pequeno produtor. que, sem financiamento do governo, passou a ter um baixo nível de produtividade.

"Nas áreas de cultura de algodão, no Sertão, a base organizativa da produção fundava-se predominantemente na unidade de produção familiar. Os parceiros, arrendatários e pequenos produtores trabalhavam segundo a capacidade produtiva familiar"(GIULIANI, 1984-1985:124).

Além dos elementos mencionados, outros também merecem destaque, a conjuntura internacional desfavorável, que provocou a redução nas exportações pela falta de competitividade e pelo incremento mundial de fibras sintéticas, e a seca que, no semi-árido nordestino, contribuiu, na Paraíba, para a derrocada do cultivo do produto:

"A seca, portanto com todas as suas seqüelas, foi o fator chave de desestruturação da lavoura do mocó no Nordeste. Assim sendo, quando o bicudo se generalizou como praga, provocou o declínio do algodoeiro. Neste algodoeiro, em 1985 e 1986, a lavoura já vinha extenuada e em estado pré-falimentar. Assim, esta praga nada mais fez do que desnudar a enorme fragilidade de uma cultura que não poderia continuar no estado de abandono a que estivera relegada até então. Não resta dúvida de que o agricultor passou a ter mais dificuldades com a exploração do mocó, em especial pelo total desconhecimento da nova praga e dos meios de combatê-la, e, ainda, por ser baixo ou quase nulo o uso dos meios de combatê-la e, também, por ser baixo ou quase nulo o uso de inseticidas na cultura do mocó tradicional" (MOREIRA & MOREIRA, 1997:13).

A afirmação acima mostra claramente o quadro delineado pela cultura algodoeira na Paraíba, durante esse período. Segundo dados divulgados pelo governo, o bicudo quase dizimou a cultura algodoeira: em 1986, de um total de 200.000t de algodão em

pluma a produção caiu para 30.000t. em 1993, o que mostra bem as dificuldades sentidas pela cultura algodoeira no Nordeste (Ministério do Planejamento, 1997:5).

De acordo com os dados apresentados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (1997) alguns elementos culminaram com a crise do algodão, não apenas a nível nacional mas, também, regional e estadual. Entre eles, estão:

- a) Medidas de restrições ao crédito, para a produção e comercialização.
- b) Queda da tarifa de imposto de importação do algodão em pluma, que de 55% em 1986 caiu para 3%, em 1997.
- c) A diferença entre o prazo de pagamento para o algodão importado e o nacional. Enquanto no Brasil o prazo para pagamento do produto é de no máximo 20 dias, o fechamento do câmbio para o pagamento das importações era de 360 dias, uma grande disparidade, que foi modificada a partir da medida provisória 1.569 de Março de 1997, quando este prazo foi reduzido.
- d) A importação do algodão norte-americano com elevados subsídios, chegando até 50% do preço final do produto.

O algodão tem sido, portanto, uma das culturas mais afetadas, não apenas pelo bicudo, como ocorreu na Paraíba como um todo.

"No Nordeste, o aparecimento do bicudo do algodoeiro acelerou a crise de caráter estrutural que afeta a cultura desde primórdios dos anos 70, de forma mais intensa no arboreo. Nas regiões Sudeste e Sul, a abertura do mercado desestruturou o elo produtivo da matéria-prima no campo, afetando mais intensamente a agricultura familiar. Na região Centro-Oeste o comportamento da cultura vem sendo ante-cíclico" (SANTOS & SANTOS, 1997:14-15).

Com o quadro apresentado pelo algodoeiro paraibano, verificou-se que a situação do pequeno produtor não se modificou, pois ele continuou a enfrentar sérios problemas na década de 90, quando os resultados para a já frágil economia agrícola, não foram dos melhores.

A crise da cotonicultura em meados da década de 80, relacionada entre outros fatores à praga do bicudo, que dizimou uma grande quantidade de algodão, ao desarticular a pequena produção, mostrou a fragilidade do pequeno produtor descapitalizado que, com baixo nível de produtividade, não se conseguiu soerguer face às dificuldades enfrentadas no campo. Salienta-se que não foi apenas o pequeno produtor o único a sofrer com a crise, mas o parceiro e o arrendatário foram outras categorias atingidas, pois tinham no algodão sua base de sustentação. Por outro lado, aumento de correntes migratórias no Estado foi, sobretudo, um dos efeitos causados pela crise no algodão, principalmente a migração no sentido rural-urbano. Durante esta fase, ocorreu um crescimento muito grande de migrantes, oriundos da zona rural para as cidades de porte médio do Estado. Constatou-se que as migrações rural-urbanas se constituíram num mecanismo que propiciou a transferência de populações do campo para a cidade sendo, portanto, um dos principais componentes do processo de urbanização e crescimento das cidades.

Entre os anos 70 e 80, o setor agrícola paraibano sofreu profundas modificações, passando por fases prósperas, graças aos investimentos dotados pelo governo marcando, assim, um período áureo da agricultura e, conseqüentemente, da economia paraibana; no entanto, este período de prosperidade não foi duradouro e o quadro foi modificado. Dentre os elementos que explicam tal postura está o nível de produtividade agrícola.

"A produção agrícola do Estado incorpora baixo nível de tecnologia. De forma geral, os rendimentos agrícolas têm sido decrescentes nas últimas décadas. A comercialização de produtos primários tem sido um dos maiores fatores de descapitalização do campo e de desestímulo na produção rural"(FORUM DE DEBATES, 1990:224).

2.4 Perfil populacional na Paraíba: Um breve estudo da dinâmica migratória

Nas últimas décadas, observou-se que o comportamento apresentado pela agricultura paraibana se constituiu num fator que condicionou marcadamente a condução das migrações no Estado. As profundas modificações experimentadas pelo setor agrícola, além de modificarem o painel rural, construindo um mosaico de disparidades, aumentaram a desconcentração espacial produzida pela, evasão no campo, através de

uma grande liberação de mão-de-obra, gerando, no núcleo urbano, um intenso processo de concentração. Na verdade, o que se observou foi que o processo de modernização agrícola na Paraíba desenhou uma nova configuração da população do Estado, em particular após os altos índices de deslocamento populacional, ocorridos através das migrações. Em algumas regiões, como o Litoral, a concentração populacional foi bem maior, crescimento este significativamente maior na Capital do Estado, João Pessoa, para onde aflui um grande número de migrantes oriundos de outras localidades do Estado.

Segundo dados do IBGE, a população de João Pessoa era, no censo de 1970, de 222.483 habitantes, mas, este número cresceu, alcançando, em 1980, o patamar de 326.380 habitantes, uma diferença de 104.896 habitantes a mais que no período anterior.

Ressalta-se que a mudança na dinâmica populacional paraibana está diretamente relacionada às transformações socioeconômicas verificadas na sua agricultura nas últimas décadas, cujos reflexos no campo incidiram sobre o curso tomado pela população rural influenciando, deste modo, na trajetória dos fluxos migratórios.

Das mesorregiões paraibanas, as que apresentaram crescimento acentuado de sua população total, foram o Agreste, o Sertão e a Mata paraibana, sendo a Borborema a região que manteve uma média entre os diferentes censos, conforme Quadro 2.2:

Quadro 2.2 - Paraíba: População total segundo as mesorregiões - 1970/1991 (hab.)

Mesorregião	1970	1980	1991
Agreste paraibano	867.455	970.123	1.110.553
Sertão paraibano	686.009	760.319	802.825
Mata paraibana	557.910	745.744	1.019.400
Borborema	234.620	261.637	268.336

Fonte: Araújo (1998)

O modelo de desenvolvimento adotado beneficiou a agricultura através da introdução de novas técnicas, métodos e recursos empreendidos no processo produtivo, porém, criou condições para agravar a situação de exploração, pobreza e miséria no

campo contribuindo, deste modo, para expulsar grandes levas de trabalhadores rurais para as cidades paraibanas, principalmente para aquelas dotadas de grandes recursos infra-estruturais.

A introdução de modificações nas relações de produção e de trabalho com a expansão da cana-de-açúcar e pecuária, além da crise da cotonicultura, e a estrutura fundiária concentrada, foram elementos importantes nas mudanças do quadro populacional na Paraíba, nos anos 70, 80 e 90, respectivamente. Tais fatores foram responsáveis pela saída compulsória do homem do campo, aumentando as migrações rural-urbana no Estado, enquanto a redução da população rural paraibana, a partir dos anos 70, pode ser creditada aos níveis alcançados pelas migrações no Estado, cujos fatores econômicos foram os principais componentes desta mudança; com efeito, foram eles, também que passaram a explicar o comportamento nas tendências dos indicadores sociais, incrementando o processo de urbanização e modificando as formas de organização da produção.

Devido à incapacidade da estrutura de produção agrícola paraibana em oferecer condições de reter o homem no campo, este procura melhores oportunidades econômicas na cidade ou em outras áreas agrícolas, muitas vezes próximas das áreas rurais de onde ele se originou. Nesses termos, a migração passou a se constituir o meio que o migrante encontrou para tentar solucionar os problemas que se desenvolveram no campo. Para DURHAN, "(...) a integração de contingentes crescentes de trabalhadores rurais nas cidades não significa apenas urbanização, mas é um aspecto de uma transformação do sistema socioeconômico que afeta tanto o campo quanto a cidade". (DURHAN, 1973:35).

Na Paraíba, a migração não é um fenômeno recente. O que mudou no decurso dos anos, foram as formas e a quantidade de fluxos migratórios que ocorreram no Estado. No curso desta análise, verificou-se que, dos fenômenos migratórios típicos, como rural-rural, rural-urbano e urbano-urbano, os que tiveram maior incidência foram, sobretudo, o rural-urbano e o urbano-urbano, este último tomando como referência a questão de que o migrante saiu de um núcleo urbano para outro núcleo urbano: no geral, o movimento se delineia da seguinte forma: o migrante, ao sair do campo, dirige-se à cidade, onde ele pode ou não passar um longo período estabelecido e depois continuar

migrando para outro, ou outros núcleos urbanos, sendo o ponto referencial tomado para explicitar a migração ocorrida, o último local de seu estabelecimento, ou seja, a cidade.

Nas últimas décadas, na Paraíba os determinantes que têm explicado as migrações estão associados a fatores de caráter conjuntural e estrutural que, juntos, explicitariam as correntes migratórias no Estado.

No decurso das décadas de 60 e 70, observou-se grande variação populacional com relativo aumento nas microrregiões da Paraíba. Das microrregiões, as que apresentaram maiores índices de crescimento foram o Litoral Paraibano, a Depressão do Alto Piranhas, o Agreste da Borborema, os Cariris Velhos, o Brejo Paraibano e o Agropastoril do Baixo Paraíba¹²; entretanto, quase todas apresentaram saldos migratórios negativos, conforme se verifica no Quadro 2.3, a seguir.

De acordo com os resultados apresentados em 1970 e 1980, a população rural paraibana, ainda apresentava, no período, índices maiores que a urbana mas, com base na análise dos dados, já se verifica um diferencial entre a população urbana e a rural, com claro predomínio da primeira. Neste período, vários fatores, já perfilados analisados no decorrer deste capítulo, contribuíram para tal diferencial, destacando, entre eles, os resultados observados no campo do processo de modernização empreendido e a crise econômica nacional, além dos reflexos sobre a economia paraibana, que já vinha apresentando um quadro diferenciado do período anterior, final dos anos 70, quando entrou em crise.

¹² Essas denominações mudaram a partir de meados dos anos 80

Quadro 2.3 Paraíba: População total em 1970, com variação absoluta e componente migratório no período de 1960/1970, segundo as microrregiões homogêneas

Microrregião	População recenseada 1970	Varição absoluta 1960/1970	Saldo migratório em 1960/1970	Taxa decenal de migração 1960/1970
Litoral Paraibano	499.350	124.833	33.927	0,077
Depressão do Alto Piranhas	368.897	79.261	9.040	0,027
Agreste da Borborema	325.908	69.153	5.274	0,016
Cariris Velhos	220.331	35.246	-4.974	0,162
Piemonte da Borborema	205.982	249	-30.927	-0,147
Sertão de Cajazeiras	200.551	45.791	7.272	0,040
Agropastoril do Baixo Borbor.	139.573	5.484	-15.400	-0,112
Brejo Paraibano	129.868	-2.890	-21.309	-0,162
Curimataú	91.661	11.767	-5.553	-0,064
Serra do Teixeira	88.365	19.463	1.369	0,017
Catolé do Rocha	87.890	23.045	3.642	0,047
Seridó Paraib.	53.866	15.994	4.958	0,108

Fonte: IBGE, 1979

As mudanças observadas na economia estadual, nas décadas de 70 e 80, sobretudo a partir da implantação da modernização no agro paraibano, foram significativas na modificação dos fluxos migratórios, em especial nos fluxos ocorridos no sentido rural-urbano e que por essas mudanças.

O saldo migratório paraibano nas duas décadas, é um componente que explica mais claramente a delineação da mobilidade populacional identificada no Estado, no período, a qual não apresentou decréscimo mas, ao contrário, cresceu significativamente, conforme os Quadros 2.4 e 2.5:

Quadro 2.4 Paraíba - população residente total, urbana e rural - 1970-1980

Ano	Total (hab)	Urbana (hab)	Rural (hab)
1970	2.382,6	1.002,2	1.380,4
1980	2.772,6	1.450,4	1.322,2

Fonte: IBGE, 1989

Quadro 2.5 Saldo migratório da Paraíba - 1960/1980

Anos	Saldo Migratório (%)
1960	323.998
1970	513.759
1980	753.056

Fonte: SUDENE, 1984

Observou-se arrefecimento muito grande da população rural paraibana em relação a urbana, principalmente em cidades de porte médio do Estado, que receberam um grande número de migrantes oriundos do campo. Devido ao fluxo da população recebida, essas cidades aumentaram sensivelmente, sobretudo em seus contornos. Um outro aspecto a ser salientado relaciona-se aos níveis de imigração e emigração verificados entre 1970 e 1980, que apresentaram discrepância, ou seja, os índices emigratórios foram maiores que os imigratórios, mostrando que, no Estado, o número de migrantes saídos foi bem mais dimensionado, como mostra o Quadro 2.6, abaixo:

Quadro 2.6 - Índices de imigração e emigração na Paraíba 1970/1980 (hab)

ANO	IMIGRAÇÃO	EMIGRAÇÃO	SALDO
1970	120.091	633.850	513.759
1980	173.250	926.306	753.056

Fonte: Sampaio & Rocha, 1989.

Ao se analisar o perfil geral apresentado pela dinâmica populacional paraibana no período compreendido entre os anos 70 e 80, logo se verifica que os aspectos econômicos e sociais se encontram intimamente relacionados. Se as modificações na economia paraibana influenciaram no aumento das correntes migratórias no Estado, as migrações também se constituíram num forte elemento, cujos reflexos foram processados tanto no campo como na cidade.

No núcleo rural os efeitos sentidos pelas migrações podem ser observados através da desruralização e, no segmento urbano, pelo crescimento desordenado que muitas cidades paraibanas, em particular as duas maiores cidades do Estado, João Pessoa e Campina Grande, experimentaram com este processo. Percebe-se, portanto, que existe uma íntima relação entre o desempenho apresentado no decurso deste período na economia paraibana e os movimentos migratórios observados.

2.5 Conclusão

Se de um lado, o modelo de modernização empreendido na agricultura brasileira, consistiu um dos grandes vetores de mudança neste segmento da economia, por outro lado trouxe, no seu bojo, transformações de grande magnitude na estrutura social.

Na adoção deste modelo, dois aspectos foram considerados pilares básicos: o empreendimento de uma nova dinâmica nos setores improdutivos, através de políticas e medidas que viabilizassem sua transformação, e a possibilidade de inserção no comércio internacional.

Se os privilégios resultantes deste empreendimento deram condições a determinadas regiões, como o Sudeste e Sul brasileiros, de impulsionarem suas economias, o resultado de tal processo também trouxe, no seu bojo, o ônus social, pois as mudanças na relação de trabalho e produção introduzidas no campo trouxeram impactos sobre os trabalhadores rurais em variadas categorias, como pequenos produtores descapitalizados, parceiros e arrendatários, e agravou também as condições, já tênues, dos trabalhadores sem-terra.

A base sobre a qual se assentou tal empreendimento encontra-se calcada sobre o crédito rural, que tem, no governo, o principal ator e impulsionador, e sobre a extensão rural, sobretudo a partir da adoção de insumos e todo o instrumental químico-mecânico que passou a ser adotado.

O crédito subsidiado pelo governo foi a mola mestra que viabilizou o processo de modernização na agricultura brasileira e determinou inúmeras modificações no campo; entretanto, percebeu-se claramente que as condições na qual a modernização no agro brasileiro se processou, foram diferenciadas de região para região, o que mostrou o seu caráter excludente e localizado; além disso, no âmbito da conformação da modernização agrícola, verificou-se desnível muito grande entre o financiamento e a injeção de recursos na efetivação deste processo, de região para região. Neste contexto, o Nordeste foi, portanto, uma das regiões que mais sofreu com tal discrepância.

No contexto da economia regional, a Paraíba foi um dos estados nordestinos onde a efetivação do processo de modernização agrícola mostrou claramente dois aspectos diferentes de uma mesma ideologia, ou seja, a modernização, ao empreender uma dinâmica nova no curso da economia paraibana, também aflorou problemas sociais porque, além de aumentar a concentração da terra, intensificou as desigualdades sociais já existentes no Estado.

A economia paraibana assistiu ao florescimento do seu segmento agrícola com as mudanças introduzidas através do processo de modernização, mas, se ela experimentou fases de profunda dinâmica, sofreu também com essas mudanças, pois o período áureo foi efêmero e, no decurso da década de 80, ela sofreu recrudescimento, tanto no contexto regional como no nacional. Entre os elementos que conduziram ao declínio da economia paraibana, estão o declínio da cotonicultura, que se aprofundou e ficou em vias de desaparecimento, demonstrando a fragilidade do sistema produtivo e da estrutura produtiva débil com que o bicudo veio acelerar, a crise do Proálcool e da pecuária, e a decadência de algumas culturas que tinham expressividade no cenário econômico. Esses foram, portanto, alguns dos elementos que mostraram a fragilidade da economia paraibana.

A elevação do conteúdo capitalista nas relações de produção no campo, via modernização agrícola, propiciou, além da elevada exploração da força de trabalho, a dificuldade de acesso à terra, devido a intensidade da concentração da mesma ao aumento do assalariado rural e das migrações.

No encaminhamento desta análise, as migrações exerceram importante posicionamento, uma vez que as mudanças ocorridas na estrutura produtiva poucos benefícios trouxeram à grande massa de trabalhadores rurais; ao contrário, favoreceram sua expulsão do campo, de forma que as migrações passaram a exercer papel ímpar na conformação deste processo.

CAPÍTULO III

3. TENDÊNCIAS RECENTES DAS MIGRAÇÕES NA PARAÍBA: UMA AVALIAÇÃO DOS ANOS 90

3.1 Introdução

Viu-se, no capítulo anterior, que o processo de modernização agrícola empreendido a partir dos anos 70, trouxe no seu bojo inúmeras mudanças para o setor agropecuário paraibano colaborando, deste modo, para a elevação dos fluxos migratórios no Estado.

O quadro revelado nos anos 90, com relação à questão agrícola paraibana e sua relação com os fluxos migratórios no Estado, não é diferente de períodos anteriores, até mesmo porque a economia paraibana não se tem revelado promissora a ponto de contribuir para a diminuição da mobilidade populacional neste Estado. Na realidade, o período em análise mostrou um mosaico de novos acontecimentos que, acrescentados aos problemas que já vinham ocorrendo na década anterior, contribuíram para aumentar a crise já existente na economia paraibana e, sobretudo, no seu setor-base, o agrícola.

A instabilidade continuou sendo a marca constante revelada nessa economia, encontrando respaldo no fraco desempenho econômico do Estado, tanto na dinâmica estadual como na nacional. Não ocorreu elevação na taxa de crescimento interno, principalmente na agricultura paraibana.

Percebe-se uma correlação de fatores que demonstram a fragilidade da economia paraibana nos anos 90 e que se constituíram em fortes elementos na continuidade da crise. Entre esses fatores, estão o abastecimento de água, os baixos índices de desenvolvimento humano, a continuidade do crescimento da taxa de desemprego e o despovoamento de áreas rurais provocado pelas secas dos anos 90.

Discutir-se-ão, neste capítulo, as principais tendências observadas nas migrações, na Paraíba, e a relação existente entre elas e o painel traçado para a economia paraibana, particularmente para o seu segmento agrícola, no período em análise.

3.2 Aspectos da Economia Paraibana nos Anos 90: Reflexos Sobre o Setor Agrícola

O ambiente econômico nacional que se estabeleceu durante a década de 80 foi regido por uma crise de ajuste fiscal de grandes dimensões, cujas causas podem ser encontradas numa conjuntura internacional desfavorável, que contribuiu para a elevação das taxas de juro, aumentando, desta forma, a dívida externa brasileira e criando um clima de desconforto interno, devido ao enorme desequilíbrio que ocasionou e cujos impactos vieram a repercutir sobre a economia regional e estadual.

Verificou-se que o modelo com base na substituição de importações esgotou-se e, ante os acontecimentos que se esboçaram, tanto de caráter estruturais como conjunturais, o Brasil não conseguiu reelaborar um novo modelo de desenvolvimento, frente às transformações que aconteceram nos 80, com a economia internacional; na realidade e ante a crise do petróleo e das altas taxas de juro cobradas, o painel geral que se verificou no país foi de agravamento de sua situação e a dificuldade de contornar tal problemática.

“(...) a crise financeira acabou com a fatura dos subsídios agrícolas que, desde a década de 60, implementavam a modernização na agricultura e, conseqüentemente, fomentavam a concentração de terras nas mãos de latifundiários e grupos econômicos, fatores responsáveis, como vimos, pela expulsão de posseiros, parceiros e arrendatários. A verdade é que, com a crise econômica e o desemprego crescentes, as razões para migrar se multiplicaram, mas as oportunidades para efetivá-las se reduziram” (VALIM, 1998:20).

Na realidade, o painel apresentado pela economia nacional nos anos 80 foi desalentador, de vez que as transformações naquela década acentuaram a crise de algumas já frágeis economias estaduais, como é o caso da Paraíba, em que os reflexos desta crise vão ser sentidos vigorosamente sobre o andamento da economia, através do panorama apresentado pela economia paraibana, durante o período.

“No triênio 1980-1983, de pesada crise na economia brasileira e prolongada seca no Nordeste, a economia da Paraíba continuou a apresentar resultados precários. O seu PIB real per capita de 1983, US\$845,64, a preço de 1990, foi

apenas 4,04% maior que o de 1980.(...)Os últimos três anos da década 1980-1990 foram de pesada recessão para a economia brasileira e de adversidade climática para o Nordeste, culminando com a generalização da seca por todos os estados desta Região, em 1990. Afetada por esta realidade nacional e regional, os resultados econômicos da Paraíba, no período 1987-90, foram modestos, comparados com os do período 1983-87”(POLARI, 1995:64).

Percebe-se, portanto, uma continuidade no panorama visto na década anterior, ou seja, ausência de dinamismo econômico que elevasse a atuação da Paraíba no quadro regional e nacional.

“A Paraíba sofreu as repercussões adversas que foram comuns ao meio rural nordestino, com a maior penetração do capital, elevando o conteúdo capitalista das relações de produção das suas principais atividades agropecuárias. Além disso, as secas e a decadência de importantes culturas agrícolas do Estado impuseram sérios efeitos às condições gerais de produção do seu setor agropecuário. Ao lado de tudo isso, a economia paraibana não conseguiu ter um razoável grau de integração na dinâmica da acumulação global de capital produtivo no país, capaz de lhe proporcionar altos níveis de desenvolvimento industrial, como ocorreu com outras economias estaduais da Região”(POLARI, 1995:72).

A situação da economia paraibana, que já vinha mostrando visíveis sinais de declínio, principalmente no setor agrícola, agravou-se devido, sobretudo, à repercussão da crise econômica nacional e, também, às prolongadas secas entre 1979-1983 no semi-árido paraibano, que desestruturaram, de vez, algumas culturas já falidas e acentuaram os problemas internos no Estado. Associado ao elemento externo, o quadro interno revelado pela economia paraibana vai colaborar com o aumento dos fluxos migratórios no Estado. Estes, que há décadas já vinham ocorrendo no Estado, elevaram sua intensidade, em particular por causa desta nova dinâmica apresentada pelo setor base da economia paraibana, o agrícola.

“Nessas transformações das atividades agropecuárias paraibanas de impor pesados custos sociais e apenas escassos benefícios econômicos. Com efeito, a acentuada

desorganização imposta às tradicionais formas de produção no meio rural gerou um enorme excedente de mão-de-obra, e da população de modo geral, exponenciando o êxodo para as maiores cidades do Estado e a emigração para outras regiões do país, principalmente a Sudeste. A concentração da propriedade fundiária, associada à decadência da cultura algodoeira e à expansão da cultura da cana-de-açúcar e das atividades pecuárias, significou expressiva subtração na disponibilidade de terras para a produção dos alimentos básicos do grosso da população estadual (POLARI, 1995:74).

Os anos 90 se iniciaram, mas poucas mudanças foram identificadas na economia paraibana, principalmente no setor primário, um dos seus pilares. A Paraíba, que nos anos 70 sofreu efetivo crescimento com a desaceleração nos anos 80 manteve, nos anos 90, o mesmo ritmo de desaceleração. O PIB paraibano não apresentou resultados satisfatórios no decorrer dos anos 90, seja a nível total ou setorial mantendo, no período, taxas baixas de crescimento.

Com base nos resultados do PIB, tem-se verificado que a Paraíba tem apresentado evidentes sinais de regressão econômica, situação esta que não conseguiu se reverter no decurso dos anos 90, comprovando a grave situação de instabilidade da economia paraibana.

"Desenvolvimento, na economia da Paraíba, vem sendo desenvolvimento do seu subdesenvolvimento econômico e social evolução historicamente regressiva que se caracteriza formalmente por carência de reinvestimento de riquezas acumuladas na produção de novas riquezas"(FORUM PARAÍBA EM DEBATE, 1990:24).

Tabela 3.1 Paraíba: Variação anual de crescimento real do PIB, total e setorial 1990- 1998

ANOS	Total (%)	Agropecuária (%)	Indústria (%)	Serviços (%)
1990	2,4	-27,7	11,1	3,0
1991	2,4	32,0	-0,9	-1,6
1992	-4,4	-14,2	-6,9	-0,6
1993	-5,9	-65,2	5,5	2,9
1994	13,2	98,2	9,5	8,1
1995	6,6	7,1	7,7	6,0
1996	5,6	15,0	2,7	5,6
1997 (1)	5,2	-1,7	12,6	2,8
1998 (1)	0,7	-49,8	13,3	1,5

Fonte: SUDENE, Agregados econômicos regionais.(1) Dados preliminares 1998

O desempenho da agricultura paraibana já vinha declinando desde meados da década de 80 e continuou a declinar na década de 90. Neste período, os níveis de produtividade do setor agrícola, acompanhados por mais períodos de estiagem verificados entre 1990-1992 e em 1997, além da falta de investimentos no setor, acarretaram problemas principalmente para os pequenos produtores, com ou sem terra, deixando a agricultura paraibana vulnerável. Assim como a agricultura, outros segmentos econômicos paraibanos, conforme a TAB. 3.1, também apresentaram períodos de instabilidade.

“A fragilidade estrutural da economia paraibana é ostensiva. Mesmo nesta última década do Século XX, o seu desempenho continua intimamente ligado ao comportamento das chuvas. Se o inverno é bom, como foi nos anos de 1994 e 1995, o PIB estadual cresce a altas taxas. Nos anos de 1991 a 1993, que foram de seca, aconteceu o contrário. Para a maioria das economias nordestinas, essa nefasta correlação já não mais existe. Os maiores pesos relativos dos seus setores industrial e de serviços sustentaram o crescimento econômico, mesmo nos anos de seca” (POLARI, 1997:80).

A Paraíba apresentou, portanto, nos anos 90, um retrato sem retoques da regressão base econômica agrícola.

“Os problemas da economia paraibana não são fáceis de resolver. O seu setor agropecuário foi destruído. As suas principais culturas estão desaparecendo. Primeiro, foi a do sisal, depois a algodoeira. Com elas, está indo toda uma estrutura de pequena produção agrícola e animal de alimentos. A decadência do complexo sucroalcooleiro vinculado à cana-de-açúcar, é flagrante. A sua ruína total não parece improvável. É questão de mais alguns anos. A pecuária também passa por uma fase muito difícil. A sua ruína total não parece improvável. É questão de mais alguns anos. A pecuária também passa por uma fase muito difícil. Nenhuma cultura nova ou atividade agropecuária de vulto surgiu no Estado” (POLARI, 1997:48).

A queda de desempenho do setor produtivo paraibano, em geral do agrícola, elevou em massa o nível de desempregados no Estado. O desemprego rural tem sido uma marca constante na história econômica do Estado. Na década de 90, muitos trabalhadores

agrícolas se deslocaram para a cidade, em busca de emprego, num mercado de trabalho afunilado e primando por uma mão-de-obra cada vez mais especializada.

“Não é também alentador o fato de a economia paraibana vir reduzindo o seu número de trabalhadores assalariados. Isto é grave, tendo em vista a sua integração às economias regional e nacional, que avançam no desenvolvimento capitalista. De 1989 a 1993, o segmento dos assalariados ocupados na Paraíba diminuiu de 714.632 para 654.945 trabalhadores” (POLARI, 1997:98).

Outros trabalhadores rurais abandonaram de suas áreas agrícolas de origem, em busca de áreas agrícolas onde a oferta de emprego ou as condições de vida fossem melhor e pudessem viabilizar a sua sobrevivência e da família. Este é o caso de trabalhadores rurais saídos do semi-árido paraibano, fugidos da seca, ou mesmo da zona da Mata paraibana, já que a cultura da cana-de-açúcar não apresentou grande crescimento no período. A alternativa, portanto, é a migração sazonal. mas a realidade desses migrantes no cotidiano de suas atividades diárias demonstra o nível de exploração e a má remuneração existentes, conforme mostra este depoimento de migrante:

“Há nove anos que vou para safra da cana em Pernambuco, por causa que lá onde moro, em Fagundes, PB, não dava pra sobreviver(...) A gente dorme no galpão da usina. Sem sossego, não come e não dorme direito. Tudo é difícil: a preocupação com os filhos, a família. O trabalho é limpa, adubação, corte de cana, roçar mato...trabalho pesado, braçal. Se corto 10 toneladas de cana, a usina só paga 4,5 ou 6 toneladas. Eu cortei cana junto com um amigo e recebemos 10 toneladas, mas o rapaz que transporta a cana disse que tinha dado 19 toneladas. Aí eu fiquei olhando, a gente trabalha para a usina” (ASA BRANCA, 1994:1).

A tendência observada é o aumento nas migrações em direção a outras áreas do Estado, da Região, ou mesmo para fora da Região, porque a dinâmica ocupacional no campo paraibano não foi incrementada a ponto de permitir que o trabalhador rural ali permanecesse:

“O setor primário paraibano absorvia, até 1980, aproximadamente 50% da população economicamente ativa

(PEA) estadual. A partir de 1990 este setor passou a incorporar apenas 31%, aproximadamente, do efetivo da PEA. Segundo estimativas contidas nas estatísticas oficiais, o mercado de trabalho paraibano total nos anos de 1990, encontrava-se entravado em virtude de, mais ou menos, 45% da PEA se encontrarem sem perspectivas de emprego. Esse panorama pode ser melhor visualizado com a leitura do Plano de Desenvolvimento Sustentável, do Governo José Maranhão. Aí, encontra-se o reconhecimento de ter sido a Paraíba um dos estados que menos se expandiram, acarretando redução na sua capacidade de geração de postos de trabalho. Na verdade, responsabilizava esta situação de grande desemprego”(FERNANDES e AMORIM, 1999:96).

Para dificultar a situação da economia paraibana, nos anos 90 um outro elemento veio espelhar este quadro: trata-se das secas ocorridas em 1991, 1992 e 1997, que aprofundaram o painel, já caótico, apresentado pela agricultura, elevando a desorganização de sua estrutura produtiva, sobretudo quando trouxeram, no seu bojo, um novo condicionante: a crise de abastecimento de água. Se as secas verificadas nos anos 90 agudizaram uma situação já carente no Estado, o que dizer da crise no abastecimento?

Esta crise se revelou como um dos sérios fatores que motivaram o adensamento dos problemas no Estado; além disso, ela desnudou uma situação já reflexa que, ao se agravar, alcançou patamares sobretudo nos setores agrícola, industrial e comercial.

“As chuvas praticamente cessaram e as conseqüências começam a ser refletidas através da falta de água. O problema volta a tomar proporções alarmantes, sobretudo porque a maioria dos açudes, principais reservas hídricas da Paraíba, volta a apresentar volumes críticos deixando a população em estado de alerta”(JORNAL DA PARAÍBA, 12.08.1999).

Com efeito, não foram penalizados apenas os trabalhadores agrícolas com a crise no abastecimento, uma vez que ela também contribuiu para a desarticulação das atividades produtivas no meio rural paraibano. Verificou-se que várias cidades paraibanas também foram atingidas no seus segmentos produtivos como, por exemplo, Campina Grande.:
“Informações chegadas à Superintendência do Banco do Brasil, em Campina Grande, dão

conta de que pelo menos oito indústrias poderão reduzir drasticamente sua produção a partir de janeiro. Por falta d'água (CORREIO DA PARAÍBA, 31.12.1998).

O racionamento foi então a principal medida adotada por muitas cidades paraibanas com o baixo índice de água apresentado por seus mananciais. Isto se verifica porque quase todos os mananciais de rios e açudes, sobretudo no semi-árido, tornaram-se escassos, diminuindo a produção de alimento, o que provocou aumento do número de saques e pilhagens nas cidades próximas à zona rural das áreas afetadas.

“A seca na Paraíba começa a se agravar e já atinge, além do Sertão e Cariri, o brejo e o litoral do Estado. Em vários municípios, como Teixeira, Jacaraú, Soledade e São João do Cariri, os prefeitos decretaram estado de calamidade pública. Em Jacaraú, no litoral, 80% do abastecimento são feito exclusivamente através de carros-pipa. Em Souza 60% da área plantada estão perdidos. As culturas de milho, arroz e feijão, estão comprometidas”(CORREIO DA PARAÍBA, economia, 31.12.1998).

Como primeiro recurso adotado para reduzir, sobretudo, o desperdício de água, através do uso indiscriminado do líquido e dos vazamentos existentes, foi o racionamento, quando a CAGEPA passou, então, a exercer maior controle maior no consumo de água, nas cidades em crise de abastecimento no Estado.

“(...) Em todo o Estado, 40 municípios estão tendo água racionada e cerca de 530 mil pessoas estão sendo atingidas – cerca de 16% população total. A Cagepa (Companhia de Águas e Esgoto da Paraíba) informou que atualmente 31 sistemas de abastecimento estão totalmente paralisados, 37 estão em funcionamento parcial e 109 em funcionamento pleno em todo o Estado”(JORNAL DA PARAÍBA, 01.07.1999).

Na esteira do racionamento e diante de uma situação de colapso de água, iniciou-se, por parte do governo federal, a distribuição de cestas básicas doadas pelo Programa Comunidade Solidária, através do Programa de Combate aos efeitos da Seca. Além dessa medida, adotada pelo governo federal, o governo estadual utilizou um dispositivo há muito tempo requisitado, a organização de frentes de trabalho, como forma de viabilizar uma saída para o quadro caótico apresentado nos municípios paraibanos para conter os saques e

pilhagens existentes nas cidades vizinhas à zona rural: *“As frentes de trabalho criadas pelo governo do Estado, no interior, já alistaram 79 mil pessoas em pouco mais de um mês. A partir do início de maio, as famílias vão receber R\$50,00 por mês para escapar da fome. A situação é grave em várias regiões, principalmente no semi-árido, Sertão e Cariri”*(CORREIO DA PARAÍBA, 31.12.1998).

Verificou-se que a crise de abastecimento de água não atingiu apenas as pequenas cidades do interior do Estado. Cidades de grande porte, como João Pessoa e Campina Grande, também sofreram com a crise, vez que ambas entraram em estado de calamidade, devido à escassez de água nas barragens de Gramame-Mamuaba, João Pessoa, e no Açude Epitácio Pessoa, o Boqueirão, este último abastece Campina Grande e cidades vizinhas que cobrem o Compartimento da Borborema.

No que se refere a João Pessoa, o período em que se estendeu o racionamento foi muito curto e foi efetuado como medida para evitar colocar em risco o complexo Gramame-Mamuaba. Deste modo, a implementação do racionamento conteria o excessivo gasto de água verificado no Município.

“ A redução em 50% da retirada de água das barragens, que antes era de 2.200 litros por segundo, somada à suspensão das irrigações, à retirada de bombas clandestinas, às chuvas que ocorreram e à recuperação e perfuração de poços ajudaram a preservar o nível de água nas barragens, que ainda estão em regime de alerta(...) sem o racionamento, os pessoenses teriam ficado sem água desde o começo do ano”(CORREIO DA PARAÍBA, 05.12.1999).

Em relação a Campina Grande, cujo abastecimento provém do açude Epitácio Pessoa, o Boqueirão, a situação foi mais agravante, porque a cidade teve o racionamento iniciado em 1998 e tal problema continuou a perdurar durante todo o ano de 1999, terminando a década perfilando este quadro. Um outro aspecto a salientar é que, além do agravamento da crise pela diminuição do volume de água no açude de Boqueirão, foram apreendidas moto-bombas utilizadas pelos irrigantes que tinham culturas nas áreas próximas ao açude acentuando, assim, as dificuldades de uma grande maioria de agricultores.

“O esgotamento de Boqueirão está deixando um rastro de imagens tristes ao longo do manancial. As culturas estão morrendo e centenas de famílias, que dependiam da agricultura para sobreviver, já começam a passar por necessidades. Em muitas áreas não há mais o que colher e a ajuda prometida como garantia da suspensão da irrigação ainda não chegou e nem há perspectiva. Na zona rural, os trabalhadores estão de braços cruzados, ou melhor, ‘tamo com as mãos na cabeça, sem saber o que fazer. A nossa maior preocupação é chegar o Sábado e não ter comida para dar os nosso filhos’ Essa foi a afirmação do trabalhador rural Severino Bezerra de Menezes”(JORNAL DA PARAÍBA, 01.07.1999).

Na verdade, a crise de abastecimento de água trouxe à tona a discussão em torno da transposição das águas do Rio São Francisco. É necessário destacar que o problema da escassez de água na Paraíba remonta ao século XIX, época das grandes secas ocorridas, quando foram construídos açudes com o propósito de diminuir os efeitos produzidos pela seca. Foi ainda no século XIX que se começou a empreender projetos que viabilizassem a transposição das águas do Rio São Francisco para a Paraíba.

“Os primeiros esboços de estudos a respeito da canalização das águas do Rio São Francisco, para o Rio Jaguaribe, foram elaborados por Antonio Marcos Macedo, um cearense do Cariri, que chegou a ser intendente do município do Crato, CE. Entretanto, foi Domingos Jaguaribe, Deputado pelo Ceará, quem divulgou as idéias da transposição, no século passado. Apoiado nos trabalhos do engenheiro Tristão Franklin de Alencar, Domingos Jaguaribe escreveu o trabalho contribuição para canalização do Rio São Francisco para o Jaguaribe”(CARNEIRO, 1998:60).

Um século depois registra-se, na Paraíba, a crise de abastecimento de água e se coloca em pauta a transposição das águas do Rio São Francisco, como fonte salvadora dos problemas de alguns estados nordestinos atingidos pela seca e com crise no abastecimento. A transposição das águas do Rio São Francisco, bem como a barragem de Acauã, no caso paraibano, seriam alguns dos principais vetores para sanar a crise de abastecimento verificada no Estado e, sobretudo, nas cidades que cobrem o compartimento da Borborema.

Assim como na tônica dos diferentes programas empreendidos para o Nordeste e, particularmente, para a Paraíba, viriam beneficiar uma grande demanda de população rural carente, porém na prática não se efetivaram: apenas a construção da Barragem de Acauã é uma realidade, já que a transposição não passou de notas dos jornais e noticiários, bem como da agenda de políticos paraibanos, não havendo, por parte do governo federal, qualquer preocupação em efetivar este processo.

“Ora, pois. São quase 13 milhões de brasileiros, mais de 6,8 milhões do Ceará, 3,3 milhões da Paraíba e 2,6 milhões do Rio Grande do Norte, a clamarem, há mais de um século, por uma transposição de águas de uma das bacias hidrográficas próximas – a do Rio São Francisco ou a dos Rios Araguaia e Tocantins – para os principais pequenos rios desses três Estados. Mais de um século de apelos, solicitações, demandas, ofertas de projetos de solução, tudo dirigido aos governantes da Nação e nada de atendimento, nada de uma simples atenção! Em vez de atendimento, fazem discursos. Criam órgãos federais para cuidar do problemas das secas. Mas não tomam a decisão política de iniciar a construção do que é necessário para a transposição!” (JORNAL DA PARAÍBA, opinião, .12.08.1999).

Com este, quadro, como compreender a condução dos fluxos migratórios na Paraíba e sua intensidade? Na realidade, o que se percebe é que as secas e a crise de abastecimento de água em vários municípios paraibanos contribuíram para aumentar a migração interna no Estado e para fora dele.

A crise no abastecimento de água no Estado favoreceu o aumento do desemprego, tanto rural como urbano, a desestruturação de pequenas culturas e, sobretudo, o despovoamento de áreas rurais, onde se observou que muitos trabalhadores rurais, ao terem sua principal fonte de sobrevivência, a agricultura, desorganizada, rumaram em direção aos centros urbanos do Estado, ou mesmo para fora da região, o que favoreceu o aumento nas migrações no Estado.

Dada a falta de condições para sua manutenção e a ausência de recursos financeiros para permanecer no campo, a migração se sobressai como um dos indicativos mais fortes na alternativa do migrante. Desta forma, verificou-se um grande fluxo de migrantes em

busca das grandes metrópoles brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, que constituem as rotas mais comuns empreendidas pelos migrantes paraibanos.

"Fugir da seca e buscar a sobrevivência em outros centros, está sendo a única saída para um número expressivo de camponeses. A maioria é constituída de pais de família que, sem ter o que comer, vendem, se tiverem, o único bem, para comprar passagem. Quando não têm o que vender, mendigam o bilhete para São Paulo, Rio de Janeiro ou Brasília, nos órgãos públicos. Quando o bilhete é conseguido, eles deixam tudo para trás e rumam com destino ao Sudeste do país, engrossando o contingente de favelados, na periferia das grandes metrópoles, onde o desemprego também afeta milhares de trabalhadores. Enquanto a seca arrasa as lavouras e acaba com os escassos mananciais d'água, as empresas de transporte rodoviário aumentam seu faturamento transportando para o Centro-Sul os agricultores que decidem tentar melhor sorte naquela parte do Brasil...No mês de março rumaram ao Rio de Janeiro 6.840 pessoas e no mês de abril o número foi elevado para 7.200" (DIÁRIO DA BORBOREMA, 02.02. 1997).

Este é o quadro que, comumente, acontece na Paraíba durante este período, quando uma leva enorme de paraibanos migra buscando melhores condições de vida em outras áreas do Brasil, principalmente no Centro-Sul. O depoimento que registra bem esta questão é o da professora Maria Luciana Medeiros, da cidade de Salgadinho, PB, considerada a mais pobre do Nordeste: "A população aqui era de mais de 500 pessoas, mas muita gente foi embora e não volta; meu sonho é ir para São Paulo ou Rio de Janeiro; aqui não é local para ninguém viver" (CORREIO DA PARAÍBA, 31.12.1998).

A falta de recursos que possam incrementar a economia paraibana e, particularmente, o setor primário a ela correspondente, associada à falta de empenho por parte do governo com relação à carência do pequeno produtor, indica um movimento febril na Paraíba: o seu subdesenvolvimento socioeconômico. Esta ausência de investimentos para recuperar a economia paraibana, investimentos movidos tanto a nível estadual como federal, torna o quadro cada vez mais agravante.

As perspectivas que se abrem não são tão boas, face à realidade que se observa em seus três setores: no primário, no terciário e no secundário, e nos seus níveis político, social e econômico. Faz-se necessário, portanto, maior empenho por parte do governo estadual e,

respectivamente, de setores a ele relacionados, assim como do governo federal, através de investimento de recursos para se tentar modificar o quadro que perfila a economia paraibana que se vem arrastando desde os anos 80.

Sem recursos financeiros para empreender mudanças no seu quadro econômico e, desta forma, incrementar a produtividade, em particular no segmento agrícola, que tem sido o mais penalizado, a economia paraibana não tem encontrado meios de se soerguer, ante os problemas que o Estado tem enfrentado e, deste modo, sair da crise por que vem passando há décadas.

A concentração da renda, a concentração fundiária e o frágil desempenho do setor agropecuário paraibano, são alguns dos fatores que têm contribuído para acentuar a crise na economia paraibana e para colaborar com o aumento das migrações no Estado, principalmente com os fluxos de origem rural e urbana:

"(...)Como se vê, as evidências sintetizam a triste realidade da vida sócioeconômica da Paraíba, na história recente. O desenvolvimento das suas atividades produtivas não vem possibilitando as condições mínimas de subsistência, para uma grande parcela da sua população. Isto vem fazendo com que o Estado seja detentor dos maiores índices de migração populacional para o resto do país. Aquele seu menor crescimento demográfico reflete, sobretudo, a severa involução relativa da sua economia. Não é, portanto, por acaso, que a população paraibana se destaca no próprio Nordeste, pelos seus miseráveis indicadores básicos de condições de vida"(POLARI,1997:29).

O IDH é um dos componentes analisados no conjunto de fatores socioeconômicos, que contribuiu para traçar o perfil geral da dinâmica paraibana nos anos 90. Elaborado desde 1990, como elemento fundante da parceria PNUD-IPEA, com o propósito de verificar e medir a qualidade de vida e o progresso humano no Brasil, o IDH, ao fazer um exame das disparidades socioeconômicas existentes nos estados brasileiros, calcula os níveis de pobreza e desigualdades apresentados. Ele capta as diferentes dimensões do processo de desenvolvimento humano.

No que se relaciona aos anos 90, o trabalho realizado pelo PNUD-IPEA, mostrou a situação social brasileira como reflexo do acúmulo de problemas oriundos de décadas de ausência de providências por parte do governo federal, com relação aos problemas sociais.

Para detectar o IDH são utilizadas, para mensuração, as seguintes variáveis: longevidade, nível educacional e renda.

No âmbito desse processo, verificou-se que os índices de desenvolvimento humano apresentados pela Paraíba no decurso dos anos 90, foram baixíssimos; tal declínio foi decorrente dos problemas econômicos enfrentados pelo estado e se constituíram num indicativo, que veio engrossar a crise econômica já evidente no estado, neste período. Na classificação regional, a Paraíba, diante das outras unidades regionais, não alcançou os resultados esperados estando, portanto, abaixo de todos eles, conforme mostra o Quadro 3.1.

Quadro 3.1 - Classificação dos estados nordestinos, segundo o índice de desenvolvimento humano – 1992

Estados	Valor do IDH	IDH
Sergipe	0,663	18
Bahia	0,609	19
Pernambuco	0,577	20
Rio Grande do Norte	0,574	21
Maranhão	0,512	22
Ceará	0,506	23
Piauí	0,502	24
Alagoas	0,500	25
Paraíba	0,466	26

Fonte: PNUD-IPEA, 1996

De acordo com os dados revelados, a Paraíba apresentou baixo IDH, uma vez que, na mensuração realizada, é considerado nível elevado de desenvolvimento humano ou que contam com condições favoráveis, valores do IDH entre 0,6 e 0,9, e este não foi o resultado apresentado pelo Estado. Quando se compara a situação da Paraíba com a dos demais estados brasileiros, ela permanece em baixa.

O painel revelado pela situação socioeconômica no Estado é o elo que faz intrínseca conexão com este índice. A Paraíba, desde o início da década de 90 até a confecção dos últimos relatórios com IDH elaborados pelo PNUD-IPEA, não apresentou nenhuma alteração nos seus quadros social e econômico, que pudesse reverter esta situação. Não

foram realizadas políticas públicas que modificassem a situação dos três segmentos econômicos, nem as disparidades sociais existentes, fruto, entre outros fatores, da concentração de renda no Estado.

“Na Paraíba, a divulgação desse relatório repercutiu fortemente sobre todos. Para alguns, esse documento veio apenas fornecer os dados de uma realidade que se constata facilmente; basta, portanto, abrir os olhos ao seu redor e se sensibilizar com o manto de pobreza que envolve a periferia de cada cidade da Paraíba e, em especial, a da Capital, João Pessoa” (FERNANDES & AMORIM, 1999:99).

Os determinantes na qualidade de vida, pobreza urbana e rural, analfabetismo, disparidades sociais, foram alguns dos vetores que interferiram no resultado da PNUD-IPEA para o Estado. Não houve crescimento, aqui, que pudesse beneficiar todos os grupos e os poucos recursos barganhados estiveram concentrados nas mãos de algumas pessoas, visto que na distribuição da renda não se verifica comportamento uniforme. O próprio desempenho do Estado na dinâmica regional e nacional, não alcançou patamares favoráveis no período.

Na década de 90, não se percebeu, na Paraíba, o crescimento da população rural mas, ao contrário, esta tem mantido índices relativamente baixos em relação ao núcleo urbano. De acordo com QUEIROZ (1994) em estudo baseado em dados apresentados na década de 90, sobretudo em relação ao censo de 91, verificou-se um atenuado crescimento urbano às custas do rebaixamento populacional do campo, o que enseja um despovoamento das áreas rurais.

Tal quadro se manteve presente na contagem populacional elaborada pelo IBGE em 1996, o que veio comprovar que o quadro tem permanecido o mesmo, isto é, instável, uma vez que não apresentou quase nenhuma alteração na elevação da população rural paraibana, de acordo com a TAB. 3.2.

Tabela 3.2 – Paraíba: População rural e urbana – 1991/1996

PARAÍBA	1991 (hab..)	1996 (hab.)
População rural	1.149.048	1.043.630
População urbana	2.052.066	2.261.986

Fonte: IBGE – Censo 1991 e Contagem Populacional 1996

Tomando-se como análise os índices pelos censos de 1980 e 1991 e a contagem populacional em 1996, verifica-se que, com relação às mesorregiões paraibanas, o Agreste paraibano e o Sertão foram aquelas que apresentaram maior crescimento em 1980, enquanto em 1991 e 1996 apresentaram decréscimo. Tomando-se como base algumas microrregiões paraibanas para esta mesma análise, verificou-se que, se em 1980 elas apresentaram relativo aumento, a tendência demonstrada em 1991 e 1996 foi de rebaixamento, conforme mostram os Quadros 3.2 e 3.3.

Quadro 3.2 – População rural, segundo as mesorregiões 1980-1996.

Mesorregiões	1980	1991	1996
Agreste da Paraíba	506.516	450.398	401.161
Sertão	468.393	396.142	346.749
Borborema	175.729	144.128	130.208
Mata paraibana	171.616	158.380	199.114

Fonte: IBGE – Censos 1980 e 1991 e Contagem Populacional, 1996

Quadro 3.3 - Paraíba: população rural, segundo as microrregiões 1980-1996

Discriminação	1980	1991	1996
Paraíba	1.322.254	1.149.048	1.043.630
Sousa	96.446	77.314	69.645
Campina Grande	89.715	87.203	83.133
Brejo paraibano	87.718	75.051	66.530
Guarabira	75.727	61.013	56.604
Cariri Oriental	40.464	37.368	35.284
Patos	33.209	24.590	20.848
João Pessoa	28.961	27.581	28.575

Fonte: IBGE, vários censos e Contagem Populacional

O que se observa é que a Paraíba não experimentou uma grande explosão demográfica no curso da década de 90, ou seja, um aumento intenso em sua taxa de crescimento no total de sua população mas, ao contrário, apresentou a menor taxa de crescimento demográfico de acordo com pesquisas realizadas pelos censos em todo o período que acoberta os censos paraibanos.

A taxa de crescimento demográfico no período 91-96 atingiu apenas 0,64% de crescimento anual, é a menor de todo o período de investigação censitária e tem suas causas ligadas ao intenso declínio do número médio de filhos por mulher, redução do tamanho da família e correntes migratórias que se movimentam dentro e, principalmente, fora do Estado. Deve-se ter em mente que a Paraíba tinha uma taxa de fecundidade 6,2 filhos em média por mulher e, segundo a PNAD-95, esse mesmo valor é hoje ligeiramente inferior a 9,3 filhos por mulher, o que dá uma margem clara da redução do ritmo de crescimento vegetativo. A capital, João Pessoa, cresceu a uma taxa de 2,0% ao ano. Outros municípios que compõem a área contígua Capital, também apresentaram crescimento significativo, identificando-se como áreas receptoras de população migrante, como Cabedelo (3,6% ao ano), Santa Rita (2,3% ao ano) e Bayeux (1,7% ao ano). Campina Grande, o segundo município do Estado em população, teve um crescimento modesto, da ordem de 1,12% ao ano. Diversos municípios situados na região semi-árida tiveram crescimento negativo ou insignificantes denotando a existência de grandes áreas de expulsão populacional” (JORNAL DA PARAÍBA, 20.06.1997).

Quando se verificam os resultados apresentados pela contagem populacional realizada pelo IBGE para 1996, percebe-se o diferencial nos deslocamentos de grupos humanos, no período em análise :

“(...)revelam o aprofundamento de algumas tendências observadas na década passada e o surgimento de novos padrões localizados, de distribuição espacial da população. O processo de redução da intensidade das migrações inter-regionais teve prosseguimento na década de 90. Embora os principais fluxos de origem-destino não tenham substancialmente se alterado, seu impacto e relevância demográfica são atualmente menos importantes do que eram nas décadas anteriores (...) a dinâmica migratória

dentro de algumas unidades da federação, vêm-se consolidando como um fenômeno expressivo em diversos espaços regionais, favorecendo o crescimento de pólos municipais ou sub-regionais de atração” (IBGE, 1997:86).

O aumento gradativo das áreas urbanas, em especial nas cidades de pequeno e médio portes do Estado, reforçam esta análise a nível nacional. No processo de distribuição populacional na Paraíba, as cidades de pequeno e médios portes, assim como a Capital, têm aumentado sensivelmente, passando a se constituir em áreas receptoras de migrantes, provocando um intenso processo de urbanização desorganizado, uma vez que essas cidades estão crescendo pela periferia, em sentido desordenado:

"A perda líquida da população reflete o papel desempenhado pela economia paraibana na dinâmica da acumulação do capital, a nível nacional. Como é sabido, o Estado da Paraíba situa-se numa região periférica, deprimida no espaço brasileiro, ocupando, por sua vez, no contexto regional, uma situação de periferia. Vale dizer, a sua dinâmica econômica é reflexa e secundária. Reflexa, no sentido de que responde a estímulos que se situam fora do âmbito estadual. Secundária, à medida que os investimentos ali realizados passam por um processo de 'filtragem especial, quando não pura e simplesmente, por uma especulação fiscal'. A posição ocupada pela Paraíba no processo de produção do espaço nacional sob a égide do capital oligopolista, tem implicado em declínio do peso econômico estadual, quer a nível regional, quer nacional, diminuindo, em conseqüência, a sua capacidade de reter a população. Vale lembrar que, dentre todos os Estados da Federação, a Paraíba é o que apresenta menor capacidade de retenção populacional" (MOREIRA, 1989:381)

A Paraíba, conforme se observou, foi paulatinamente, ao longo das décadas de 80 e 90, perdendo sua importância, face às outras economias regionais, devido ao seu baixo nível de desenvolvimento. Foram, portanto, os elementos presentes na economia paraibana, sobretudo na forma como o segmento agrícola se tem comportado, que contribuíram para a expulsão de um significativo número de migrantes do Estado.

Com efeito, é este o quadro que se verifica no Estado, em que as deficiências apontam o estágio de fragilidade a que chegou a economia paraibana. Não se verificou,

portanto, reversão na situação mas, ao contrário, tal situação se agravou, conforme afirma POLARI:

"A decadência da produção paraibana de algodão, pela natureza de suas relações sócioeconômicas baseadas na propriedade da terra, significou, também, o atrofiamento de importante sistema de cessão de terras para a produção alimentar de subsistência dos trabalhadores do meio rural. Este fato tornou-se muito grave, tendo em vista a sua maior concentração nas áreas semi-áridas do Estado. Além disso, os investimentos públicos efetivados na Paraíba, em modernas estradas, e atualizados sistemas de energia elétrica e de telecomunicações, cobrindo quase todo o território estadual, valorizaram muito as terras das zonas rurais. Isto fez aumentar o interesse pela sua apropriação, não só como estoque de reserva em importantes atividades, como as da cana-de-açúcar e pecuária, mas também como forma de acumulação de riqueza"(POLARI, 1995:74).

O que se percebe é que o aprofundamento da crise interna paraibana foi o vetor que propiciou mudanças na sua dinâmica populacional. A Paraíba não tem dado sinais claros de que vai reverter este quadro mas, ao contrário, pouquíssimas têm sido as mudanças experimentadas na economia paraibana e, principalmente, no setor agrícola:

"A desaceleração e vulnerabilidade da economia, associadas aos crescentes níveis de concentração de renda e à reduzida capacidade do Estado de absorver parte significativa de sua força de trabalho em empregos produtivos, deram lugar a indicadores de condições de vida extremamente precárias no Estado, não obstante a evolução positiva de muitos indicadores"(SEPLAN, 1997:12).

A vulnerabilidade econômica do Estado, associada à vulnerabilidade social de grande parte de sua população, principalmente do segmento rural, que é desprovido de recursos financeiros, e o elemento que tem elasticado as desigualdades sociais existentes na Paraíba.

Com efeito, tem-se verificado, no Estado, um grande abismo entre as condições paupérrimas de vida de grande parte de sua população, principalmente a rural, e a concentração de benefícios e riquezas, além da já intensa concentração de terras que se

verifica no meio rural paraibano, palco reflexo de grandes conflitos por terras nele existentes.

Ao se analisar a economia paraibana, e principalmente o setor agrícola, verifica-se que este se modernizou em determinados segmentos, ou seja, nem todas as unidades produtivas foram beneficiadas com os incentivos do Estado ao setor agrícola. Percebe-se daí, que um grande número de trabalhadores rurais não recebeu esses incentivos e muitos até foram expulsos do campo.

Com efeito, observou-se que, desde o processo de modernização, nos anos 70 até a década de 90 na Paraíba, a grande maioria de trabalhadores rurais tem sofrido com as modificações introduzidas no campo, em que um dos efeitos a revelar tal quadro foram as migrações verificadas na época e que, infelizmente, continuam a ocorrer no Estado, mostrando os custos sociais e a ausência de medidas que pudessem reter o trabalhador rural, com ou sem-terra, no campo, colaborando, desta maneira, com a diminuição dos fluxos no Estado.

Nos anos 80, elementos externos relacionados à conjuntura política e econômica nacional, constituíram-se em fortes condicionantes para agravar a crise econômica que se estava processando na economia estadual, quase sempre em um dos seus setores de base o agrícola:

"(...) concorreram como forças adversas ao processo de crescimento: a) o literal desaparecimento do algodão como cultura comercial tradicional agravada pela praga do bicudo. b) uma seca duradoura que se abateu sobre o semi-árido nordestino; c) os rebatimentos, na Paraíba, da crise econômica e fiscal nacional" (SEPLAN.1996:9).

Este quadro, que perfilou o setor agrícola paraibano na década de 80, pouco se modificou na década de 90, ou seja, a maneira como a agropecuária paraibana se tem comportado, mostra que o setor tem declinado progressivamente. Segundo SEPLAN(1997) dois fatores têm colaborado para isso: a redução na produção dos produtos básicos e a perda de competitividade dos produtos paraibanos em relação aos produtos dos demais Estados da região. O que constata enseja é que a atual situação da Paraíba não tem oferecido grandes perspectivas para que ocorram mudanças e para que mude o painel acima descrito.

O resultado deste processo são modificações que ocorrem não apenas na composição do agro-paraibano mas, também no tecido urbano, ou seja, as cidades paraibanas sofrem com as adversidades que acontecem no campo, o que incide no aumento de dois problemas para as cidades: o interno, que é inerente à atividade urbana, e o externo, ambos oriundos da zona rural.

Com relação às cidades observa-se, através do retrato que se esboça da Paraíba no período compreendido entre os anos 80 e 90, que a grande maioria de suas cidades, sobretudo aquelas de porte médio próximo às áreas rurais, tem crescido bastante em relação a seus contornos, ou seja, pela periferia, bem como a Capital do Estado o que explica o crescimento desproporcional da periferia, fato que conduziu ao chamado inchamento urbano, tanto pelo aumento de favelas quanto pelo número crescente de conjuntos habitacionais.

“Os movimentos de população se dirigem, pois, às áreas urbanas, de modo geral, que crescem em média 4,2% ao ano, com ênfase para a capital, cujo crescimento anual atinge a média de quase 5,3%. (...) A cidade se vê, assim, invadida por correntes migratórias que ocupam seus contornos. Simultaneamente, processam-se inúmeras transformações urbanas que lhe alteram o perfil como, por exemplo, a construção de diversos conjuntos habitacionais edificados além dos limites onde até então o núcleo urbano se vinha concentrando. Pode-se falar, assim, no início de um processo de periferização da cidade, momento a partir do qual toma impulso sua própria estratificação espacial” (QUEIROZ, 1994:4).

É necessário compreender que o determinante que provoca tal situação no meio urbano paraibano é sem dúvida o conjunto de problemas estruturais do Estado, espelhado desde sua problemática interna, através do desempenho dos segmentos básicos, indústria e agropecuária, como nos problemas sociais que passam a ocorrer. E a migração no Estado é resultante da junção dessas duas problemáticas, que os fluxos migratórios contínuos têm provocado:

“(...) aumento da participação dos migrantes no total da população urbana. Referida participação eleva-se de 27,1% em 1970 para 36,7%, em 1980. Este incremento ocorreu em

todos os estratos de tamanho das cidades, embora tenha sido um pouco mais expressivo nos dois superiores. Em virtude da fragilidade da estrutura da economia urbana do Estado, este processo disseminado de crescimento da participação do migrante na população urbana reflete muito mais a intensificação dos fatores de expulsão geradores do êxodo rural, do que a atração das luzes da cidade"(MOREIRA & MONTE, 1989:390).

A forma como a agricultura tem sido conduzida e o desempenho que tem mostrado nessas últimas décadas, tem-se constituído em um dos pilares a motivar a incidência dos fluxos migratórios na composição populacional do Estado.

Verificou-se íntima relação entre o aumento das migrações registradas na Paraíba e o comportamento delineado pela economia estadual, em especial a partir do agravamento das condições do seu setor agrícola, o mais afetado:

"As transformações recentes da organização agrária estadual, circunscrita no quadro de uma "modernização conservadora", estão na origem da formação desses fluxos populacionais, isto é, uma série de fatores decorrentes da subordinação real da agricultura ao capital, tem contribuído para a intensificação do êxodo rural"(MOREIRA & MONTE, 1989:394).

As evidências mostram que o baixo desempenho da economia paraibana está relacionado à ausência de desenvolvimento da agricultura, provocando a crise de desemprego no Estado, e, associado a esses elementos, verifica-se o esgotamento registrado no Estado, na capacidade empregadora de mão-de-obra em suas áreas rurais, revelando o quadro problemático processado no referido setor.

No contexto da economia regional, a economia paraibana vem ocupando um papel que se poderiam considerar marginal, ante a sua fraca participação no elo econômico que forma a economia nacional:

"(...)nível global de ocupação de mão-de-obra na Paraíba passou de 1.071.531 pessoas em 1985, para 1.170.83, em 1989, e de 1.412.965, em 1993. À primeira vista, parece uma evolução favorável. O incremento das ocupações foi crescente:106.552 (9,9%), no período 1986-89, 234.882 (19,9%) no período 1990-93. A coisa se complica, ao se

analisar a distribuição desses adicionais de pessoas ocupadas, segundo as atividades econômicas e o tipo de ocupação. De 1986 a 1989, houve um decréscimo de 15.385 trabalhadores ocupados na agricultura"(POLARI, 1997: 97).

Na Paraíba, quando se refere ao quadro delineado pelas atividades não-agrícolas, poucas diferenças são observáveis:

"As evidências demonstram que, a partir de 1990 caiu violentamente a capacidade de geração de ocupação das atividades não agrícolas da Paraíba. Essas atividades se desenvolvem basicamente nas cidades ou zonas urbanas. Por isso, deve estar em marcha um processo de volta, forçado de uma grande legião de trabalhadores ao campo ou às zonas rurais. Os resultados econômicos do setor agropecuário paraibano não justificam tamanha recepção de mão-de-obra. O seu PIB decresceu na razão de -26,9% a. a de 1990 a 1993. As secas desse período dizimaram largamente as atividades do setor. Neste contexto, como classificar o incremento de mão-de-obra ocupada, mas não remunerada, a agricultura da Paraíba, no período 1990/93? Tudo faz crer que se trata de desemprego disfarçado. Em relação ao total das pessoas ocupadas na economia paraibana em 1993, esses desempregados agrícolas disfarçados representaram 9,0%. Como se vê, a dimensão da crise sócioeconômica da Paraíba é monumental. É no mínimo ingenuidade pensar que de 1994 para cá essa problemática foi resolvida"(POLARI, 1997:98).

Vê-se que a situação de acelerada deterioração da economia paraibana, em especial através da queda do setor agropecuário, gerou baixos níveis de produção agrícola e pecuária. A sensibilidade registrada neste setor, com relação aos fenômenos climatológicos, revela a fragilidade anacrônica no tecido produtivo que, em sua grande maioria, ainda opera em bases tradicionais onde, em períodos de estiagem, são sensíveis as condições edafoclimáticas, o que conduz à desarticulação da base econômica, produzindo efeitos sobre a base social e intensificando as migrações dentro do Estado e para fora dele.

"A Paraíba assiste passivamente à longa fase de decadência do seu setor primário. Até meados da década de setenta, as atividades agropecuárias locais primavam pelo anacronismo das relações sociais e das condições técnicas e materiais da produção. Mesmo assim, por incrível que pareça, eram mais produtivas e dinâmicas do que hoje. De lá para cá, todo setor agropecuário paraibano entrou num firme processo de involução, rumo a decadência. Os governos do Estado vêm sendo negligentes, pouco ou quase nada têm feito para evitar essa falência anunciada. As condições básicas da produção agropecuária paraibana pioraram significativamente. A estrutura da propriedade, posse e uso da terra aumentou, em muito, os seus já absurdos índices de concentração. Os padrões tecnológicos e organizacionais da produção do setor só fizeram aumentar o seu teor de arcaico"(POLARI, 1997:115).

3.3 Perfil da Dinâmica Migratória Paraibana: Uma Visão dos Anos 90(1990-1996)

Nas últimas décadas, a Paraíba vem perdendo, paulatinamente, importância face às outras economias regionais. Os elementos presentes na economia paraibana, inclusive os apresentados pelo segmento agrícola, contribuíram para a expulsão de um significativo número de pessoas da zona rural para a zona urbana, ou mesmo da Paraíba, para outras localidades.

No âmbito da região Nordeste, a Paraíba se colocou no curso dos anos 90 como o quarto Estado da região com maior índice de emigração apresentando também, taxa negativa de migração sendo ultrapassado apenas pelo Maranhão, Piauí e Alagoas, conforme dados contidos na TAB. 3.3. Enfim conclui-se que a migração tem sido, portanto, um dos elementos que incrementaram o crescimento e a concentração populacional na Paraíba em algumas áreas urbanas, nas últimas décadas, em que a situação existente no campo e a crise a nível estadual, tornaram possível as migrações.

Tabela 3.3 - Taxa de imigração, emigração e taxa líquida de migração - Região Nordeste – 1991/1996 (%)

Discriminação	1991/ 1996 Imigração	1991/ 1996 Emigração	1991/ 1996 Taxa líquida de migração
Nordeste	8.6	27.6	-19.0
Maranhão	12.9	43.1	-30.2
Piauí	20.8	47.8	-27.0
Ceará	14.7	26.0	-11.3
Rio G. do Norte	20.5	24.4	-3.9
Paraíba	21.5	37.6	-16.1
Pernambuco	15.7	32.0	-16.3
Alagoas	15.7	39.4	-23.7
Sergipe	22.5	26.0	-3.5
Bahia	13.0	36.5	-23.5

Fonte: IDEME, 1999

Os impactos provocados pela regressão da economia paraibana e, mais particularmente, da crise insustentável de seu segmento agrícola, sobre as condições de vida da população, em especial da população rural, são os elementos principais que têm colaborado com significativas transformações nas cidades paraibanas, as quais têm recebido um substancial contingente populacional oriundo do campo.

“(...) observamos que a população, de modo geral, emigrou, com exceção de São Bento, Patos, Pedras de Fogo e Campina Grande, para a Grande João Pessoa. Acreditamos que esta gente tem vindo de pequenas cidades com alguma prática de serviços diversos. Houve uma forte tendência com destino à zona canavieira; para Santa Rita, Caaporã e Pedras de Fogo, razão por que acreditamos que esta população tenha vindo da zona rural canavieira. Valeram os pólos mais desenvolvidos nos centros do Estado onde se destacaram Campina Grande e Patos, que receberam também partes da população de cidades próximas” (ARAÚJO, 1998:77).

A Paraíba tem apresentado, ao longo dos anos, principalmente a partir dos anos 40 e 50, um evolutivo crescimento no seu quadro urbano quando comparado, por exemplo, com os índices apresentados pelo Nordeste. Conforme a TAB. 3.3, tal indicativo é decorrência das transformações socioeconômicas ocorridas no Estado e que tiveram um forte efeito sobre a mobilidade populacional e o crescimento urbano a ser verificado.

A predominância da população urbana sobre a rural caracteriza o painel de modificações que a Paraíba tem experimentado, tendo o crescimento das cidades íntima relação com a dinâmica econômica que o Estado tem apresentado:

"A intensa urbanização brasileira nas últimas décadas não foi um fenômeno exclusivo dos grandes centros urbanos e metrópoles. As cidades médias cresceram não apenas em número como também em taxas de urbanização significativamente elevadas"(VELOSO, 1995:120).

Tabela 3.4: Brasil, Nordeste e Paraíba: evolução da População urbana em percentual (%) 1950 – 1990.

Região	1950 (%)	1960 (%)	1970 (%)	1980 (%)	1990 (%)
Brasil	36,2	4,7	55,8	67,6	75,0
Nordeste	26,4	33,9	41,8	50,5	58,4
Paraíba	26,7	34,8	42,1	52,3	61,4

Fonte: IBGE- Censos Demográficos de vários anos.

Observa-se que algumas microrregiões paraibanas têm sofrido modificações no seu tecido urbano; que, em sua maioria, têm recebido grande demanda populacional, principalmente aquelas cujas cidades são próximas das áreas agrícolas onde o deslocamento rural-urbano é mais intenso. A viabilidade de tal processo mostra que: "a cidade reflete a esperança de compensar a decisão do deslocamento, do campo para a cidade, na busca de salário que garanta estabilidade e segurança em seus trabalhos" (CAMPOS, 1990:83).

Quadro 3. 4 – Paraíba: população urbana, segundo algumas microrregiões 1991-1996

Microrregião	1991 (1.000 hab..) %	1996(1.000 hab.) %
João Pessoa	689,11	765,91
Guarabira	95,34	104,66
Souza	93,76	10,52
Patos	83,16	90,21
Cajazeiras	75,19	68,58
Catolé do Rocha	53,51	58,25
Brejo paraibano	50,34	53,72
Campina Grande	33,42	332,93

Fonte: Araújo, 1999

Verificou-se na Paraíba, nas últimas décadas um período de intensas modificações no perfil da sua população, gerando um novo padrão migratório no final dos anos 80 e início dos anos 90, existindo relações recíprocas entre as transformações que se constatavam na economia paraibana e os impactos produzidos sobre o setor agrícola.

A falta de dinamismo econômico do Estado refletiu sobre as correntes migratórias, motivando uma nova conformação no mercado de trabalho que, além da baixa oferta de emprego, diversificou-se, porque a inserção do migrante oriundo do campo no mercado de trabalho urbano se dá através de atividades que nem sempre requerem mão-de-obra especializada são trabalhos domésticos e em construção civil ou subemprego.

"Na trajetória ocupacional dos assalariados paraibanos, sejam eles vinculados à agricultura ou à indústria, a experiência migratória é ainda hoje marcante.(...) Nas sucessivas viagens, os migrantes não buscam as mesmas empresas nem, tampouco, os mesmos setores econômicos. Eles têm trabalhado em indústrias têxteis, alimentares e confecções ou também no comércio ou nos serviços. Contudo, entre as mais variadas ocupações os paraibanos encontram, com maior frequência, trabalho na construção civil. Isto é, no ramo onde se recruta com facilidade quem não tem qualificação e onde não se faz distinção entre trabalhadores de origem rural ou urbana"(CAPPELLIN, 1990:14).

Conforme se tem observado, o subemprego tem sido uma das atividades que têm crescido na Paraíba. As dificuldades de emprego no mercado de trabalho têm provocado crescimento da economia informal nas cidades, cujo efeito foi ocasionado pela crise no setor agrícola pelo urbano, que não têm absorvido, no mercado de trabalho urbano, a mão-de-obra oriunda do campo, via migração, nem a mão-de-obra disponível na cidade.

"Nos últimos anos, registrou-se um aumento bastante significativo dos "camelôs nas regiões metropolitanas, capitais e cidades de porte médio. Essa atividade é desenvolvida principalmente por migrantes de baixo poder aquisitivo, na sua maioria jovens e mulheres desprovidos de formação profissional, muito embora alguns deles comercializem sua própria produção"(MENDONÇA, 1990:61).

As formas de inserção do migrante nesses tipos de atividade são mais simples e, portanto, com grande rotatividade de mão-de-obra a qual recebe, aqui, baixas remunerações, o que tem levado muitos migrantes a se estabelecerem nas áreas periféricas das cidades.

O efeito de tal processo é a elevação desordenada da zona urbana, gerando problemas sociais de várias dimensões na cidade, pois tem contribuído para elevar o índice, já alarmante, de pobreza urbana a ser registrada em locais como esses. Em relação à pobreza, tanto no campo como na cidade, poucas mudanças foram observadas isto, porque: " a pobreza possui alta mobilidade e se desloca do campo para as cidades e das regiões deprimidas para as dinâmicas"(BRASIL,1993:12).

Na Paraíba, as cidades de porte médio têm exercido papel de polarizadoras passam a se constituir em áreas de concentração de pobreza, porém, é importante colocar que a pobreza na Paraíba tem assumido múltiplas formas, tanto na zona rural como na urbana. Os elementos condicionantes que servem para determinar o grau de intensidade em ambas as áreas, são o tamanho da família, ou seja, o número de filhos de que o casal dispõe, e das condições de vida e de trabalho.

No campo, em virtude do ao alto nível de concentração fundiária, o trabalhador rural se vê obrigado, em geral, a trabalhar em outras unidades produtivas, para manutenção de sua família. No mas, quando ele não dispõe de terra para produzir, é expropriado. Tal processo, conduz, quase sempre à migração forçada deste trabalhador do campo.

Enquanto migrante, ele passa a dispor apenas de sua força de trabalho para manutenção e de sua família, o que gera no campo a substancial diminuição do número de população economicamente ativa e leva, no seu bojo, ao decréscimo da população rural; este processo é verificado não apenas em uma, mas em quase todas as mesorregiões paraibanas, conforme se verifica na TAB. 3. 5.

Tabela 3.5 - Paraíba: População rural, segundo as mesorregiões e suas variações, 1980/1996

Mesorregiões	1980 (hab.)	1991 (hab.)	1996 (hab.)	Varição (%) 1991/1980	Varição (%) 1996/1991
Agreste	970.123	1.110.553	1.089.055	14,47	- 1,94
Sertão paraibano	760.319	802.825	782.030	5,60	- 2,60
Mata paraibana	745.744	1.019.400	1.085.151	36,70	6,45
Borborema	261.637	268.336	265.818	2,60	- 0,94

Fonte: Araújo, 1998

Entretanto, é importante colocar que, na Paraíba a pobreza tem assumido múltiplos papéis, tanto no campo quanto na cidade, os casos em que os elementos condicionantes que servem para determinar o grau de intensidade da pobreza, nas áreas rural e urbana, são o tamanho da família e o número de filhos, além das condições de vida e de trabalho. Os baixos níveis de renda, a precariedade das condições de vida provocando rebaixamento na qualidade de vida, além da difícil inserção no mercado de trabalho, tanto rural como urbano, têm propiciado o crescimento da pobreza no Estado.

Os empregos que a grande maioria de migrantes sem mão-de-obra especializada encontra, não requerem qualquer grau de especialização. Sabe-se, portanto, que apenas uma pequena parcela desses migrantes fica retida nas cidades paraibanas em geral, enquanto outros migrantes se deslocam para diferentes regiões do país, à procura de emprego e de melhoria de vida, o que nem sempre é possível, já que, mesmo nas grandes capitais do Nordeste ou de outras regiões brasileiras, essa mão-de-obra liberada do campo ou de cidades da Paraíba, não é, em sua maioria absorvida no processo produtivo, gerando um número crescente de migrantes desempregados.

Observa-se que, desde os anos 70, a Paraíba vem sofrendo acentuada evasão no campo, ocasionada pelas mudanças empreendidas na dinâmica agrícola, como fruto do processo de modernização implantado; nas décadas de 80 e 90, devido à crise de caráter nacional, cujos efeitos conduziram a economia estadual a uma crise sem precedentes, sobretudo quando, além da conjuntura externa desfavorável, internamente a Paraíba sofria os reveses de uma crise no seu tecido produtivo, tanto no setor agrícola como no industrial, verificou-se o deslocamento de grande número de trabalhadores rurais em direção à cidade.

"Quase 30% dos paraibanos vivem fora da Paraíba. Outros partem e retornam com frequência. O que está por trás de tanta migração? Os motivos são bem conhecidos: falta de terra ou falta de condições para trabalhar e comercializar os produtos"(ASA BRANCA, 1995:2).

Tal pressão se verifica porque, assim como o segmento agrícola, o segmento industrial paraibano não consegue absorver o grande contingente de mão-de-obra originada do campo, o que passa a gerar um estreitamento muito grande de oportunidade de trabalho, fazendo com que a maioria das cidades paraibanas, principalmente a Capital, João Pessoa ,

sinta os efeitos desta problemática através do aumento substancial do subemprego e desemprego urbanos, agravando o quadro já reflexo da economia paraibana.

Na Paraíba, além dos problemas em sua economia, não se percebeu, ao longo de décadas, aumento na população rural, que se manteve declinando no decorrer desses períodos. O que se tem verificado é que houve um grande diferencial, tendo a população urbana crescido gradativamente, enquanto a rural não apresentou aumento, inclusive decrescendo nos anos 90. Conforme se verificou no Quadro 3.5, poucas modificações foram observadas com relação à dinâmica populacional, no sentido de aumento verificado na população rural; ao contrário, permaneceu existindo, nas últimas décadas, a diferença entre a população rural e a urbana em que se manteve em alta, em detrimento da diminuição da população rural. Tal fato é explicado quando se observa o crescimento populacional rural por microrregiões no Estado, de acordo com o Quadros 3.5 a seguir.

Quadro 3.5 Paraíba: Variação da população rural e urbana, segundo vários censos 1970/1996

População	1970 (%)	1980 (%)	1991 (%)	1996 (%)
Urbana	58,0	52,0	64,0	69,0
Rural	42,0	48,0	36,0	31,0

Fonte: Araújo, 1998.

Com efeito, no que se refere aos anos 90, segundo dados apresentados pelo censo de 1991, constatou-se o contínuo aumento da população urbana sobre a rural, com notável crescimento da população feminina sobre a masculina, tanto no segmento rural como no urbano, bem como nas principais cidades do Estado, conforme TABS.. 3.5 e 3.6

Tabela 3.6– Paraíba: População residente por situação urbana e rural, segundo o sexo 1991e1996

Domicilio	1991	1996
Total Feminino	1.654.557	1.706.230
Total Masculino	1.546.557	1.599.386
Feminino urbano	1.085.577	1.191.337
Masculino urbano	966.489	1.070.649
Feminino rural	568.980	514.893
Masculino rural	580.068	528.737

Fonte: IBGE - Censo demográfico 1991 e Contagem Populacional 1996.

Outro perfil observado ao se analisar a dinâmica populacional paraibana durante este período, ou seja, nos anos 90, é que não foi apenas no quadro geral que a população rural paraibana decresceu. Na realidade, verifica-se que, a nível de microrregiões, o crescimento foi negativo, mostrando o quanto a população rural paraibana arrefeceu. Tal arrefecimento encontra-se relacionado com o desempenho da economia paraibana, especialmente do setor agrícola, considerado o mais prejudicado, e que vem mostrando claros sinais de estagnação, desde fins dos anos 70.

As transformações ocorridas na dinâmica populacional paraibana foram decorrentes dentre outros fatores, da diminuição constatada no quadro rural, o que provocou um processo de concentração urbana, responsável pela elevação do número de habitantes de algumas cidades paraibanas, que se têm destacado como cidades de grande concentração populacional, onde se verificou o aumento no seu quadro populacional, conforme TAB. 3.7.

Deste modo, quais seriam, então, as causas que explicariam o crescimento populacional dessas cidades? A busca para esta indagação pode ser encontrada, também no despovoamento que se vem processando na zonal rural paraibana, pela falta de recursos por parte do pequeno produtor que, tendo suas condições e possibilidades deterioradas para gerir sua pequena produção, passa a sofrer duplamente.

Tabela 3.7 Paraíba: População residente por situação de domicílio, sexo e localização. 1991

Discriminação	Total (hab.)	Homem (hab.)	Mulher (hab.)	Urbana (hab.)	Rural (hab.)
Paraíba	3.201.114	1.546.577	1.654.577	2.052.066	1.149.048
João Pessoa	497.600	230.131	267.469	497.600	-
Campina Grande	326.307	152.930	173.377	307.468	188.390
Santa Rita	94.413	46.112	48.301	76.490	17.923
Patos	81.298	37.938	43.359	76.708	4.590
Sousa	79.135	38.191	40.944	52.066	27.069
Bayeux	77.491	37.438	40.053	77.212	279
Cajazeiras	51.273	27.169	27.104	38.329	12.944
Guarabira	48.654	23.310	25.344	41.025	7.629

Fonte: Moreira & Moreira, 1997

Geralmente, esse tipo de trabalhador não tem condições econômicas para gerir sua unidade produtiva, tendo então que ingressar como trabalhador assalariado temporário em

períodos de entressafra, o que tem aumentado, no Estado, as migrações sazonais, sobretudo nesses períodos.

Associados a estes fatores, existem outros, como: as instabilidades climáticas periódicas, ocasionadas pelas secas que na década de 90, castigaram 198 das 221 cidades paraibanas. Na Paraíba, as secas ocorridas na década de 90 têm provocado grandes danos ao pequeno produtor, em que o resultado de tal processo foram as constantes evasões verificadas no campo, no período. O Quadro 3.6 e a TAB. 3.8 mostram como se deu o nível de crescimento da população rural no Estado da Paraíba, quando comparada com a população do censo de 1980.

Quadro 3.6 - Paraíba: crescimento da população rural, segundo as microrregiões 1991.

Microrregiões	Taxa ¹ (%)
João Pessoa	-0,44
Litoral Norte	-0,87
Litoral Sul	- 0,52
Sapé	- 1,44
Curimataú Oriental	- 1,23
Brejo Paraibano	- 1,39
Campina Grande	- 0,25
Curimataú Ocidental	- 1,53
Esperança	- 0,36
Guarabira	- 1,93
Itabaiana	- 1,00
Umbuzeiro	- 0,31
Cariri Oriental	- 0,71
Cariri Ocidental	- 2,50
Seridó Ocidental	- 2,98
Seridó Oriental	- 1,10
Piancó	- 1,71
Sousa	- 1,98
Teixeira	- 0,33

Fonte: Moreira & Moreira, 1997

Taxa geométrica de crescimento anual da População rural, no período 1980-1991

Tabela 3.8- Paraíba: População residente nas principais cidades, 1991-1996

Cidades	1991 (hab.)	1996 (hab.)
João Pessoa	497.600	549.363
Campina Grande	326.307	344.730
Santa Rita	94.413	105.625
Patos	81.298	86.036
Sousa	79.135	77.911
Bayeux	77.491	84.169
Sapé	58.515	57.061
Cajazeiras	51.273	51.396
Guarabira	48.654	51.713

Fonte: IBGE - Censo e Contagem populacional, 1991 e 1996.

A secular estrutura fundiária, desigual e polarizada, tem contribuído para a elevação do número de trabalhadores sem terra no Estado. A falta de linhas de crédito para investir na pequena produção, além da carência de terra, são fatores que vêm gerando uma violenta migração interna no Estado provocando, deste modo, o crescimento das cidades paraibanas, as quais têm recebido um número cada vez mais acentuado de migrantes, principalmente em períodos de estiagem, oriundos da zona rural, onde o quadro urbano no Estado vem apresentando ritmo de crescimento populacional acelerado, diminuindo a perspectiva de aumento da população rural; entretanto,

a baixa taxa de crescimento apresentado pela população do campo não implicou na diminuição dos problemas urbanos mas, ao contrário, verificou-se o aumento dos problemas urbanos, uma vez que a cidade absorveu, devido às migrações, um substancial contingente populacional gerando, muitas vezes, excedente populacional e, deste modo, influenciando sobre os problemas sociais, como o desemprego, a pobreza urbana, os bolsões de miséria, a favelização e uma intensa urbanização desestruturada, em razão do inchamento das cidades.

A impossibilidade de encontrar trabalho na cidade de origem ou perto da zona rural, agrava o problema do migrante, colaborando para a sua dificuldade na cidade. onde ele procura diferentes formas de auferir renda para se manter e a própria família. mas o crescimento da cidade nem sempre significa abundância de oferta de trabalho, de acordo com SINGER.

"O crescimento acelerado das metrópoles em países não desenvolvidos acentuou e tornou perceptível uma série de desequilíbrios, principalmente entre procura e oferta de habitações e serviços urbanos que compõem a problemática urbana específica"(SINGER, 1990:117).

No processo migratório existe uma seletividade muito grande; a primeira ocorre com a divisão do trabalho, ressaltando-se que, em geral, quem migra são os homens, na faixa etária entre 19 e 35 anos, sendo eles, portanto, a partir em maior número, enquanto as mulheres, que em geral ficam no campo, dão continuidade ao trabalho agrícola, responsabilizando-se pela manutenção e sustento da família, além do trabalho do lar¹; outro tipo de seletividade é a econômica, que ocorre quando a maioria dos migrantes não dispõe de mão-de-obra especializada; portanto, na cidade os migrantes, em especial aqueles oriundos do campo, são excluídos de todas as formas, inclusive de participação política.

Na Paraíba, a geração de emprego, no campo ou na cidade, não foi, na década de 90, suficiente para reter os trabalhadores rurais no campo ou urbanos nos seus locais de origem, o que explica a continuidade na mobilidade populacional interna e externa verificada em todo o período, ou seja, nos anos 90. Assim como os trabalhadores assalariados urbanos não foram, em sua maioria, retidos no processo produtivo urbano, este mesmo processo foi identificado no campo, dado ao aumento do número de migrantes chegados às cidades paraibanas próximas às zonas rurais, o que intensificou o êxodo.

Ao se analisar esta questão procura-se identificar, de imediato, os principais motivos que possibilitaram a evasão no campo e marcaram a trajetória do migrante, de modo que:

"Na zona do brejo, onde se acabou-se o ciclo do engenho da rapadura e do fabrico de aguardente, foi fácil descobrir as causas do êxodo rural. Os engenhos passaram, quando muito, a produzir cana para as usinas e as usinas passaram a usar a mecanização na lavoura, por mais rápida produção, por mais barato custo e melhor qualidade na matéria-prima. O homem do campo teve de sair, faltava-lhe serviço, a máquina tomou-lhe a vez"(ARAÚJO, 1998:100).

¹ Evidentemente, o número de homens que migram é sempre superior ao de mulheres: estas, em alguns lugares, migram em maior número que os homens

Dando continuidade à trajetória do migrante paraibano verifica-se, de acordo com o depoimento, que:

“Ai não houve escolha, foi para a cidade mais próxima e lá não encontrando trabalho, mudou-se para o Rio de Janeiro, para São Paulo ou qualquer outro lugar, para começar tudo de novo. E por que foi para o Rio de Janeiro ou São Paulo, ao invés de Guarabira, Areia, Alagoa Grande, Mamaguape e outras cidades mais próximas?(...) É que aquelas cidades, embora maiores, mais ricas, com mais oportunidades e bem perto, de repente também se encheram, também ficaram pequenas para tanta gente desempregada e sem destino.(...) poucos municípios e especialmente do Sertão perderam população em menor quantidade e em índices mais reduzidos pois ali não existe a lavoura permanente porque até o algodão foi praticamente dizimado”(ARAÚJO, 1998:100).

Em relação, ao Sertão, as causas e condições do processo migratório que se delineou nessas área não foi a mesma conforme verifica-se:

“(...) As causas do êxodo rural naquelas regiões foram outras. Foram as exigências previdenciárias, que iam desde a obrigatoriedade de assinar carteira de trabalho, até as indenizações, passando por horas extra, férias, décimo terceiro salário etc. (...) Quando saía um morador por qualquer motivo eles derrubavam a casa e, mais ainda, com o preço da produção agrícola em declínio ou sofrendo violenta concorrência, era melhor ter um vaqueiro cuidando de 100 cabeças de gado que 10 trabalhadores de enxada cuidando de um roçado com lavoura de subsistência”(ARAÚJO, 1998:100-101).

Tabela 3.9 - Paraíba: pessoas não residentes nas mesorregiões paraibanas, segundo a origem do movimento migratório. 1996

Mesorregião	Migração interestadual(hab.)	Migração intra-estadual (hab.)
Agreste paraibano	21.307	28.196
Borborema	4.465	4.014
Mata Paraibana	29.038	48.112
Sertão paraibano	23.626	20.460

Fonte: IBGE – Contagem populacional, 1996

Tabela 3.10 – Paraíba: pessoas não residentes nas microrregiões paraibanas, segundo a origem do movimento migratório, 1996

Microrregião	Total	Migração interestadual (hab.)	Mig. intra-estadual (hab.)
João Pessoa	61.456	21.102	40.354
Campina Grande	22.545	10.224	12.321
Guarabira	9.048	2.838	6.210
Patos	8.309	2.295	6.014
Sousa	6.285	2.805	3.480
Cajazeiras	5.986	3.469	2.517
Litoral Norte	5.001	2.030	2.971
Curimataú Ocidental	5.861	2.318	3.543
Litoral Sul	5.454	3.634	1.820
Sapé	5.329	2.272	2.967
Catolé do Rocha	4.962	2.224	2.738
Serra do Teixeira	4.733	2.845	1.888
Itabaiana	3.399	1.406	1.993
Cariri Ocidental	3.359	2.206	1.153
Itaporanga	3.249	1.197	2.052
Piancó	3.077	1.306	1.771
Brejo paraibano	2.962	1.346	1.616
Curimataú Oriental	2.776	1.463	1.313
Seridó Oriental	1.852	919	933
Cariri Oriental	1.678	758	920
Seridó Ocidental	1.590	582	1.008
Esperança	1.504	656	848
Umbuzeiro	1.408	1.056	352

Fonte: IBGE – Contagem populacional, 1996

O resultado da tabela acima pode ser identificado através dos dados coletados para a contagem populacional de 1996, que abrange o movimento de deslocamento interno e externo no Estado, via migração, por mesorregião paraibana e microrregiões, conforme as TABS. 3.9 e 3.10, nas quais se verifica que João Pessoa, Campina Grande, Patos, Souza, Sapé, Guarabira, Cajazeiras, litoral Norte e Sul foram as microrregiões onde se observou

maior incidência de migrações no Estado, tanto na migração interna quanto para fora da Paraíba.

Para o migrante paraibano com baixo nível de escolaridade, a saída continua sendo a construção civil, no caso dos homens, e de empregada doméstica para as mulheres, salvo alguns casos, quando conseguem trabalhar em fábricas, mas a construção civil continua sendo muito procurada. Portanto, a construção civil nas cidades paraibanas de porte médio, ainda constitui a grande via pela qual o migrante, oriundo do campo, encontra solução para sua problemática na cidade:

"(...) entre as mais variadas ocupações os paraibanos encontram, com maior frequência, trabalho na construção civil, isto é, no ramo onde se recruta com facilidade quem não tem qualificação e onde não se faz distinção entre trabalhadores de origem rural ou urbana" (CAPPELIN, 1990:14).

Em geral, dentre os migrantes que se deslocam, destacam-se os homens. Na Paraíba, assim como em grande parte do Nordeste, é enorme o número de homens que migram, na esperança de melhores condições de vida para ele e sua família. Deixam para trás, muitas vezes, pais, mulheres e filhos, e saem em busca do Eldorado nas grandes metrópoles brasileiras enfrentando, no percurso deste caminho, muitas dificuldades, conforme mostra o depoimento de um migrante:

"É bom ficar no meio do nosso povo, família, amigos, pois aqui tenho liberdade, não tem tanta violência, mas por outro lado não tenho trabalho para que possa ganhar dinheiro para me manter, ajudar em casa, não temos outra saída, preciso sair de casa deixando meu lugar onde nasci, cresci, brincando com os colegas, hoje sou obrigado sair da minha terra natal, deixando pra trás tudo, sem dia certo pra voltar, indo em busca de trabalho sem a certeza do que vai encontrar pela frente, só a esperança...Em nosso lugar não tendo onde ganhar dinheiro o jeito é ir embora em busca de uma vida nova, só com uma realidade muito diferente daqui, lá fora encontramos muitas dificuldades, apesar de tudo existe a esperança que nesse caminho que percorremos se encontre condições e oportunidades de trabalhar que não é tão fácil, quando a gente chega na cidade grande, a realidade é muito dura da pessoa que não estudou o suficiente, porém é

discriminado e se é do Nordeste, aí sim, dá um aperto no coração"(ASA BRANCA, 1998:4).

A migração também mostra a dura realidade não apenas de quem migra, mas também de quem fica. Quando os homens se vão, às mulheres cabe uma série de responsabilidades, pois as que ficam no campo ou na cidade são muitas vezes denominadas "viúvas de maridos vivos", porque muitos se deslocam e poucos retornam e, neste caso, a mulher assume, tanto no campo quanto na cidade, múltiplos papéis, dada a emergência de sua situação (TEIXEIRA et al., 1994).

Com efeito, são vários papéis que a mulher exerce no campo, tanto no cotidiano através de sua força de trabalho ao lado da família, desempenhando suas atividades na unidade produtiva, como assumindo a chefia da família, ante a ausência do marido. Verifica-se, no processo migratório que, quando não migram, muitas mulheres que permanecem na zona rural, local de origem, contribuem de diversas formas para a seguridade dos filhos e da unidade produtiva.

"(...)Abandonadas à própria sorte, gerenciando o lar, cuidando do que "resta", vendo os animais enfraquecidos morrendo de fome, sofrendo com os filhos, chorando por não ter o que comer, lutam com todas as forças, alimentam-se do que antes era impréstável para alimentação humana, organizam-se, formam verdadeiras romarias para pedir ajuda às autoridades da cidade mais próxima, chegando até a participar de saques nas feiras. Algumas, de vez em quando, recebem os trocados enviados pelo marido, outras são totalmente esquecidas e permanecem viúvas, mesmo com a chegada da chuva e o marido vivo"(RAMALHO, 1996:36).

O desemprego se estabelece como uma questão não somente econômica mas, também, política e social, de forma que a dificuldade de inserção no mercado de trabalho se estende não apenas a indivíduos em particular mas para muitos grupos de família, constituindo-se, entre outros motivos, principal componente para a problemática do migrante.

"Em Pernambuco, a zona canavieira é considerada uma das principais fontes de riqueza do Estado. Mas riqueza para quem? Sobra alguma coisa para os trabalhadores? Antigamente, o povo morava no sítios, onde podia ter um roçado. As coisas foram mudando, a plantação de cana se

ampliando, moradores sendo transferidos para as periferias. Máquinas passaram a substituir os homens, a limpa da cana fica por conta dos agrotóxicos. Enfim, o resultado imediato foi uma queda brusca na contratação de mão-de-obra. Para se ter uma idéia, a Usina São José, do grupo Votorantim, Igarassu, PE, de 5.000 empregados caiu para 1.000 a 1.500. Em Botafogo, Itapissuma, segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarassu, de 600 canavieiros apenas uns 100 estão trabalhando. Ao mesmo tempo que o povo não tem do que viver, os usineiros transferem recursos para outros setores da economia nordestina”(ASA BRANCA, 1994:2).

O crescimento de áreas periféricas de algumas cidades paraibanas atesta o processo de mudança no espaço urbano estadual, visto que tal crescimento encontra sua gênese num conjunto de fatores de caráter socioeconômico e político, propiciados sobretudo pela crise agrícola estadual e pela ausência de políticas voltadas para o treinamento de trabalhadores rurais que possam reter grande parte dessas populações que se dirigem para as cidades.

“(...) entre 1980 e 1991... nesse período de onze anos, 55 municípios tiveram suas populações reduzidas. Os problemas foram os mesmos, as causas foram as mesmas, apenas tudo se ampliou. Entre 1991 e 1996, este número subiu para 77... Alguns municípios, melhor dizendo, algumas cidades consideradas razoavelmente populosas, foram os destinos dessa gente emigrante que preferiu não se aventurar para o Sul. Pela ordem de preferência, aqui, em termos percentuais: Cabedelo cresceu 53,4%, João Pessoa 52,4%, Santa Rita 38,5 Bayeux 31,2%, só como exemplos. Para estes municípios que compreendem a grande João Pessoa, apenas dois se destacaram como pólos preferenciais, no interior: Campina Grande, com 32,3 % e São Bento, no Baixo Piranhas, com 46,4%”(ARAÚJO, 1998:102).

A seletividade das migrações, o grau de pobreza e a ausência de oportunidade de trabalho em áreas rurais e urbanas contribuíram sobremaneira para a saída de um significativo número de paraibanos via migração.

"A mudança de um local para outro é percebida como um movimento contínuo entre origem e destino. Origem e destino portanto, são referências de locais não considerados

definitivos, por serem ora lugar de entrada ora lugar de saída"(CAMPOS, 1990:53).

Nos anos 90, frente à situação socioeconômica apresentada pelo Estado, verificou-se nova dinâmica nos deslocamentos populacionais a volta de migrantes paraibanos; de início, tal processo ocorreu de forma tímida mas depois se verificou que, assim como continuou prevalecendo a saída de muitos migrantes paraibanos, também se percebeu o regresso de uma parte deles. O que estaria ocorrendo, então, nos lugares para os quais esses migrantes se dirigiram e que motivou o regresso? Que fatores estariam influenciando sobre este tipo de migração? Não existe em relação as migrações de retorno um único fator a explicar, mas como se trata de um processo complexo que implica saída-retorno não se pode, portanto, estabelecer um elemento único.

Enfim, percebe-se que o quadro apresentado pelo processo migratório fornece subsídios para que se possa indagar por que retornam os migrantes paraibanos, quais os motivos que imperam nesta volta e que fatores de expulsão predominam.

Para se entender a condução dos fluxos de saída e, sobretudo, de retorno de migrantes paraibanos, é necessário se entender primeiro o mosaico de mudanças ocorridas tanto na Paraíba como na situação socioeconômica nacional, que projetaram seus reflexos na mobilidade populacional.

Com as transformações acontecidas na economia nacional entre os anos 80 e 90, os fluxos migratórios passaram a incorporar uma dinâmica nova. Ao contrário do que se verificou em décadas anteriores, quando havia um fluxo muito grande de emigrantes saídos da Paraíba para outros locais da região Nordeste, ou mesmo para outras regiões do país, no final dos anos 80, observa-se um refluxo no ritmo das migrações. Verificou-se, contudo, que, além das migrações internas no Estado e as migrações inter-regionais, um outro tipo, as migrações de retorno vieram encabeçar este quadro.

Esse comportamento nos fluxos migratórios na década de 80 e, posteriormente, na de 90, mostra que houve relativa capacidade de regresso dos migrantes e retenção dos paraibanos no Estado, não porque a Paraíba apresentasse, no período, altos índices de crescimento, principalmente no seu setor base, o agrícola, mas porque, inseridos na volta e na permanência, estão outros aspectos, que se refletem através do aumento da taxa de desemprego no país e a violência urbana que circunda as grandes cidades e que aparece em

mais alto grau sobretudo no Sudeste, região economicamente mais próspera que o Nordeste, mas cuja violência urbana tem projeção nacional.

Considerada por muitos especialistas de questões sociais como um problema modelar existente em massa nas grandes cidades, a violência urbana é conhecida como um problema de política pública (PAIXÃO, 1994); além disso, ele vai influir também na mobilidade de grupos humanos, uma vez que a ausência de tais elementos vai ter sentido na decisão do migrante, de retornar ou não ao seu lugar de origem; muitas vezes, não é só o emprego ou sua falta o motivo, mas existem outras motivações que, ao serem articuladas, refletem no regresso:

"Uma vez retornados, os assalariados paraibanos, sejam eles rurais ou urbanos, já não parecem mais atribuir muita importância ao emprego como principal objetivo de suas saídas. A busca do emprego abre o caminho para outros desafios na esfera da própria existência e, a posteriori, tudo acaba se superpondo em uma experiência extremamente complexa. O cotidiano fora do horário de trabalho, as exigências de consumo, a violência urbana, o aumento do custo de vida, são todos aspectos que intervêm no relato daqueles que foram ao Sul e de lá voltaram. É como se o maior espaço na memória dos trabalhadores fosse ocupado não pelo que procuravam naquelas idas, mas pelo inesperado. (CAPPELIN, 1990:16).

Na percepção do migrante, a cidade se espelha como local de esperanças, onde coabitam novas alternativas de melhoria na condição de vida; para quem saiu de sua terra de origem desesperançado, ela se torna, então, depositária maior das expectativas do migrante, em particular em se tratando de megacidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, que tem exercido forte atrativo em migrantes nordestinos ao longo de décadas, mas, a cidade também mostra seu lado oculto, que aflora ao migrante quando nela se estabelece: a falta de emprego, de condições melhores, de segurança e passa a espelhar fome, miséria, desigualdades sócioespaciais, exclusão. Excluído de todas as formas o universo citadino não mas se configura, migrante naquele lugar que ele imaginara quando, se deslocou.

De forma que todo esse conjunto não tem favorecido os migrantes nordestinos que para lá se deslocam, e então ele retorna. "A migração de retorno aparece em paralelo à

redução da migração para a região mais desenvolvida do país". (DIÁRIO DE PERNAMBUCO,1996:C-8).

Muito se debateu, e ainda se debate, sobre os fatores que motivaram a expulsão de migrantes paraibanos, uma vez que as correntes migratórias verificadas na Paraíba foram muito intensas, embora continuem a ocorrer, com fatores de atração e expulsão em íntima conexão alternando-se de acordo com os motivos que os propiciavam, ou seja, segundo o comportamento interno da economia.

Obviamente que, na Paraíba, as emigrações não se estancaram, mas o Estado experimentou, na última década do século XX, um duplo movimento migratório: o de retorno e a saída de migrantes²

O novo perfil apresentado pelas migrações no Estado, demonstra que a crise econômica que o país atravessou na década de 80 e o panorama socioeconômico e político brasileiro nos anos 90 contribuíram para que o Estado, que durante anos se destacou por entre os demais nordestinos emissores de migrantes, passasse a experimentar a volta de seus migrantes.

Observa-se que a volta para o migrante é tão dolorosa quanto a partida, porque ao voltar ele tem que se readaptar à nova condição de vida, o mesmo que ele experimentou ao sair. Trabalhar e morar em outro lugar, longe do lugar de origem, fez com que o migrante aprendesse, no decurso do tempo, novos hábitos comportamentais, adaptando suas condições de vida a um outro ambiente, diferente daquele a que comumente estava acostumado.

A certeza inicial de que no Sudeste, particularmente Rio de Janeiro ou São Paulo, encontraria uma fonte inesgotável de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida, foi-se perdendo frente à desilusão de uma vida difícil que ele passou a enfrentar; tal fato é identificado através dos diferentes relatos de migrantes:

² É necessário salientar, em relação às migrações de retorno na Paraíba, que não foi possível, durante a pesquisa, obter-se dados relativos ao número de migrantes retornados ao Estado, uma vez que a maioria dos órgãos que trabalham com índices demográficos e migratórios não dispunha de tais informações, o que tornou impossível comparações entre o número de migrantes saídos e retornados ao Estado, de forma que para o desenvolvimento de tal item se baseou apenas em literaturas que abordaram esta temática.

“Eu fui para Rio de Janeiro cinco vezes, foi na época que meu marido me deixou. Trabalhei dois anos em casa de família...Eu sozinha não podia vir de meia noite porque é perigoso. Eu dormia então na casa de família e voltava em casa de oito em oito dias. As minhas crianças ficavam com minha família. Eu não gostava, chorava todas as noites, me lembrava de meus filhos. Agora não volto não. Se for necessário eu peço esmola, mas não vou embora” (CAPPELIN, 1990:15).

Desde os anos 70 observa-se, na Paraíba, principalmente nos terminais rodoviários, intenso movimento de ônibus que todos os dias transportam passageiros com destino ao Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, levando do Estado um significativo número de famílias ou indivíduos que, fugindo de dificuldades financeiras em seu lugar de origem, como a falta de trabalho, deslocam-se para o Centro-Sul brasileiro na esperança de melhores condições de vida; mas se observa, embora empiricamente, que um número, mesmo relativamente pequeno de ônibus começa a trazer migrantes paraibanos estabelecidos em outras partes do país, em particular do Sudeste; eles não retornam por motivo de visita nem a festas tradicionais mas, sim, por necessidade.

Como se percebe desde a partida no regresso está implicados uma série de fatores., como falta de moradia, segurança e emprego, que constituem os itens mais freqüentes colocados pelos migrantes.

“A região Sudeste reduziu seu poder de atração, verifica-se a ocorrência de um fluxo migratório de retorno. A pobreza no Brasil inverteu a tradicional rota migratória dos nordestinos. Para cada nordestino que segue para o sul do país, principalmente São Paulo, estima-se que cinco estão fazendo o caminho de volta. A Central de Triagem e Encaminhamento (CETREM) da Secretaria de Promoção Social de São Paulo, calcula que, na última década, houve um incremento médio de 20% a cada ano do número de nordestinos que pediram ajuda para voltar” (RAMALHO, 1996:40).

A migração de retorno tem sido um dos movimentos migratórios identificados com forte intensidade na década de 90, uma vez que, nas metrópoles, o mercado de trabalho não tem favorecido o migrante com aumento na oferta de emprego, o que inviabiliza a sua

condição na cidade, de modo que a tendência observada é a sua volta para o lugar de origem.

"Observa-se na presente década, uma desaceleração do êxodo rural em busca das grandes cidades, o que sugere que o padrão demográfico dos últimos anos 30 pode estar mudando no sentido da fixação da população do campo. As causas dessa nova tendência ainda não estão suficientemente explicadas, mas já se formulam algumas hipóteses tais como o aumento de oportunidades econômicas nas zonas rurais e ou nas cidades de médio porte, a desencorajante crise de ocupações nas cidades, e o aumento da violência urbana"(TEIXEIRA et al, 1994:9).

Na realidade, mesmo se observando mudanças no padrão demográfico com a migração de retorno passando a ser um elemento novo no contexto das migrações paraibanas, sobretudo nos últimos anos das décadas de 80 e 90, uma grande parte dos migrantes que retornam geralmente não o fazem para o campo de onde saíram, mas procuram fixar-se na cidade, em especial em áreas periféricas, o que se comprova quando se registra o número crescente de favelas em cidades paraibanas como, por exemplo, Campina Grande:

"As cidades de porte médio, a exemplo de Campina Grande têm experimentado um novo modelo de expansão urbana. Para se ter uma idéia deste processo, basta lembrar que, enquanto até o ano de 1979 Campina Grande contava com apenas três favelas, nove anos depois, já tinha 17 favelas e 253 cortiços, reunindo uma população aproximada de 70 mil habitantes. Atualmente a cidade conta com 28 favelas, 900 cortiços e cerca de 120 mil favelados"(RAMALHO, 1996:40).

As circunstâncias que implicam na volta à Paraíba não se verificam pela melhoria na oferta de trabalho no Estado, uma vez que a Paraíba vem atravessando problemas econômicos de grandes dimensões, uma das causas do retorno que, além dos elementos já ressaltados, é a difícil aquisição de emprego no local de destino em que o migrante se estabeleceu, quando saiu do Estado, porém nem sempre a falta de emprego é a razão para a volta: existem outros motivos, também referidos e que influenciam na volta. Há casos em

que o migrante consegue juntar um pequeno capital e, ao retornar, monta seu próprio negócio.

“A expectativa do migrante em trabalhar por conta própria não se explica apenas pelas características intrínsecas desta relação de trabalho, mas antes pelo conjunto das estratégias de sobrevivência, nas quais ele pode se engajar, com o objetivo de sustentar a si e sua família” (MENEZES, 1990:24).

Nesses casos, a expectativa inicial, quando partiram de seus locais de origem, de conseguir no lugar de destino boas condições para melhoria de vida, torna-se realidade, embora tais casos sejam considerados ínfimos quando comparados com o universo da realidade cotidiana do migrante, cujas esperanças de melhoria de vida não se estabelecem e, então eles retornam desiludidos.

“Em 1955, com 35 anos inventei de ir para o Rio de Janeiro, aqui não tinha serviço, o ganho era pouco, aí eu fui embora mais dois cunhados. Chegando lá fui trabalhar numa obra: entrei como servente, e com 2 meses me botaram de vigia. Não completei nem seis meses, e vim embora; hoje, lá no Rio, tenho 11 filhos e um bocado de netos, só voltei lá para passear e visitar a família. Eles querem me vir buscar, vou nada! Não vou mais para aquele lugar de jeito nenhum!(...) Mas gosto mesmo é deste lugar, de lutar com a lavoura” (ASA BRANCA, 1995:2).

Ressalta-se que a migração de retorno muitas vezes se verifica associada à redução da migração inter-regional para regiões mais desenvolvidas. Segundo dados fornecidos pelo IBGE, em 1996 das quatro mesorregiões paraibanas a Mata Paraibana e o Agreste tiveram aumento percentual de migrantes, verificado sobretudo em relação à população feminina, que obteve um índice bastante significativo no Estado, explicado pelo fato de que a população feminina paraibana, seja ela rural ou urbana, é maior que a masculina. Associado a este elemento, um outro tende a explicitar tal aumento: trata-se de que, geralmente, são os homens que migram mais que as mulheres, conforme dados apresentados no Quadro 3.7

Com o aumento das migrações internas no Estado e o retorno dos migrantes paraibanos, verificou-se crescimento acelerado das cidades paraibanas, principalmente

como Campina Grande e João Pessoa, consideradas as duas maiores cidades do Estado localizadas, respectivamente, no Agreste e na Mata Paraibana, áreas de grande atrativo populacional.

Quadro 3.7 – Paraíba: Distribuição da população pela origem do movimento migratório, segundo as mesorregiões e o sexo, 1996

Mesorregião	Inter-regional	Inter-regional	Intra-regional	Intra-regional
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Agreste Paraibano	10.262	11.045	14.862	13.334
Borborema	2.080	2.385	2.038	1.976
Mata Paraibana	14.782	14.256	26.364	21.748
Sertão Paraibano	7.485	8.256	10.817	9.643

Fonte: IBGE - Contagem Populacional, 1996

A crise econômica que a Paraíba vem atravessando e que contribui para agravar a crise na oferta de trabalho e condições de vida de sua população rural, tem sido um dos elementos a modificar a mobilidade populacional no Estado, provocando a intensificação dos fluxos migratórios.

Os níveis apresentados pela produção agrícola da maioria de produtores paraibanos, são alguns dos resultantes da crise que se tem expandido na Paraíba nas últimas décadas, e que não dispõem de tecnologias apropriadas para impulsionar a unidade produtiva e de linhas de crédito subsidiadas pelo governo que viabilizem melhoria no processo produtivo. Esta crise encontrou seu ápice nos anos 90, com as duas grandes secas que se estenderam no Estado, prejudicando a já frágil economia paraibana.

O conjunto de elementos que fragilizaram a economia paraibana mostrando seu caráter regressivo, também viabilizou a incidência de correntes migratórias no Estado, ora dimensionando-a internamente, ora colaborando para a expulsão de um significativo número de paraibanos para fora do estado.

3.4 Conclusão

O período compreendido entre os anos 80 e 90 foi uma fase particularmente difícil na história econômica paraibana, em especial no seu setor-base, o agrícola.

A economia paraibana, que a partir dos anos 70 experimentou grandes modificações no seu segmento agrícola propiciadas pelo processo de modernização, em meados dos anos 80 entrou em crise, decorrente de elementos internos e externos à economia paraibana.

Nos anos 90, porém, verificou-se a permanência, no âmbito econômico, dos problemas agrícolas que já se vinham desencadeando. O setor não conseguiu se soerguer, tanto pela falta de investimentos que propiciassem a sua melhoria, quanto pelo baixo desempenho apresentado.

A ocorrência desses fatos teve forte influência na condução da dinâmica migratória no Estado, visto que apresentou diferentes nuances, cuja tendência observada foi a continuidade do quadro, já desalentador, que se vinha arrastando desde os anos 80, com uma intensa migração interna e externa no Estado.

O fraco desempenho apresentado pela economia paraibana frente às outras economias regionais e nacional, além de problemas como a seca que ocorreram em quase todo o curso dos anos 90, um outro elemento veio somar-se às dificuldades já existentes no Estado, como a crise no abastecimento de água. Considerada elemento novo na dinâmica interna estadual a crise no abastecimento de água em quase todas as cidades do Estado, teve repercussão sobre a mobilidade populacional, propiciando o deslocamento de grupos humanos no Estado, via migração.

Com o aumento das migrações internas e externas na Paraíba, o mercado de trabalho urbano no Estado não conseguiu absorver a grande oferta de mão-de-obra existente. Além desta problemática, as principais culturas da Paraíba não apresentaram o desempenho desejado, deixando à deriva um grande fluxo de trabalhadores rurais.

No campo, tal questão não foi diferente e muitos trabalhadores rurais sem condições de trabalho e melhoria de vida, encontraram, como alternativa, a migração sazonal ou a migração rural-urbana, tanto para cidades do próprio Estado como para fora dele, aumentando a evasão no campo, o que já é, na Paraíba, um problema reflexo.

Durante os anos 90, uma das tendências observadas foi um elemento que já vinha se processando nos finais dos anos 80 no Estado, mas que continuou nos anos 90, ou seja, o

regresso de seus migrantes, constatando-se aí um paradoxo na dinâmica migratória, proporcionado tanto pelo retorno dos migrantes, os chamados retornados, como por sua saída do Estado.

O retorno, via de regra, não se explica pela abundância na oferta de emprego no Estado nem pela melhoria do setor agrícola; ao contrário, ele tem sido explicado pela dificuldade sentida pelo migrante no local de destino, dificuldades que vão desde problemas de emprego e moradia, até mesmo a violência urbana, fato muito observado nas últimas décadas nas grandes metrópoles brasileiras; apesar de tudo o retorno de seus migrantes trouxe para o Estado grandes mudanças, propiciadas pelo aumento do tecido urbano de cidades de pequeno e grande portes, como João Pessoa e Campina Grande, provocando transformações no seu perfil paisagístico, dado o número de favelas que têm aumentado no Estado, principalmente nas nessas cidades, as duas maiores da Paraíba. A ausência de organização no espaço urbano provocou a concentração desordenada e modificou o contorno das cidades paraibanas, devido ao aumento das zonas periféricas.

As migrações têm forte repercussão sobre as condições socioeconômicas do Estado, sendo também resultado das próprias transformações que no curso da história econômica da Paraíba, se processaram. Assim como se observou em décadas anteriores, nos anos 90 não foi diferente: a questão migratória não foi objeto de ação e atenção por parte do governo nem não foram empreendidas políticas públicas voltadas às questões do trabalhador rural, e principalmente, do migrante.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos anos 70, com a implementação do processo de modernização agrícola, uma nova página da economia paraibana passou a ser analisada como decorrente da implantação de técnicas modernas de cultivo no campo e da transição do modelo centrado na ênfase dada à pecuária e a cana-de-açúcar. Os efeitos dessas modificações foram sentidos no campo, sobretudo por uma grande parcela de trabalhadores rurais que, sem recursos financeiros, não tiveram acesso às modificações introduzidas no campo, mas sentiram, direta ou indiretamente, os resultados. Constatou-se, então, que as migrações como fenômeno social foram resultado de um conjunto complexo de fatores que estão intrinsecamente relacionados.

Neste sentido e, no estudo feito sobre as migrações rural-urbanas ocorridas na Paraíba a partir do período em análise, não foram elaboradas conclusões definitivas sobre a condução dos fluxos migratórios no Estado, mesmo porque estes poderão sofrer novas alterações no curso da história econômica, política e social paraibana, e assumir diferentes características; desta forma, com base em reflexão do estudo realizado, chegou-se às seguintes considerações:

1. que as modificações produzidas pelo processo de modernização a partir do período em estudo, impactaram de tal maneira que liberaram do campo um grande fluxo de mão-de-obra via migrações. As migrações que na Paraíba já se vinham processando há décadas, foram acentuadas no decurso dos anos 70, determinadas não apenas pela nova configuração econômica que se processou a nível estadual mas, também, por motivações políticas e sociais que passaram a se estabelecer associadas àquela configuração;

- 2.a modernização mostrou duas faces de um mesmo processo; se de um lado havia necessidade de modificações no campo através do uso de tecnologias apropriadas para aumentar a produtividade, por outro a implementação dessas mudanças modificou o perfil do campo, estabelecendo uma nova dinâmica e acentuando as desigualdades econômicas e sociais já existentes, reelaborando as relações sociais e de produção. A modernização adotada na Paraíba, assim como se verificou no Brasil, tendeu a agudizar ao invés de

melhorar, a situação do campo daqueles trabalhadores rurais desprovidos de condições financeiras, isto porque se importou um modelo cujos resultados provocaram o esvaziamento gradativo do campo, em detrimento do inchamento das cidades;

3. o modelo de modernização estabelecido por seu caráter excludente, deixou à parte dos benefícios produzidos pela tecnologia implantada no agro-paraibano, uma grande maioria de trabalhadores rurais, sobretudo pequenos produtores que não tiveram acesso aos incentivos governamentais. Percebeu-se, na Paraíba, o aprofundamento das dificuldades desses pequenos produtores que não puderam competir no mercado, devido à baixa produtividade e técnicas rudimentares, com grandes produtores capitalizados e receptores dos incentivos e linhas de crédito repassados pelo Estado.

4. a análise do processo migratório paraibano foi visto então por dois prismas: o rural e o urbano, tendo em vista que os problemas ocorridos no campo foram sentidos na cidade, principalmente quando uma substancial parcela de trabalhadores rurais liberados do campo, migrou para as cidades paraibanas como, por exemplo, João Pessoa e Campina Grande, que, sem condições infra-estrutura de receber tão grande demanda e absorver no mercado de trabalho esta parcela de migrantes, cresceram desproporcionalmente, em especial pela periferia, aumentando os bolsões de miséria e pobreza e o número de favelas, além de propiciar o aumento do subemprego, já que nem todos os trabalhadores oriundos no campo foram absorvidos no processo produtivo, o que gerou, e tem gerado, uma série de problemas para o Estado;

5. Nas últimas décadas, o perfil econômico do Estado não contribuiu para o recrudescimento das migrações mas, ao contrário, aprofundou a mobilidade que passou a ocorrer de maneira intensa no Estado, agravada sobremaneira pelas secas cíclicas das últimas décadas; além deste elemento outros podem ser associados ao quadro já instável da economia paraibana: trata-se da ausência de incentivos para o crescimento de suas culturas básicas, além da crise de abastecimento de água experimentada no final dos anos 90, aumentando as deficiências do Estado e alargando a mobilidade espacial;

6. a falta de políticas públicas voltadas para as necessidades do pequeno produtor e demais camadas de trabalhadores rurais de maneira geral, é um dos elementos constitutivos quando se elabora a análise da dinâmica migratória estadual nos últimos anos. Na realidade, não se percebeu, por parte do governo estadual, qualquer programa que, realmente, dirigisse incentivos estatais para o trabalhador rural descapitalizado, nem lhe possibilitasse a permanência no campo evitando, assim, o aumento das migrações; pelo contrário, os programas e projetos criados, na prática fomentaram dispositivos que não privilegiaram os trabalhadores rurais sem condições financeiras, e isto contribuiu para a ocorrência das migrações e colaborou para o seu crescimento no Estado;

7. não se deu, na Paraíba, a reorganização das atividades agrícolas, ou seja, a dinamização das culturas tradicionais como algodão e sisal, entre outros, as quais não apresentaram crescimento que possibilitasse elevar o setor agrícola paraibano, mas a baixa produtividade apresentada por parte de alguns produtos e a ausência de grandes incentivos a estas culturas, foram componentes que colaboraram com a migração rural-urbana no Estado, sendo que, em determinadas áreas, sobretudo nas cidades de médio e pequenos portes, observou-se elevação no número de migrantes;

8. a desconcentração do campo e a concentração espacial da população paraibana vêm sendo registradas no Estado como resposta à crise que se verificou desde os anos 80 e 90, mostrando-se duradoura e sem perspectivas de conduzir a economia paraibana grandes transformações, em virtude da ausência de reinvestimento no setor base da economia paraibana, o agrícola sendo, portanto, um forte ingrediente para a involução das atividades agrícolas no Estado;

9. percebeu-se, portanto, uma relação desigual entre as relações de crescimento e a concentração da população urbana e rural e a oportunidade de emprego. Na realidade, a dinâmica demográfica paraibana revestiu-se de profundas modificações nas últimas décadas, elevando a concentração e o crescimento de algumas cidades; em detrimento do decréscimo populacional rural, atribuiu-se este declínio a uma queda acentuada em algumas áreas rurais do Estado.

A explicação desta redução no campo e o aumento na cidade, encontram-se calcados em fatores estruturais e conjunturais relacionadas ao contexto político, social e econômico que, reagrupados, explicitam a situação do Estado nas últimas décadas e o aumento das migrações na Paraíba.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇUDE de Boqueirão recebe água para dois meses em um dia. Correio da Paraíba, João Pessoa, 31 dez. 1998, Geral. p. 5.

A SECA na Paraíba. Correio da Paraíba, João Pessoa, 02 maio. 1998. Cidades.

AGUIAR, R.C. *Abrindo o pacote tecnológico: Estado e Planejamento agropecuário no Brasil*. São Paulo: POLIS/CNPq, 1986.

AGUIAR, G. M. C. *O Estado e a Seca: Intervenção estatal no Nordeste do Brasil*. João Pessoa: FIPLAN, 1985.

ALGAS do Epitácio Pessoa prejudicam a qualidade da água e ameaçam os peixes. Jornal da Paraíba, Campina Grande. 13. ago. 1999. Últimas, p.9.

ANDRADE, O.G. *Migrações internas e o Recife*. Recife: IFNPS, 1979.

ANDRADE, M.C. *A seca combate os fatores desestabilizadores da economia agrícola do Nordeste*. Revista Raízes, Campina Grande, n. 4-5, p.33-38, jan. 1984/dez.1985.

_____. *Sociedade e reforma agrária no Brasil*. Revista Raízes, Campina Granden.11, p.21-36, jun./1995

ARAÚJO, J.J. *Êxodo rural na Paraíba: do campo à cidade*. João Pessoa: UNIPÊ, 1997.

ARAGÃO, Paulo. O.R. *PROÁLCOOL e substituição de culturas alimentares na Paraíba*. Revista Ariús, Campina Grande, v. 4, nº 3, jan./dez, 1993.

ASA BRANCA. *Boletim da pastoral dos migrantes*, João Pessoa, n.1, nov./dez.1994.

_____. João Pessoa, n.4, maio./jun.1995.

_____. João Pessoa, n.2, jan./fev./1995

_____. João Pessoa, n. 10, maio./jun./1996.

_____. João Pessoa, n.13, nov./dez.1996.

_____. João Pessoa. n.14, jan./fev.1997.

_____. João Pessoa, n.22, ago./set. 1998.

_____. João Pessoa, n.28, ago./set. 1999

AZEVEDO, F. A. *Ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BARCELAR, T. O. *O Nordeste e a modernização*. In: Revista Estudos Avançados, São Paulo, n. 11, p.1-35, 1997.

BARRETO, S. M. da Cunha.; BRANDÃO, V. P. *Urbanismo e Humanização*. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 16, n. 4, p. 599-620. out./dez. 1985.

BNB-ETENE. *Avaliação do POLONORDESTE e do Projeto Sertanejo*. Fortaleza: Série projeto Nordeste, v. 15, 1985.

BRASIL – *Congresso Nacional Comissão especial mista*. Relatório final. Brasília: 1993.

BRAIDO, S. *Migrante êxodo forçado*. CEM, São Paulo: Paulinas, 1980.

BRUM, A. J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 6º ed. Petropolis: Vozes, 1985.

BUANAIN, A.M.; REZENDE, G.C. *Ajuste, inflação e agricultura no Brasil: a experiência dos anos 80*. In: Agropecuária e agroindústria no Brasil – Ajuste, situação atual e perspectivas, Campinas: ABEAS, 1995.

CAGEPA *inspeciona Gramame-Mamuaba*. Correio da Paraíba, João Pessoa, 11 jul. 1999. Cidades.

CAMPOS, Z. L. A. de. *Do roçado à fábrica: itinerário de migrantes do campo paranaense à vida fabril em Belém: um estudo de caso*. Campina Grande, Dissertação (Mestrado em Economia) ,1990. Universidade Federal da Paraíba.

CARNEIRO, J. *Recursos de Solo e água no Semi-árido nordestino*. Correio da Paraíba. João Pessoa, UNIÃO, 1999.

CARVALHO, O. *A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

CARVALHO, I. M. M. de. *O Nordeste e o regime autoritário.*, São Paulo: SUDENE, 1988.

CARVALHO, R.L.; CARDOSO, E.E. *Frentes modernizantes na agricultura paraibana*. Revista Raízes, Campina Grande, n. 4-5, p. 141-150, jan.1984 /dez. 1985.

CHALOUT, Y. Uma política de legitimação do Estado e rearticulação da pequena produção rural: O projeto Nordeste. Revista Raízes, Campina Grande, v. 2, n. 4-5, p.61-99, jan. 1984 /Dez. 1985.

_____. Questão agrária e política do Estado: o polonordeste. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 11, n.4, p.520-545, out./dez. 1980.

CEM – Migrações no Brasil: o peregrinar do povo sem terra. São Paulo: Paulinas, 1986.

_____. *Migrante: êxodo forçado*. São Paulo, Paulinas, 1980.

CINTRA, A.P. et al. *Um reexame da questão nordestina*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1984.

CRISE *no abastecimento*. Correio da Paraíba, João Pessoa, 05 dez. 1999, Cidades.

CRUZ, D. S. Agricultura brasileira: terra, capital e políticas governamentais. Natal: UFRN, 1988.

DURHAN, E. *A vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DUQUÊ, G. *Políticas Hidricas: prevenção e assistência no semi-árido*. Revista Raízes, Campina Grande, n. 11, p.145-155, jun./1995.

FERNANDES, I. R.; AMORIM, L. H. B. *Atividades produtivas na Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária, 1999.

FORUM PARAÍBA EM Debates. Campina Grande: Conselho Regional de Economia, 1990.

GAREIS, M. G. dos S. *Nordeste: Desequilíbrios regionais e migrações*, Revista Ariús, Campina Grande, v. 3, n. 2, p. 19-20, jul./dez.1992.

GIULIANI, C. P. *Reflexões sobre o projeto de reprodução entre assalariados: um estudo regional no Estado da Paraíba*. Revista Raízes, Campina Grande, n. 4 e 5, jan./1984 - dez.1985.

GONDIN, I.; REZENDE, G.C. de. *A agricultura brasileira na década de 80: crescimento numa economia em crise*. Rio de Janeiro: IPE, 1993.

GOVERNO do Estado pede ação contra DNOCS. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande. 7 nov. 1998. Últimas p.9

GRAZIANO DA SILVA, J. *A fronteira agrícola e as migrações*. Vaivem da sobrevivência – CEM, São Paulo: Paulinas, 1983.

_____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP, 1996.

_____. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978.

GREMAUD, A.P. *Economia brasileira contemporânea para cursos de economia e administração*. São Paulo: Atlas, 1996.

IBGE. *Contagem populacional*. Rio de Janeiro, 1997.

_____. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, 1982

_____. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro, 1991

IDEME. *Anuário estatístico da Paraíba*. João Pessoa: Seplan, 1994.

IDEME. *Anuário estatístico da Paraíba*. João Pessoa: Seplan, 1999.

IRRIGAÇÃO suspensa em Boqueirão, *Diário da Borborema*, Campina Grande, 26 fev. 1999.

_____. *Nordeste Seco*. *Jornal da Paraíba* Campina Grande 12. Agosto.1999, Opinião – 4.

_____. *Nordeste Seco*. Campina Grande.12 ago.1999.Opnião p-4.

_____. Campina Grande.01 jul.1999. Cadernos.

JATOBÁ, Jorge. *Desenvolvimento Regional, crise, mercado de trabalho: o caso brasileiro com especial atenção para o Nordeste*. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 16, n. 4, p. 515-530, out./dez. 1985.

KOURI, J. *Processo de Modernização Tecnológica na Agricultura do Nordeste Brasileiro*. Campina Grande: Dissertação (Mestrado em Economia), 1997. UFPB.

LACRE *de motobomba em Boqueirão*, Diário da Borborema, Campina Grande, 25 fev. 1999. Cotidiano.

LIMA, S. R. R. *Modernização e crise no setor sucro-alcooleiro na Paraíba - 1970-1997*. Campina Grande; Dissertação (Mestrado em Economia) , 1997.UFPB.

LEONE, E. T. *Famílias agrícolas no meio urbano: inserção nas cidades das famílias que continuam vinculadas a agricultura*. In: Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação e perspectivas. Campinas: Abea, 1995

MARTINE, G. *Migrações internas no Brasil: tendências e perspectivas*. Brasília: IPLAN/IPEA, 1989.

_____; PELIANO, J. C. P. *Migrante no mercado de trabalho metropolitano*. Brasília: IPEA/IPLAN, 1978.

_____; WONG, L. R. *Projeto Áridas. Desenvolvimento Humano e Social: Demografia*. Brasília, 1994.

MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENDONÇA, M. N. H. *Pobreza e subemprego urbano no Nordeste do Brasil*. Recife: SUDENE, 1990.

MENEZES, M. A. *Da Paraíba para São Paulo e de São Paulo prá Paraíba: migração, família e reprodução da força de trabalho*. Campina Grande, Dissertação (Mestrado em Sociologia), 1985. UFPB.

_____. *Trabalhadores camponeses migrantes: História de vida e identidade*, Revista Raízes, Campina Grande, n. 12, p.147-156, jan. 1996.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. *O algodão do Nordeste*, Brasília: Secretaria especial de políticas regionais, 1997.

MIGRANTES *agora retornam*, Folha de São paulo, São Paulo, 31 ago.1995. caderno A . p.8.

MOREIRA, J.A. (org.) *Decadência do algodoeiro mocó e medidas para seu soerguimento no Nordeste brasileiro*, Campina Grande: EMBRAPA, 1997.

MOREIRA, I. T. ; MONTE, F. F. R. *Evolução recente da mobilidade espacial da população paraibana*, Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 20, n. 4, p. 379 – 408, out./dez.1989.

_____. *Dependência econômica regional e mobilidade inter-regional do trabalho: o caso do Nordeste*, Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 18, n. 3, p.405-425, jul./set.1987.

_____.; MOREIRA, E. *Capítulos de geografia da Paraíba*. João Pessoa, Ed. Universitária, 1997.

MOURA, H. A. *Nordeste: migrações enter e intra-regionais no período 1960 1970*, Recife: SUDENE, 1975.

_____. *Regiões metropolitana do Nordeste: Diferenciais de renda e de educação entre naturais e migrantes*. Recife: SUDENE, 1995.

MOURA, H. A.; COELHO, J. O. M. *Migrações para as grandes cidades do Nordeste: Intensidade e características demográficas*, Fortaleza, BNB/ETENE, 1980.

MULLER, C. ; MARTINE, G. *Modernização da agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil à década de 1980*. Revista de Economia Política, v. 17, n. 13, Jul./Set. São Paulo, 1997.

NEPO/UNICAMP. *Migrações Internacionais: dados, flashes, fatos*. Campinas: 1995.

NORDESTINOS *vivem fenômeno da migração de retorno à região*, Diário de Pernambuco, Recife. 4 jul. 1996. Cadernos p.8.

OS PROBLEMAS *de abastecimento na Paraíba*. Correio da Paraíba, João Pessoa, 12 dez. 1999. Suplemento de economia.

OLIVEIRA, A. A. de (org.). *Os nordestinos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 1982.

OLIVEIRA, F. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos sociais*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

OLIVEIRA, A. U. *Modo capitalista de produção e agricultura.*, 3º Ed. São Paulo: Ática, 1990. Série Princípios.

OSÓRIO, C. *Migrações recentes e desigualdades*. Revista Pernambucana de Desenvolvimento, v. 5, n. 2, Recife, 1978.

PANINI, Carmela. *Reforma agrária; dentro e fora da lei*. São Paulo: Paulinas, 1990.

PAIXÃO, A. L. *Violência urbana e políticas públicas de controle da criminalidade*. Mestrado em Sociologia, Minas Gerais, UFMG, n. 4, abr./jun. 1994.

PARAÍBA: *o caso de Salgadinho*. Diário da Borborema, Campina Grande, 2 fev. 1997. Cotidiano.

PATARRA, N. L. *Movimentos migratórios: Características e tendências recentes*, São Paulo: Paulinas-CEM, 1983.

PIMES. *Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro: Políticas econômicas setoriais e desigualdades regionais*. Recife: 1984. v. 2

_____. *Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro: Caracterização, Evolução recente e fatores determinantes*, Recife: SUDENE, 1984. V.2.

_____. *Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro: A política de desenvolvimento regional*. Recife:, SUDENE, 1984. v.3,

_____. *Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro*, Recife: SUDENE, 1984, v. 4.

POLARI, R. S. *A involução da economia paraibana no contexto nordestino*. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 26, n. 1, p.59-101, jan./mar.1995.

_____. *Economia Paraibana: análises, problemas e soluções*. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB/FUNAPE, 1997.

QUARENTA *idades da Paraíba já estão com água racionada por conta da Seca*. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 01jul.1999.

QUEIROZ, M. E. *A pobreza urbana*. João Pessoa: Cadernos de Ciências Sociais, 1994,

RAMALHO, D. de S. *Seca, migração e moradia: onde fica a mulher? Invisível*. Revista Raízes, Campina Grande, n. 13, p.30-51, set./1996.

RELATÓRIO *Desenvolvimento Humano no Brasil*. Brasília: PNUD/IPEA, 1996.

RIBEIRO, J. T. L. *Caracterização demográfica da migração na década de 80 por grandes regiões brasileiras*. In: Seminário sobre populações amazônicas: tendências recentes e perspectivas, Manaus, 1996.

RIBEIRO, I. O. *Agricultura, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RICCI, R. (org.). *Mercado de trabalho no setor sulcraolcooleiro no Brasil*. Estudos de Políticas Agrícolas, Brasília, IPEA/PNUD, n. 15, mar./1994. Documento de trabalho.

ROSSINI, R. E. *A migração como expressão da crescente sujeição do trabalho em capital*. In: Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais, São Paulo: ABEP, v. 2, 1986.

SAMPAIO, A. . ; ROCHA, R. S. *Tendências das migrações no Nordeste 1940-1980*, Recife: Série população e emprego, n.2, Sudene, 1989.

SANTOS, R. F.; SANTOS, J. W. *Crise no elo produtivo da matéria-prima agrícola da cadeia produtiva do algodão*. Campina Grande: EMBRAPA, 1997.

SANTOS, R. F. ; BARROS, M. A. L. *Perfil agrossocioeconômico do pequeno produtor de algodão do Nordeste*, Campina Grande: EMBRAPA, n. 36, mar. 1997.

SANTOS, R. F. ; SILVA, Pedro. C. G. *Novas Alternativas de financiamento para a agricultura brasileira*, Revista Raízes, Campina Grande, n.11,p-82-102, jun./1995.

SARMENTO, W. M. *A urbanização do subdesenvolvimento*. 2ºed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984. Série Novas Perspectivas.

SEPLAN, *Plano de Desenvolvimento Sustentável*. João Pessoa: Secretaria de Planejamento, 1997.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 12ª. São Paul: Brasiliense, 1990.

_____. *Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo*. In: MOURA, H. (coord.). *Migração interna – textos selecionados*. Fortaleza, BNB-ETENE, 1980.

SORJ, B. *Estado e classe sociais*. Rio de Janeiro: Zahar,1980.

SOUZA, I. *Migrações para Natal: análise sociológica do processo migratório*. Natal: UFRN, 1976.

SUDENE, *Agregados econômicos regionais. Produto interno bruto; formação de capital Nordeste do Brasil*. Recife: 1985.

_____. *As secas no Nordeste: uma abordagem histórica de causas e efeitos*. Recife: 1981.

TASCHINER, S. P. ; BOGUS, L. M. M. *Mobilidade espacial da população brasileira: aspectos e tendências*. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v. 3, n. 2, jul./ dez. São Paulo, 1986.

TEIXEIRA, Z. A. (org.). *Perspectiva de gênero na produção rural*. Brasília, IPEA – Estudos de Política agrícola, n. 22, jun./1994.

VALIM, A. *Migrações: da perda da terra à exclusão social*. 4ª Ed. São Paulo: Atual, 1996.

VELOSO, M. *Perfil e especificidade da favelização em cidades médias no Nordeste: um estudo de caso em Picos-Piauí*. Fortaleza. Revista Econômica do Nordeste, v.26, n.1, p.119-147, jan./mar.1995.

ANEXOS

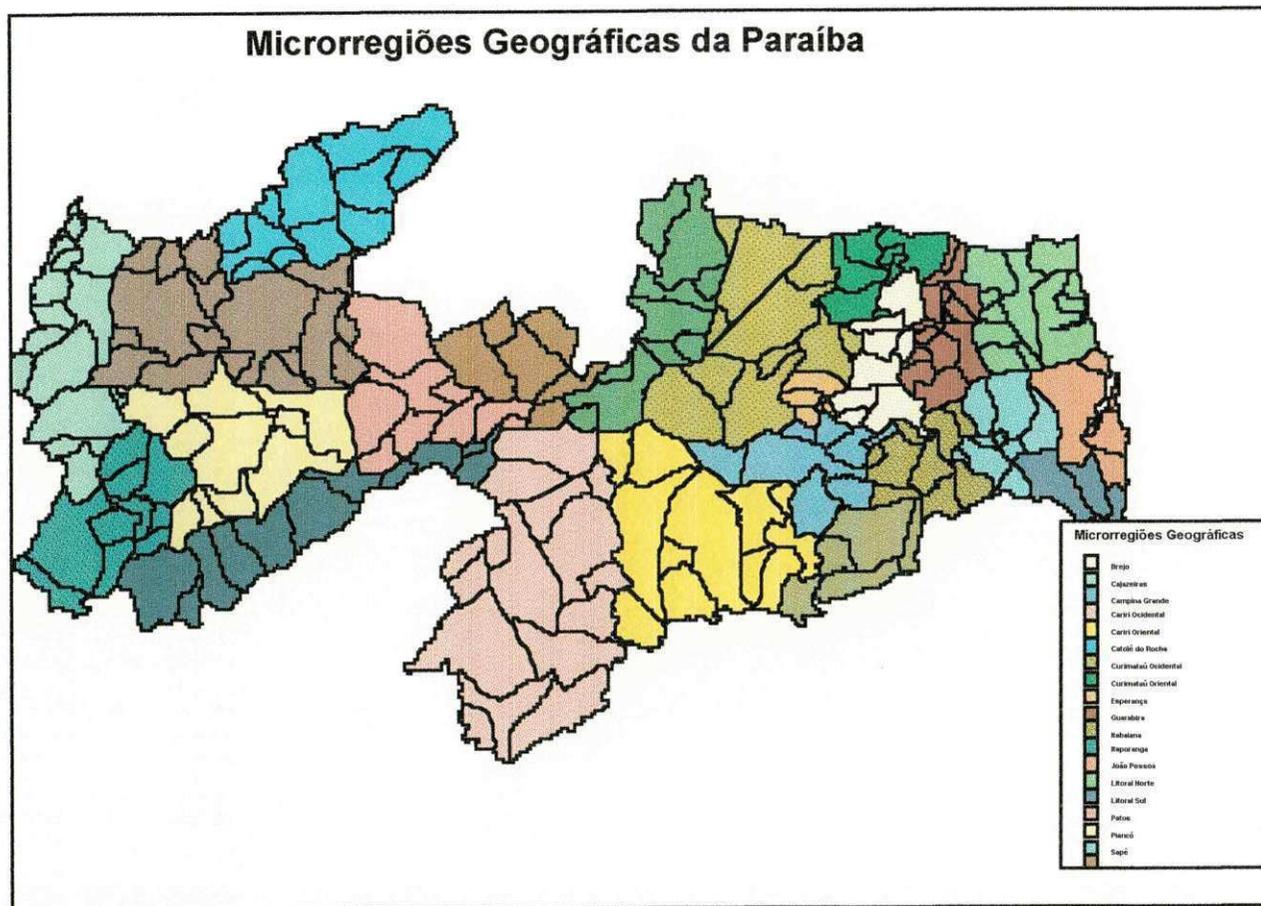


Figura 1 – Microregiões geográficas do Estado da Paraíba

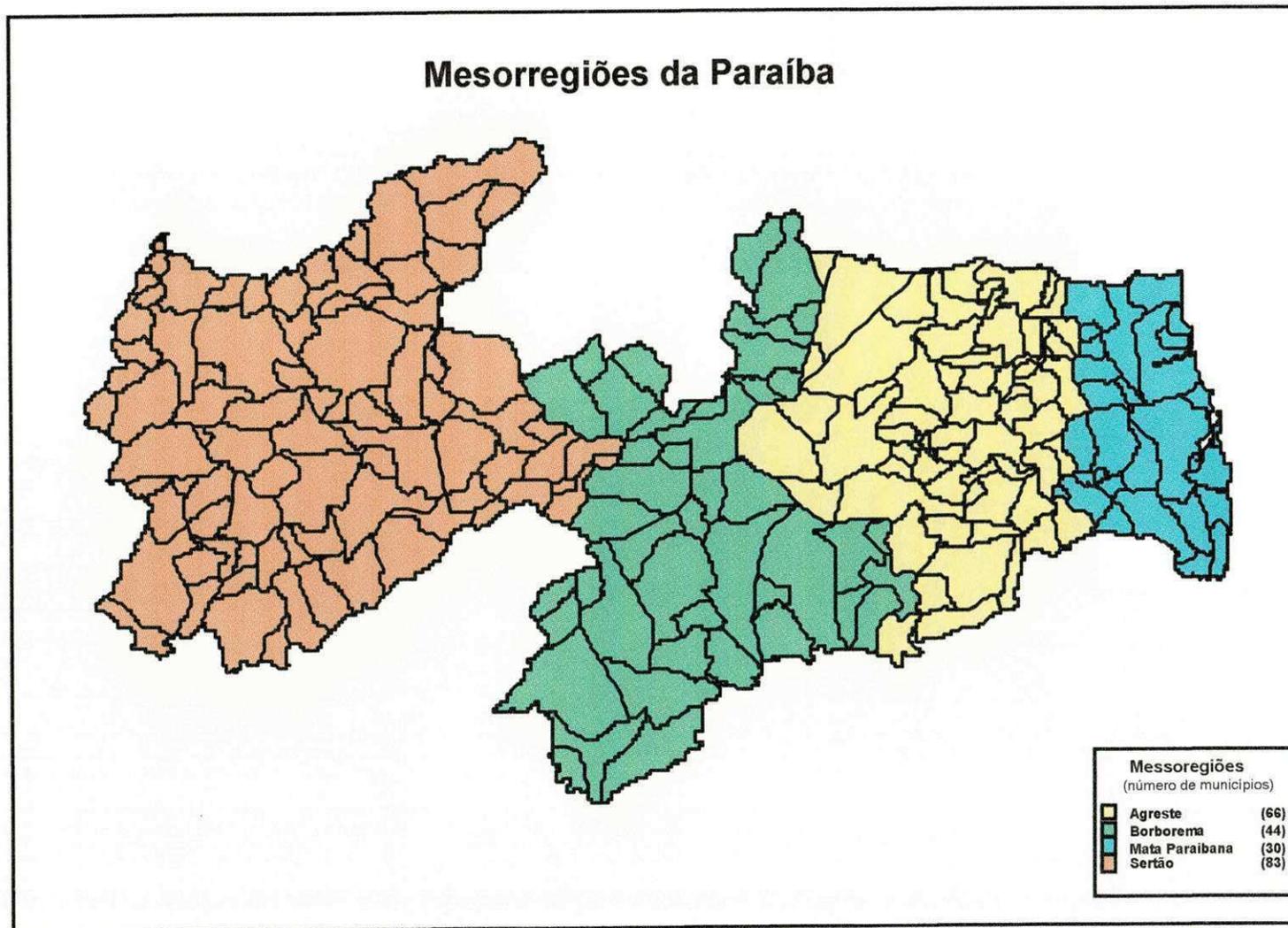


Figura 2 – Municípios paraibanos em cada mesorregião.

Microrregiões Homogêneas da Paraíba

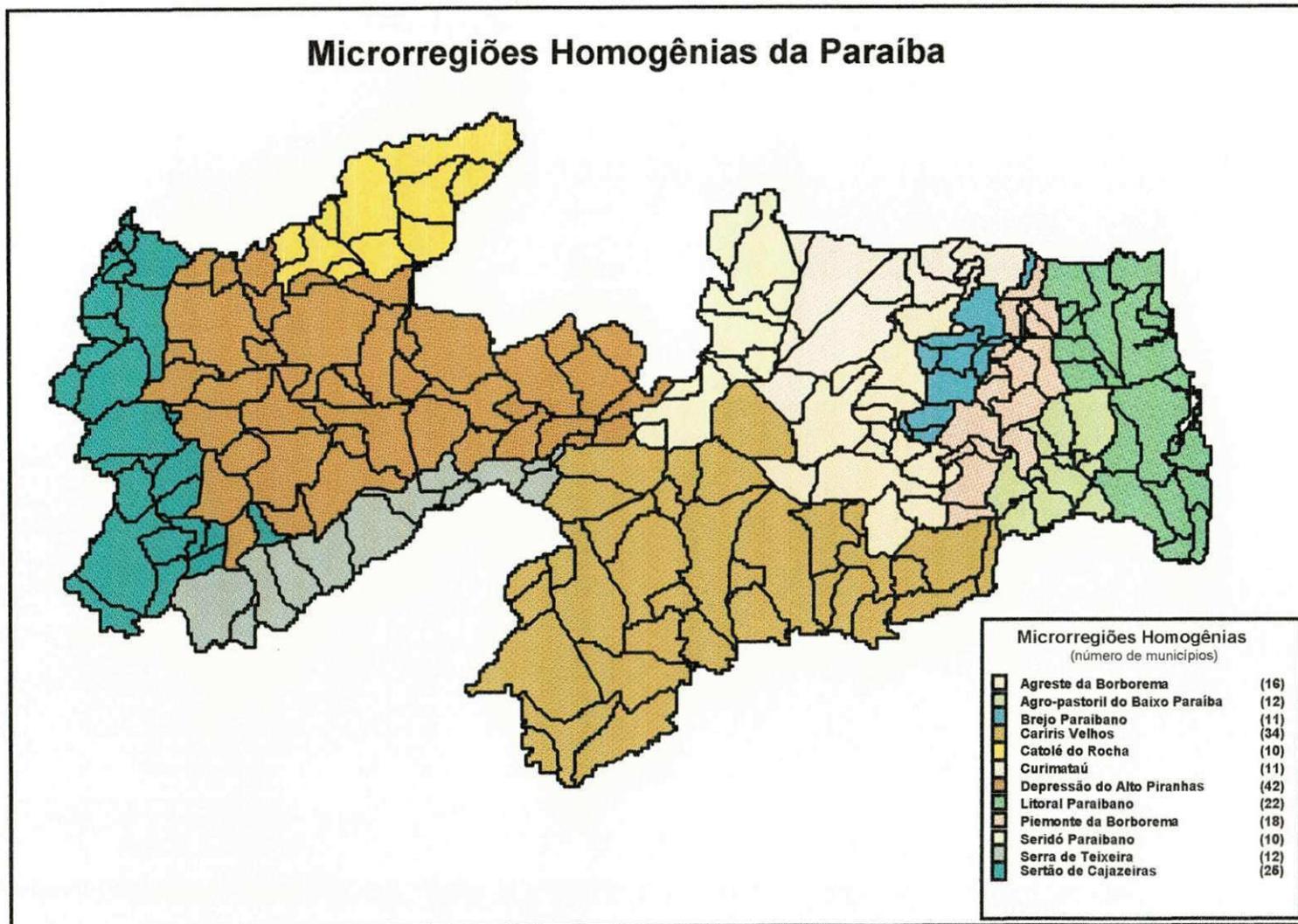


Figura 3 – Municípios paraibanos em cada microrregião homogênea

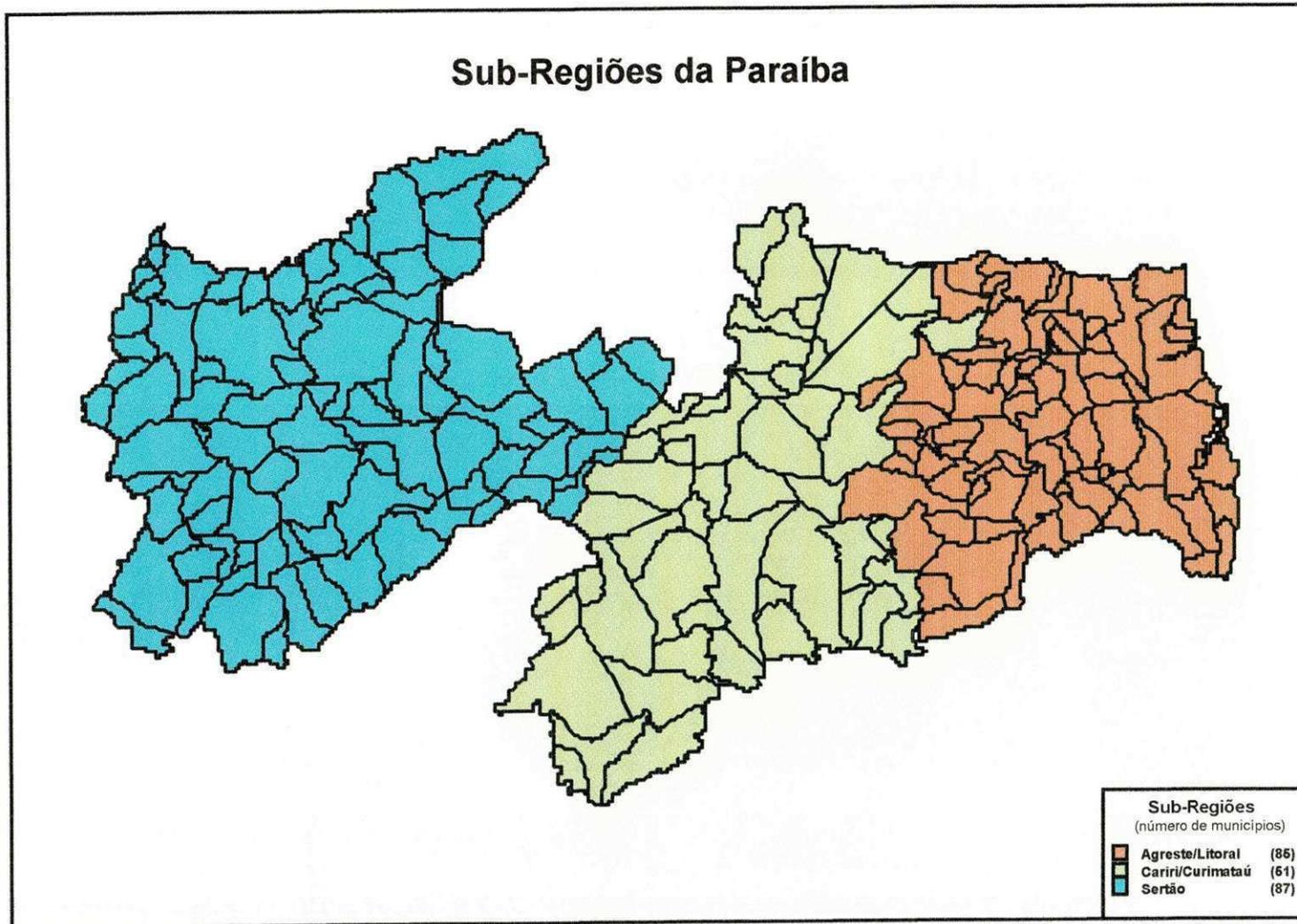


Figura 4 – Municípios paraibanos em cada sub-região